

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

AMANDA CHAVES DA ROCHA

**MIGUEL BORGES: A atuação de um homem de letras no Piauí
oitocentista.**

Teresina – PI
2015

AMANDA CHAVES DA ROCHA

**MIGUEL BORGES: A atuação de um homem de letras no Piauí
oitocentista.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Teresina – PI
2015

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos
Castello Branco Serviço de
Processamento Técnico

R672m Rocha, Amanda Chaves da.

Miguel Borges : a atuação de um homem de letra no
Piauí oitocentista / Amanda Chaves da Rocha. – 2015.
136 f.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –
Universidade Federal do Piauí, 2015.

“Orientação: Prof. Dr. Teresinha de Jesus Mesquita
Queiroz”.

AMANDA CHAVES DA ROCHA

**MIGUEL BORGES: A atuação de um homem de letras no Piauí
oitocentista.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Professora Doutora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Jonhy Santana de Araújo (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que, em sua infinita bondade, me permitiu concluir mais esta etapa de minha vida. Agradeço ainda a Nossa Senhora a quem pedi inúmeras vezes intercessão para superar as dificuldades que surgiram ao longo do caminho.

Obrigada a meus Pais, Walter e Iêda, pelo amor que sempre me dedicaram, agradeço o apoio e o esforço que fizeram para me proporcionar educação de qualidade, vocês são um exemplo para mim e eu os amo profundamente. Ao meu irmão Danilo, obrigada pelo apoio e companheirismo.

Agradeço ainda aos amigos, que são poucos porém preciosos, Katyuskia, Nara e Jessichka, obrigada por estarem ao meu lado desde o ensino médio, vocês são incríveis; aos amigos que a graduação me trouxe: Alessandra, Jaira, Naína, Thayse, Juliana Alves, Juliana Alexandre, Luciana e Miura, incentivadores valorosos.

Aos amigos e companheiros do trabalho, Brener, Kelson, Alex, Jordana, Luara, Reivla, Liliane, Ramone e em especial Alice, obrigada por tornarem meus dias mais alegres e por fim ao meu amigo de infância Wellington, por estar ao meu lado sempre; obrigada a todos vocês por fazerem parte da minha vida, pela amizade e por todos os momentos de descontração, sem os quais seria impossível chegar até aqui.

Obrigada aos professores e alunos do Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, em especial a minha orientadora, a professora Dr. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, exemplo de profissional e de pessoa, obrigada pela paciência e dedicação.

Obrigada a todos, amo vocês.

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, um homem de letras que atuou em áreas e profissões diversas, foi jornalista, escritor, educador, comerciante e funcionário público, tendo ocupado vários cargos burocráticos no Piauí Imperial. Sua trajetória é expressiva, à medida que reflete a atuação de homens de letras no período em estudo, demonstra o que seria um caminho possível a esses letrados, dentre muitas outras possibilidades. Consideramos homens de letras indivíduos que possuíam um nível de conhecimento diferenciado, possuindo um desenvolvimento cultural e intelectual rico e amadurecido, forjado através da educação e que, usando essas características que lhes eram próprias, transitavam por espaços e profissões que envolviam leitura e escrita, atuavam nas áreas burocrática, política, jornalística, educacional e mesmo historiográfica, buscando moldar a realidade a sua volta, de forma a embutir na sociedade práticas, sociabilidades e representações baseadas no que a modernidade emergente considerava como civilizado. Miguel Borges era membro do Partido Liberal, naquela época, já havia a relação próxima entre Política e Imprensa, foi deputado e vereador, ocupou ainda o cargo de redator do jornal – *A Imprensa* – órgão do partido, além de ter atuado em outros jornais do período. No ramo da história, destacou-se ao ser o primeiro piauiense a publicar uma obra de cunho historiográfico, o *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*, além de ter publicado os primeiros volumes do *Almanaque Piauiense*, sendo um dos pioneiros na historiografia do Piauí, a pesquisa analisa e dá visibilidade a essa produção, percebendo-a como pertencente ao programa de construção de uma história nacional conduzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na área educacional, Miguel Borges instalou em Teresina um importante estabelecimento de ensino, o Colégio de Nossa Senhora das Dores, educandário que obteve um número expressivo de alunos, tendo se destacado na preparação para os cursos superiores do Império. A educação é vista aqui sob o viés da formação do Estado Nacional, e assim obtemos a base para analisar a educação praticada no Brasil Imperial. Utilizamos as arguições de pensadores tais quais Giovanni Levi, Jacques Le Goff, Pierre Bourdieu entre outros, que auxiliaram na construção do trabalho, à medida que serviram de base para a produção do conhecimento histórico. Através da trajetória de Miguel Borges nas áreas do jornalismo, historiografia e educação, traçamos um panorama de como estas atividades se desenvolveram e eram vivenciadas no Brasil e especialmente no Piauí, nas décadas de 60, 70 e 80 do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Miguel Borges. Jornalismo. Historiografia. Educação.

ABSTRACT

This paper analyzes Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco's life course, a man of letters, who worked in various areas and professions, he was a journalist, a writer, an educator, a businessman and a public servant, having held many bureaucratic positions in Piauí Imperial. His career is significant, as it reflects the work of men of letters in the period under study and demonstrates what would be a possible way of living to these scholars, among many other possibilities. We consider men of letters those individuals who had a different level of knowledge with their cultural and intellectual development rich and mature, which was acquired through education. By using some features of their own, they transited by spaces and professions involving reading and writing, acting in bureaucratic, political, journalistic, educational and even historiographic areas, seeking to shape reality around them in order to embed in society some practices, sociability and representations based on what the emerging modernity considered as civilized. Miguel Borges was a Liberal Party member - at that time, there was already a close relationship between Politics and the Press-, he was a deputy, a city councilman, and also occupied the position of editor in the newspaper "*A Imprensa*", party body, besides having worked in other newspapers from that time. In the field of History, he stood out for being the first one in Piauí to publish a work of historiographical nature: "*Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outra spessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*", besides having published the first volumes of the "*Almanaque Piauiense*", one of the pioneers in Piauí's historiography, the research analyzes and gives visibility to this production, perceiving it as belonging to a national history construction program conducted by the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB). In the educational field, Miguel Borges set in Teresina an important educational establishment, the "*Colégio Nossa Senhora das Dores*", a primary school that obtained a significant number of students having excelled in preparation for the higher education of the Empire. Education is seen here in the aspect of formation of the National State, so we get the basis for analyzing the education practiced in Brazil Imperial. We used the complaints of thinkers such as Giovanni Levi, Jacques Le Goff, Pierre Bourdieu and others who helped to build the work, as they were the basis for the historical knowledge production. Through the trajectory of Miguel Borges in the areas of journalism, history and education, we made a panorama of how these activities were developed and experienced in Brazil, especially in Piauí, in the 60s, 70s and 80s of the nineteenth century.

KEYWORDS: Miguel Borges. Journalism. Historiography. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 TERESINA NO TEMPO DE MIGUEL BORGES.....	15
1.1 Economia e sociedade piauienses em mudança.....	15
1.2.Teresina, uma cidade em construção.....	20
1.3 Miguel Borges e seus trajetos.....	32
2 AS ESCRITAS DE MIGUEL BORGES: ENTRE O JORNALISMO E A HISTÓRIA.....	49
2.1 Miguel Borges e o jornalismo piauiense no século XIX.....	49
2.2 A escrita histórica de Miguel Borges.....	59
3 A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ OITOCENTISTA: MIGUEL BORGES COMO EDUCADOR.....	81
3.1 O lugar da educação na constituição do Estado Brasileiro.....	81
3.2 A educação pública piauiense nos tempos de Miguel Borges.....	90
3.3 Miguel Borges, um educador na Província.....	105
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	122

INTRODUÇÃO

O estudo de trajetórias individuais por historiadores é uma prática cada vez mais comum, seja em formato biográfico ou em pesquisas que utilizam a trajetória individual como alicerce para analisar um contexto mais amplo, como a sociedade de determinado período e os processos sociais que estavam em voga.

A historiografia nem sempre viu com bons olhos pesquisas que utilizam as trajetórias individuais. O motivo está no formato em que se davam essas pesquisas, em geral, eram somente biográficas, uma vez que a cronologia da vida do indivíduo era o foco das investigações. Tais pesquisas tinham como sujeitos-alvo os “*grandes vultos*”,¹ pessoas que movimentaram a história, enquanto as pesquisas produzidas, atualmente, ampliaram o leque de possibilidades. Hoje, verificam-se, igualmente, interesses por pessoas ordinárias.

A popularização desse tipo de pesquisa entre historiadores é, relativamente, recente e está relacionada, de sobremaneira, “com a crise do paradigma estruturalista, que orientou uma porção significativa da historiografia a partir dos anos 60”.² Estamos nos referindo ao movimento da Escola dos *Annales*, conhecido como Nova História, que gerou um processo de “profunda transformação das bases teórico-metodológicas da disciplina, com um consequente repensar de questões clássicas como: a relação indivíduo/sociedade, as formas narrativas do conhecimento histórico, entre outras”.³

A perspectiva predominante entre dos historiadores antes do movimento dos *Annales* é descrita por Alexandre de Sá Avelar:

[...] apenas as dimensões estruturais de longa duração seriam capazes de recuperar os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, escapando à superficialidade dos fatos. Nesta perspectiva, o domínio econômico-social era o eixo de observação predileto dos historiadores, preocupados em desvendar o mundo histórico em sua processualidade.⁴

¹ SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e Papel, realidade e imaginação: as biografias na História, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambu, *Anais...* Caxambu, 1998, p. 3. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.Clacso.Org.arq/ar/libros/anpocs/bisso.rtf>>. Acesso: 12 out. 2010.

² SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 5, 1997. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2040/1179>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

³ SCHMIDT, 1997, p. 3.

⁴ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, p.158, 2010.

A partir do final dos anos 60, críticas a essa perspectiva totalizante buscavam recuperar o lugar do ser humano nos processos históricos. Esse movimento significou, também, um avanço da microhistória e um recuo da história serial. Roger Chartier denomina o momento em que vivemos como um tempo de incertezas, no qual todas as certezas tão amplamente aceitas e incorporadas pelos historiadores foram abaladas, através, sobretudo, da maior proximidade com a antropologia, com a sociologia e mesmo com a literatura, daí resultando em vários deslocamentos como o autor chama atenção a seguir:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos.

Uma forma inédita de história social assim se firmou, centrada nas distâncias e discordâncias existentes, de um lado, entre os diferentes sistemas de normas de uma sociedade e, de outro, dentro de cada um deles. O olhar se desviou das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação.⁵

O objeto da história mudou. O indivíduo passou a fazer parte do leque de possibilidades que forma o conjunto de fontes a serem analisadas. As estruturas que regulavam as relações sociais perderam lugar para o poder de decisão dos indivíduos, para suas escolhas, vistas, a partir de então, como uma escolha possível dentre muitas outras. Mesmo em sistemas normativos rígidos, há sempre uma liberdade de ação, esta pode ser explícita, ou pode ser implícita, que seria aquela tão sutil e discreta que, por vezes, não é notada. As escolhas são, na verdade, as movimentadoras da história.

As pesquisas que fazem uso de trajetórias individuais devem ser cuidadosas, ao extremo, para não cair no erro de considerar o sujeito analisado como um ser estático e dotado de coerência. Na verdade, esse objeto é dinâmico, cheio de contradições e liberdade de escolha, mesmo quando inserido em sistemas normativos.

Nesse aspecto, são válidas também as ideias de Giovanni Levi ao afirmar que estudos de trajetórias individuais formam “o campo ideal para verificar o caráter intersticial [...] da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições”⁶ e de Jacques Le Goff, que

⁵ CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 98, 1994.

⁶ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 180.

afirma: “o sujeito constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela”,⁷ ambas fugindo da visão linear e sem contradição que era atribuída à história de vida.

A história deve manter sua tradição crítica, especialmente em estudos do tipo; caso contrário, o pesquisador cairá no erro de analisar a vida do sujeito-objeto por si só, sem fazer as conexões e perguntas necessárias, tornando a pesquisa, apenas, mais uma espécie de relatório repleto de dados biográficos.

Esta pesquisa segue os moldes de uma biografia histórica, analisa, tanto quanto possível, a ação do nosso sujeito-objeto, de forma a estudar e dar visibilidade a espaços e processos sociais previamente escolhidos, os quais levam em conta a vida e atuação de nosso sujeito objeto. No caso em questão, a investigação terá como ponto de partida, ou como objeto de pesquisa, a trajetória de vida de Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco.

Consideramos Miguel Borges como um homem de letras. A expressão remete a homens que atuavam em espaços e áreas que envolviam leitura e escrita, áreas que demandavam conhecimentos específicos no que tange a um maior refinamento intelectual, educacional e cultural. Esses sujeitos transitavam por esses espaços, buscando transformar a realidade à sua volta e, assim, moldar identidades e representações, de forma a adequá-las aos novos padrões de civilização e progresso que, então, surgiam, frutos da modernidade emergente.

A trajetória de Miguel Borges é expressiva, pois reflete o possível de muitos homens do século XIX, aqueles que se dedicaram a atividades burocráticas, jornalísticas e mesmo educacionais. Sua história refletirá, de maneira significativa, aspectos fundamentais da sociedade teresinense, por ter transitado por diversos espaços sociais e profissionais.

Trabalhar com a trajetória de Miguel Borges nos permitiu, em extensão, analisar o Piauí no século XIX, que nesse período era uma província na qual as transformações ocorriam de forma lenta e gradual. A economia era dominada pela pecuária. A criação de gado era a grande movimentadora do mercado provincial. Sendo assim, o interesse dos produtores se concentrava nessa atividade de forma que havia pouca diversificação no âmbito da economia definida pelas atividades básicas de subsistência, que utilizavam técnicas rudimentares e pouco evoluídas e, no caso da agricultura, voltada, basicamente, para o mercado interno.

A agricultura praticada no Piauí durante esse período era, em geral, de produção familiar, basicamente voltada para o consumo dos próprios produtores, exceto o algodão, que teve importância nas exportações na província. A atividade era desenvolvida às margens da

⁷ LE GOFF, Jacques. *São Luís*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 23.

atividade principal, a pecuária. O caráter da produção era de subsistência, produzindo alimentos para consumo próprio.

O Piauí vivia uma situação de isolamento econômico e estrutural. A falta de diversificação econômica, as deficiências de transporte e comunicação dificultavam a integração com o restante do Império. A província não possuía autossuficiência no escoamento de sua produção, dependendo de cidades e vilas, não pertencentes a seu território, para realizar essa tarefa, fato que gerava carestia da produção e, conseqüentemente, pouca competitividade no mercado, além da diminuição dos lucros dos produtores e do governo locais.

No intuito de romper com essa situação foi que ocorreu a mudança da Capital em 1852. A nova cidade, Teresina, está localizada às margens do rio Parnaíba e seria, justamente, através da navegação que viria a solução para romper com o isolamento e, conseqüentemente, com os problemas quanto à escoação da produção.⁸

A navegabilidade provocou a expansão do comércio, permitindo exportações para a Europa e para as demais províncias do Brasil. Outro aspecto positivo da navegabilidade do rio foi o incentivo à produção de novas culturas, aproveitando suas margens para o cultivo. No entanto, ainda existiam fatores que continuavam a dificultar o escoamento da produção, pelo menos no caso das vilas e cidades que não estavam localizadas às margens do rio, que era a péssima situação das estradas existentes no interior da província.

Apesar de todos os percalços, o plano inicial de desenvolver a navegação do rio Parnaíba foi executado. Não podemos afirmar que foi um completo sucesso, porém não se pode negar que trouxe desenvolvimento para a província. Combateu, em parte, o isolamento comercial, gerando uma maior diversificação da produção.

Através dessa história de vida, analisamos, também, a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, desde sua fundação, em 1852, ao ano de 1887. O recorte temporal foi definido pelo período de maior atuação de Miguel Borges. Foi possível visualizar Teresina de uma maneira única, em um nível micro, olhando para além do espaço físico, explorando o próprio modo de viver na e a cidade, com as aspirações e contradições características do espaço urbano.

Notamos que havia um imaginário sobre a cidade, uma cidade desejada que viria a transformar a vida daqueles que viessem morar nela. Nessa perspectiva em torno do urbano,

⁸ QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI. 2006. p. 15-16.

poderíamos fazer uma conexão com a *Cidades Invisíveis*,⁹ de Ítalo Calvino, que trata justamente disso, do imaginário urbano. É uma forma de ver a cidade sem se prender a aspectos econômicos, ao capital ou à produção de mercadorias. Ao enveredarmos por esse caminho, devemos levar em conta que as representações simbólicas que se formam em torno da cidade podem, ou não, corresponder à realidade sensível, sem que isso as faça perder sua força imaginária.¹⁰

As cidades representam muitas coisas para quem vive nelas, ou mesmo para quem as pensa. São representações que se formam e que traduzem coisas diversas, como rupturas e permanências, imaginários e cotidianos; enfim, as sensibilidades e subjetividades de uma sociedade são criadas, transferidas e, muitas vezes, personificadas nas próprias cidades, ou ao menos no que se imagina sobre elas.

A cidade é vista de forma ampla, passando pela estrutura física, pelo cenário cultural, pelas sociabilidades e sensibilidades. Ressaltamos o desenvolvimento de atividades específicas como a educação, jornalismo e historiografia, enfim, atividades diretamente ligadas ao desenvolvimento de uma cultura escrita.

Miguel Borges foi um homem versátil que, assim como os demais homens letrados de sua época, atuava em diversas profissões e áreas simultaneamente. Foi jornalista, político (vereador e deputado provincial), historiador, educador e funcionário público do Império, tendo atuado como contador, partidor, amanuense da secretaria de polícia, gerente da Companhia de Navegação a Vapor, procurador dos feitos da fazenda, delegado e comerciante.

Para compor o trabalho, utilizamos, principalmente, notícias de periódicos, documentos oficiais, como relatórios governamentais e decretos-lei, livros que abordam quaisquer aspectos sobre Miguel Borges, além de textos e obras escritas por ele, e demais autores que auxiliam na composição do contexto histórico e na análise do sujeito enquanto parte da sociedade. As fontes foram encontradas na Casa Anísio Brito ou Arquivo Público de Teresina, no Núcleo de História e Memória (NUPEM) e no Programa de Educação Tutorial (PET História), estes últimos, programas da Universidade Federal do Piauí.

Os questionamentos que vieram a nortear esta pesquisa foram: Quem foi Miguel Borges? Em que áreas atuou? E em quais atividades se destacou? Sendo um homem de letras, em que espaços sociais e profissionais transitou? Como foi sua vida jornalística? Qual foi a sua contribuição para a historiografia piauiense, a ponto de ser considerado por autores como

⁹ CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jaraty. Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 8, n. 16, p. 280, 1995.

Mons. Joaquim Chaves e Clodoaldo Freitas, pioneiro em nossa pesquisa histórica? Na área educacional, de que forma se destacou? Até que ponto sua trajetória reflete a atuação dos homens de letras no século XIX? Como era o Piauí na época em que viveu? Como era a cidade de Teresina na época em que morou na cidade?

Foi em torno dessas questões que a pesquisa se desenvolveu. A busca pelas respostas nos levou a analisar a vida de Miguel Borges e seus trajetos, especialmente, sua atuação no jornalismo, na história e na educação, e muito além, pois, no esforço por inserir o sujeito em seu contexto, analisamos a dinâmica do jornalismo no século XIX e quais as particularidades dessa atividade no Piauí. Aprofundamos, também, o conhecimento acerca da história, tanto a produzida no Brasil, quanto a produzida no Piauí.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, procuramos construir uma narrativa acerca de Teresina na época de Miguel Borges. Buscamos dar visibilidade ao viver na cidade, às diversões mais comuns e à estrutura física para, a partir de então, fazermos um esboço da trajetória de Miguel Borges no intuito de mostrarmos quem foi esse sujeito e em quais áreas atuou, inserindo-o no contexto em que viveu.

No segundo capítulo, tratamos da relação entre Miguel Borges e a escrita, especialmente para sua atuação nas áreas do jornalismo e da historiografia. Buscamos, então, localizar essa escrita e, assim, explorar a situação vivenciada pelas referidas áreas em Teresina no momento em que essa escrita foi produzida e consumida. As singularidades do jornalismo piauiense são elencadas e discutidas; nesse sentido, utilizamos a contribuição de Ana Regina Rêgo.

Para analisarmos a atuação de Miguel Borges na área historiográfica, foi necessário dar visibilidade à historiografia brasileira e à piauiense praticada no período e, assim, compreender em que contexto surgiu e se desenvolveu essa escrita. Promoveu-se um levantamento de suas obras, de maneira que *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*¹¹ consideramos sua obra de maior expressividade que foi analisada. A partir de então, será possível compreender porque é considerado um pioneiro na pesquisa e produção históricas piauiense.

No intuito de analisar a produção e a concepção da escrita produzida por Miguel Borges, os textos de Roland Barthes e Michel de Certeau foram amplamente usados.

¹¹ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1878.

Conceitos sobre a concepção de escritor, “prática escriturística”, ou a própria ideia de consumo, constituem chaves de leitura importantes para pensar a relação entre sujeito e escrita neste trabalho.

No terceiro capítulo, tratamos da educação, vista dentro de um quadro amplo, ou seja, dentro do projeto de construção da nação e da identidade brasileira, pois entendemos ser impossível tratar da educação no período imperial sem aliá-la à construção da ideia de Brasil que se buscava criar e tornar hegemônica nesse momento. Para isso, usamos, principalmente, as obras de José Murilo de Carvalho, Lilia Moritz Schwarcz e José Gonçalves Gondra. A partir de então, debruçamos o olhar sobre a atuação de Miguel Borges na área educacional e, por extensão, analisaremos a educação na província do Piauí.

A relação entre o Miguel Borges e a educação nos interessa de sobremaneira, em especial o resultado dela, a fundação, em 1882, do Colégio de Nossa Senhora das Dores, que foi um dos educandários particulares que se destacou no Piauí na segunda metade do século XIX, tendo obtido êxito, sobretudo, na preparação para os cursos superiores do Império.

Os questionamentos em torno do colégio buscam entender esse possível destaque em um período em que a educação passava por dificuldades. Dessa forma, foi necessário um levantamento da situação educacional vivenciada na província, que refletia e pode até ser considerada uma extensão da própria educação brasileira do período. Isso mostra que a situação do Piauí era semelhante à vivenciada em outros locais do país e, apenas, possuía características peculiares à própria província.

A realização desta pesquisa está na visibilidade dada à vida e obra de Miguel Borges, importantes para o estudo acerca do Piauí na segunda metade do século XIX. Para além disso, a vida e atuação de Miguel Borges, enquanto homem de letras, reflete os muitos possíveis acerca da vivência e atuação de homens, também letrados, que transitavam por diversos espaços profissionais, especialmente, aqueles que envolviam, diretamente, a leitura e a escrita, tais como jornalismo, história e educação, buscando moldar o mundo à sua volta.

1 TERESINA NO TEMPO DE MIGUEL BORGES

1.1 Economia e sociedade piauienses em mudança

As transformações econômicas, na província, ocorriam de forma lenta. Vale lembrar que as demais províncias do Império também passavam por dificuldades parecidas. A dinâmica da região centro-sul do país era a que mais se diferenciava das demais devido ao recente incremento na economia a partir da produção do café.

Sobre a economia piauiense no período, vale ressaltar as palavras de Teresinha Queiroz:

A economia piauiense, durante a segunda metade do século XIX, ainda poderia ser definida como um domínio da pecuária. A maior parte da receita provincial derivava daquela atividade, responsável, também, pela ocupação de grande parte da população e pela dinâmica do comércio. Apesar da tendência geral, nesse século, ter sido de estacionamento e decadência, as exportações de gado e seus derivados ainda eram bastante expressivas, sendo a receita proveniente da cobrança do dízimo o item mais importante no conjunto das receitas públicas.¹²

A criação de gado era a grande movimentadora do mercado provincial, sendo assim, o interesse dos produtores se concentrava nessa atividade, de forma que havia pouca diversificação no âmbito da economia definida pelas atividades básicas de subsistência, que utilizavam técnicas rudimentares e pouco evoluídas, e, no caso da agricultura, voltada, basicamente, para o mercado interno.

A pouca, ou quase inexistente, inovação na pecuária era uma realidade que permaneceu inalterada por muitos anos. Era comum, em meio aos jornais, a existência de artigos que tratavam do tema como essa matéria do jornal *O Propagador*:

CRIAÇÃO DE GADOS

ALGUMAS OBSERVAÇÕES E CONSELHOS SOBRE ESTE ASSUNTO.
[...] o desejo que nutrimos de mostrar que não nos é indiferente o nosso estado de atraso, que lamentamos sinceramente.
É fora de duvida que o Piauí, possuindo férteis e vastas campinas e sendo cortado de alguns ribeiros, é uma terra propriamente criadora; é por tanto inquestionável, que se procurasse melhorar as raças vacum e cavalar, que nela foram implantadas a quase 2 séculos, teria a província uma fonte de riqueza inesgotável.

¹² QUEIROZ, 2006, p. 19.

Todas as raças de animais terrestres degeneram e definham de geração em geração, se a seiva da raça não se renova de tempos em tempos.

Esta degeneração é consequência imediata de não ter havido cruzamento com raças mais perfeitas, e do desleixo e falta de instrução dos criadores, que nenhum cuidado tomam para evitar que a reprodução provenha de geradores de má qualidade [...].

Reconhecida esta verdade, vejamos o que sucede nesta província.

Logo que os primeiros aventureiros se internarão nos nossos sertões em 1664 trataram de fundar fazendas de gado, trazendo-o do que havia sido importado da Europa por nossos primeiros conquistadores.

Ate agora o sistema adotado então nas fazendas é o mesmo. Rotineiro, e mau, não tem sido aperfeiçoado em coisa alguma.¹³

A pecuária piauiense era desenvolvida em grandes propriedades e não tinha muitas exigências em termos qualitativos, no que tange às técnicas de produção. A falta de modernização técnica na criação do gado resultou na perda de espaço no mercado nacional. A produção piauiense não possuía competitividade suficiente frente ao crescimento e melhoria dos rebanhos das demais províncias, contudo, essa perda ficou evidente a partir da década de 1870.¹⁴

A agricultura praticada no Piauí durante esse período era, em geral, de produção familiar, basicamente voltada para o consumo dos próprios produtores, exceto o algodão, que teve importância nas exportações na província. A atividade era desenvolvida às margens da atividade principal, a pecuária. O caráter da produção era de subsistência, produzindo alimentos para consumo próprio, sendo mais comum o milho, arroz, feijão e mandioca.

Ao tratar da agricultura piauiense no período, evidencia-se a pouca expressão dessa atividade, fato que não deve ser explicado somente pelas condições climáticas da província, que possuía como auge da adversidade os períodos de seca. As áreas mais adequadas ao desenvolvimento da agricultura eram as situadas às margens do Parnaíba, áreas que no período ainda estavam em processo de ocupação. A explicação para o pouco destaque da agricultura se dá em razão das técnicas rudimentares utilizadas, além do papel dessa atividade na economia local, basta indagar sobre qual atividade era mais rentável para os cofres provinciais.

Ao tratar da economia no período, vale ressaltar a importância da propriedade da terra. Esta se encontrava concentrada nas mãos de poucos, conseqüentemente, os que detinham a propriedade gozavam de uma posição privilegiada em meio à sociedade, mantendo domínio, também, dos cargos políticos e administrativos, pois eram detentores do domínio da leitura e da escrita.

¹³ CRIAÇÃO de gados [...]. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 27, 31 jul. 1858, p. 1.

¹⁴ QUEIROZ, 2006, p. 21.

Os fazendeiros estavam no topo da pirâmide social. A base era composta pelos escravos que, estando na condição de cativos, viviam à margem da sociedade. Não eram, numericamente, expressivos em meio à população livre, a maioria vivia nas fazendas executando atividades rurais, os que viviam nas vilas e cidades serviam a população urbana exercendo os mais diversos serviços, dando lucros a seus proprietários. No Piauí, havia escravos pertencentes ao Estado, resquícios das propriedades da Companhia de Jesus, que, após a expulsão dos jesuítas, foram incorporados aos patrimônios da Coroa e, posteriormente, do estado imperial, estes eram bastante empregados na execução de obras públicas.¹⁵

O grupo social intermediário era composto de vários segmentos sociais. Havia os vaqueiros e homens livres a serviço dos fazendeiros e havia, também, os profissionais liberais e funcionários públicos. Estes possuíam prestígio social devido ao forte vínculo com a elite e o domínio da leitura e escrita, daí o fato de exercerem cargos públicos, vínculo que, em grande parte, era por parentesco ou compadrio.

Ainda compondo o grupo intermediário, este o segmento mais numeroso, era composto de homens livres de baixo poder aquisitivo. Nas cidades, eram os pequenos comerciantes, militares de baixa patente, barbeiros e outras categorias profissionais. A população da província, em grande parte, vivia dispersa ao longo do território. A população que vivia em vilas e cidades era pouco significativa e estava estritamente ligada ao mundo rural. As poucas vilas existentes eram mal estruturadas e isoladas em grande parte.

Nas décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, o Piauí vivia uma situação de isolamento econômico e estrutural. A falta de diversificação econômica, as deficiências de transporte e comunicação dificultavam a integração com o restante do Império. A província não possuía autossuficiência no escoamento de sua produção, dependendo de cidades e vilas não pertencentes a seu território para realizar essa tarefa. A principal rota passava pela cidade de Caxias, pertencente à então província do Maranhão, fato que gerava carestia da produção e, conseqüentemente, pouca competitividade no mercado, além da diminuição dos lucros dos produtores e dos governos locais.¹⁶

A política nacional tinha como objetivo inserir o país no mercado internacional, para isso buscava desenvolver políticas que viessem a consolidar o Brasil como exportador de matérias-primas.

¹⁵ COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 30-31.

¹⁶ QUEIROZ, 2006, p. 13-16.

O objetivo mais geral, expresso em nível de política econômica nacional, era consolidar a posição do país enquanto exportador de matérias-primas. Com isso, realizar-se-ia a função que lhe era reservada no âmbito da divisão internacional do trabalho, consubstanciada nas idéias liberais então em voga. A discussão deste objetivo e de sua implementação na Província fundamentava-se nas experiências da emergente economia cafeeira.¹⁷

A partir de então, políticos piauienses constataram que, para a implementação do objetivo nacional de exportação de produtos agrícolas, só seria possível com o aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. As propostas consistiam na abertura de vias de comunicação e transporte, quer terrestre, quer fluviais, que possibilitassem o escoamento da produção da Província. O esforço para acelerar esse processo foi perceptível na ação de José Antônio Saraiva, ao transferir a capital da província de Oeiras para Teresina, em 1852.¹⁸

A ideia de mudança da capital é antiga. Em 1798, o então presidente da capitania, D. João de Amorim Pereira,¹⁹ já apontava para o governo da metrópole a necessidade de mudança da capital. Outros governadores pensavam da mesma forma, como Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, em 1814, ou José Idelfonso de Sousa Ramos, o Visconde de Jaguarari,²⁰ em 1844, todos defendendo a mudança da capital para Parnaíba. A justificativa estava em sua localização às margens do oceano, o que facilitava o comércio, além do fato de lá já existirem prédios públicos para a instalação das repartições do governo. Contudo, esse argumento foi contestado, pois Parnaíba ficaria em outra extremidade do território, dificultando a comunicação com a região sul da província.²¹

Posteriormente, sugeriu-se a mudança para o município de São Gonçalo, hoje Regeneração, por ser mais próximo a Oeiras e ficar às margens do rio Parnaíba. No entanto, segundo Clodoaldo Freitas, o presidente Zacarias de Goés e Vasconcelos, em seu relatório de 1845, teria afirmado que não atenderia a lei, porque o lugar era deserto e somente um homem gênio poderia erguer, de repente, uma cidade inteira.²² Só em 1850, quando José Antônio Saraiva²³ se torna presidente da província, é que o assunto volta à tona. Saraiva passa então a

¹⁷ QUEIROZ, 2006, p. 14.

¹⁸ QUEIROZ, 2006, p. 14-15.

¹⁹ Dom João de Amorim Pereira veio de Portugal como governador da Capitania do Piauí em 1797, governou o Piauí por duas vezes. Ver: CHAVES, Joaquim. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 20-24.

²⁰ Era mineiro, bacharel em Direito e membro do Partido Conservador. Presidente da província do Piauí nos anos de 1843 a 1844. Ver: RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p. 201.

²¹ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p. 11.

²² FREITAS, 1988, p. 11.

²³ José Antônio Saraiva era baiano, bacharel em Direito, assumiu a presidência da província do Piauí de 1850 a 1853, sua obra de destaque foi a transferência da capital de Oeiras para Teresina. Na Bahia foi deputado,

procurar o local adequado para a transferência e em visita à vila do Poti, que sofria com as inundações no período de enchente do rio Parnaíba, encontra o lugar ideal como fica evidente no trecho de seu relatório de governo do ano de 1851:

Chegando a vila velha do Poti fácil me foi compreender, que sujeita a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio – não podia aquela vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar [...]. Aproveitei esses desejos, convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba; principiei a edificar por meio de subscrições uma matriz, e o resultado de tudo isso foi além de minhas esperanças; por que nunca acreditei, que em menos de seis meses, estivessem em construção perto de trinta habitações: e ainda mais, que os mesmos habitantes da Vila velha, que ali tinham elegantes casas, se resolvessem a deixá-las, para construir no novo local, hoje geralmente chamado vila nova do Poti.²⁴

Saraiva propôs a transferência da capital para a vila localizada na Chapada do Corisco e, a partir de então, elenca as razões da escolha e as vantagens que vê no local escolhido:

Prefiro aquela localidade para sede do Governo da Província; 1º porque é ela bem situada, e a mais salubre possível, [...], 2º porque fica na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí, conseguindo-se assim a maior vantagem da mudança, 3º porque mais próximo da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação, e gozar a capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas, e comerciais com a Corte, e de todos os grandes centros de civilização do império; 4º porque fica no município mais agrícola da Província, e é preciso que o governo cuide seriamente de promover o aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa, e dar a conveniente direção a seus produtos; 5º – porque é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba, e habilitar-se em menos tempo para passar a capital da Província.²⁵

Saraiva apresenta seu projeto de transferência na Assembleia Legislativa, por duas vezes, até obter aprovação em 1852. Após a transferência, desenvolveu-se um trabalho de reconhecimento do rio, um mapeamento para identificar os pontos que pudessem dificultar a navegação. Em seguida, houve uma institucionalização da navegação no intuito de coordenar o escoamento da produção e o transporte de passageiros. Com esse propósito, implanta-se, em

presidente da câmara e senador, foi presidente de Alagoas, Pernambuco e São Paulo, além de ministro da marinha, do Império, de estrangeiros, de guerra e da fazenda, além de outros cargos. Ver: CHAVES, 1994, p. 98-107.

²⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. Jose Antonio Saraiva dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851. p. 49.

²⁵ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. Jose Antonio Saraiva dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851. p. 51-52.

1858, a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba,²⁶ porém, a navegação, de fato, só ocorreu em 19 de abril de 1859, quando chega a Teresina a primeira embarcação a vapor, o Uruçuí.²⁷

A navegação tirou de Caxias o posto de principal ponto de escoamento da produção piauiense, a cidade de Parnaíba passa a ser, também, uma via de escoamento da produção. Isso causa aumento das receitas, desenvolvimento econômico na região norte e uma maior comunicação entre as vilas. A navegabilidade provocou a expansão do comércio, permitindo exportações para a Europa e para as demais províncias do Brasil. Outro aspecto positivo da navegabilidade do rio foi o incentivo à produção de novas culturas, aproveitando suas margens para o cultivo.

No entanto, ainda existiam fatores que continuavam a dificultar o escoamento da produção, pelo menos no caso das vilas e cidade que não estavam localizadas às margens do rio, como a péssima situação das estradas existentes no interior da província, que acabavam por encarecer o transporte, elevando o preço final do produto. O transporte ferroviário poderia ser uma alternativa para o escoamento da produção oriunda do interior, contudo, a implantação de estradas de ferro só ocorreria no século XX.²⁸

Apesar de todos os percalços, o plano inicial de desenvolver a navegação do rio Parnaíba foi executado. Não podemos afirmar que foi um completo sucesso, porém não se pode negar que trouxe desenvolvimento para a província, combateu em parte o isolamento comercial, gerando uma maior diversificação da produção, permitiu a expansão do comércio e inserção do Piauí nas exportações mundiais, ainda que, no primeiro momento, de maneira acanhada.

1.2 Teresina, uma cidade em construção

Segundo Teresinha Queiroz, “ao estudar o universo da pequena cidade no final do século XIX e início do século XX, um dos contrastes observados em relação às grandes

²⁶ Sobre a Companhia de Navegação do rio Parnaíba, ver: CHAVES, Monsenhor. *Teresina: subsídios para a história do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994; BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

²⁷ BARBOSA, 1986, p. 51.

²⁸ CARVALHO, Marina Larice de Sousa. *Imprensa e poder: conflitos político-partidários em jornais piauienses do século XIX*. 2010. Monografia (Graduação em História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010.

cidades da Europa, dos Estados Unidos e mesmo do Brasil é o de que os processos de transformações por que ela passa não são tão dramáticos como os das últimas, [...]”.²⁹

E isso é o que devemos levar em consideração ao voltar nosso olhar para Teresina, a nova cidade construída para ser a capital da então província do Piauí. Tendo sido construída com certa urgência, é fácil entender os problemas estruturais que, então, surgiram, sem esquecer que problemas semelhantes ocorriam nas demais cidades do império.

O conceito de cidade é bastante amplo, sendo assim, usaremos aqui o conceito abordado por Raquel Rolnik,³⁰ no qual a cidade é uma espécie de imã, atraindo pessoas, ideias e massas, exercendo um fascínio, atraindo as pessoas para a vida urbana. Isso pode ser notado em Teresina, pois, quando o aparato administrativo foi deslocado de Oeiras para a nova capital, um número considerável de pessoas chegou, também, à cidade. Esse contingente era formado não somente por funcionários públicos, mas também por pessoas que tinham expectativas quanto às oportunidades que a cidade lhes ofereceria.

As expectativas geravam perspectivas, criando um imaginário acerca da cidade, uma cidade ideal, desejada e imaginada, que muitas vezes não condiz com a cidade real, repleta de problemas não só estruturais como sociais. As cidades brasileiras existentes no século XIX, por vezes, possuíam problemas estruturais e sociais consideráveis. Em Teresina não foi diferente, especialmente, pelo fato de a cidade ter sido construída às pressas. Estava em constante mudança e ainda em construção, sendo assim, a população convivia com os transtornos e problemas oriundos desse processo.

Os anseios e clamores quanto aos problemas urbanos eram, por vezes, expressos por meio de publicações em jornais impressos. Havia muitas reclamações quanto ao estado de conservação das ruas da cidade. As principais queixas diziam respeito ao mato que tomava conta das ruas³¹ e praças³² quanto ao acúmulo de lixo³³ e, ainda, acerca da falta de iluminação.

ANOMALIAS. – Os poços públicos não precisam de baldes; por quanto o rio Parnaíba tem agora mais água do que no verão, embora essa água esteja cor de urucu! [...]

O teatro em reconstrução não tem precisão de ser acabado, por que a cidade inteira é um *teatro*: o lixo monumental, que ali há, a um lado do pardieiro, é um documento imperecível do bom gosto daqueles que fazem guerra sistemática aos porcos!

²⁹ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 19.

³⁰ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

³¹ MATA pasto. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 54, 22 abr. 1871, p. 3.

³² PRAÇA Saraiva. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 55, 26 abr. 1871, p. 3.

³³ PORQUEIRA. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 63, 16 ago. 1871, p. 8.

O mato, barrocas e frojos que há na cidade é uma prova de que aqui não há matutos, e que os tatus-pebas se dariam muito mal se se lembrassem de convocar um congresso deles, para virem legislar em Teresina!

[...]

Numa cidade onde não há iluminação, é não só de bom gosto como ate mesmo de toda conveniência – que as carroças e carros se conservem de frente das casas de seus donos; empachando as ruas!

Ah, terra de maravilhas!!!³⁴

A situação descrita acima reflete os problemas recorrentes da cidade. Um serviço regular de limpeza pública começou a funcionar somente em 1889. As carroças de limpeza puxadas a boi percorriam as ruas, recebendo o lixo de porta em porta, todos os dias, em horas previamente determinadas.³⁵ Quanto ao abastecimento de água, este ocorria por meio de poços construídos nos quintais das casas ou através do transporte de água em tonéis no lombo de animais.

Quanto à iluminação da cidade, couberam ao presidente, Dr. Luis Antônio Vieira da Silva, as iniciativas tomadas para esse fim, dentre elas, o principal foi um contrato com o engenheiro civil, Dr. Joseph Gaune, para o fornecimento de 12 aparelhos que viriam da França, devendo ser entregues no prazo de oito meses na alfândega de Parnaíba a contar da data do contrato. Os aparelhos funcionavam através do uso de querosene. O mesmo método era empregado em algumas cidades de países como França, Alemanha, Itália e Rússia, onde, assim como em Teresina, não havia possibilidade do fornecimento de iluminação a gás devido à falta de estrutura necessária.³⁶

O ensaio de iluminação na cidade ocorreu em 12 de abril de 1871. Segundo a nota de um dos jornais da época, os lampiões davam boa luz, apesar da distância em que foram colocados uns dos outros.³⁷ No entanto, a quantidade de lampiões era pequena e logo surgiram reclamações:

Iluminação

A Rua da Gloria tem muito poucas lojas, não é por consequência iluminada pelos candeeiros delas, como ao menos das sete as nove horas da noite, o são, por exemplo, a rua Grande e a Bela.

Deviam nela se terem colocado ao menos dois lampiões nos lugares em que não há lojas, e que são por isso são escuros como o inferno.

[...] Esta lembrança já é feita um pouco tarde, porque os lampiões, que vieram são poucos, não chegam para a cidade toda [...].³⁸

³⁴ ANOMALIAS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 77, 16 mar. 1872, p. 7.

³⁵ CHAVES, 1994, p. 52-53.

³⁶ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da província do Piauí ao excelentíssimo senhor 1º vice-presidente Dr. Manoel José Espinola Junior, no dia 7 de maio de 1870*. São Luis do Maranhão: Tipografia B. de Matos, 1870. p. 27.

³⁷ ILUMINAÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 53, 13 abr. 1871, p. 4.

³⁸ ILUMINAÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 54, 22 abr. 1871, p. 3.

Segundo consta de uma nota de jornal, os lampiões a querosene iluminariam a cidade até às doze horas da noite.³⁹ Os redatores do jornal *A Pátria* fazem uma sugestão para que o serviço possa ser ampliado. Esta consiste em substituir o uso de colunas de ferro vindas da Europa por colunas feitas de aroeira, que poderiam ser fabricadas na própria Província, por ser uma madeira forte e duradoura, assim somente as lanternas deveriam ser trazidas da Europa, o que faria baratear os custos de forma que a iluminação fosse expandida para toda a cidade.⁴⁰ Não encontramos, porém, nenhum registro que demonstre que a sugestão dos redatores tenha sido acatada.

Teresina possuía problemas sociais tão visíveis e emergentes quanto os estruturais. O grande número de pessoas que veio morar na capital, em seus anos iniciais, passou por dois problemas significativos relacionados à questão habitacional: em primeiro lugar, é possível que o número de habitações existentes não fosse suficiente para atender a essa demanda; o outro aspecto possível diz respeito ao fato de que grande parte dessa população vinha para a nova capital em busca de melhores condições de vida, de forma que não possuíam condições financeiras de pagar os aluguéis cobrados pelas moradias.

As pessoas passaram então a construir suas próprias casas, feitas de palha, e foram surgindo aos arredores do centro da cidade, em pouco tempo, a quantidade de casas de palha cresceu, a ponto de superar em número as de alvenaria, formando uma espécie de cinturão em torno da cidade. Um problema enfrentado por esses moradores foi com relação a incêndios: as casas de palha sofriam constantemente com incidentes, que se tornaram frequentes.⁴¹

A falta de estrutura quanto a condições sanitárias e higiênicas acabava por acarretar problemas de saúde pública, os hábitos da população também contribuíam significativamente para o agravamento da situação. Os jornais criticavam, por exemplo, o costume de expor couros salgados nas ruas da Capital, prática que era proibida pelas posturas municipais da época,⁴² essas reclamações já mostravam a preocupação cada vez maior com a situação sanitária da cidade.

A falta de local próprio e devidamente higienizado para lidar com os alimentos, especialmente com as carnes, levou a discussões acerca da necessidade de se criar em Teresina um Mercado Público. Coube ao Dr. Pereira de Carvalho a ideia e os primeiros esforços para a construção de um mercado público na capital, o local escolhido foi um terreno

³⁹ ILUMINAÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 35, 26 abr. 1871, p. 3.

⁴⁰ ILUMINAÇÃO PÚBLICA. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 54, 22 abr. 1871, p. 4.

⁴¹ INCÊNDIO. *Liga e Progresso*, Teresina, ano 1, n. 2, 22 out. 1862, p. 2.

⁴² CONTINUAÇÃO. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 146, 10 maio 1862, p. 1.

concedido pela Câmara Municipal ao Coronel Jacob Manoel de Almendra próximo ao rio Parnaíba, lugar que considerou ideal por ser mais plano, pela localização em um lugar central, próximo à Praça da Constituição, e sobretudo, pela proximidade do rio, por onde chegava parte considerável de alimentos oriundos do interior do Piauí e do comércio com províncias vizinhas.⁴³

As obras foram suspensas por falta de verbas em 1856, sendo retomadas novamente em 1885 no governo do Dr. Raimundo Theodorico da Costa Silva que elencou em seu relatório as razões da importância do empreendimento:

[...] é geralmente sentida, a falta de um mercado publico, na vossa interessante capital. Causava repugnância ver-se o modo porque era exposta, a venda, a carne verde e outros gêneros alimentícios. Em pequenos quartos imundos, disseminados pela cidade, exalando um fétido pestilencial, à ponto de evitar-se tais lugares, [...].⁴⁴

Concluídas as obras do Mercado em 1888, apenas reparos foram feitos ao longo dos anos, um passo importante para a salubridade da cidade.⁴⁵ O estado sanitário de Teresina nunca foi muito lisonjeiro, era comum a manifestação de sezões ou febres intermitentes, sarampo, alguns casos de tuberculose, varíola, cólera dentre outras.

Em 1858, o Hospital do meio Batalhão registrou em maior número casos de sífilis,⁴⁶ doença sexualmente transmissível, que reflete os hábitos da população, especialmente dos homens afeitos aos serviços de prostitutas; segundo consta,⁴⁷ os homens passeavam pela cidade de mãos dadas com suas amasias, transitando pelos espaços públicos sem preocupações quanto a ofender as famílias que tinham ou diziam ter como alicerce, princípios baseados no que se considerava moral.

No intuito de proteger a população de doenças, o governo passa a incentivar e divulgar a prática da vacinação, fornecendo os meios para que a população tenha acesso a tal serviço, divulgando pelos jornais dias e horários em que a vacinação é praticada no hospital da Santa Casa de Misericórdia.⁴⁸ No entanto a vacinação era uma prática nova, fruto das

⁴³ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854*. Maranhão: Tipografia do Observador de F. M. de Almeida, 1854. p. 15.

⁴⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Raimundo Teodorico de Castro Silva abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1885. p. 53-54.

⁴⁵ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p. 151 – 157.

⁴⁶ MOVIMENTO. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 46, 13 nov. 1858, p. 4.

⁴⁷ Os hábitos dos homens de Teresina de transitar pela cidade com suas amasias está expresso na nota de jornal seguinte: CARO irmão. *O Conciliador Piauiense*, Teresina, ano 1, n. 14, [...] jul 1857, p. 3.

⁴⁸ ANÚNCIOS. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 34, 30 set. 1874, p. 6.

inovações na área da medicina e por isso mesmo gerava certa desconfiança na população, tão afeita aos valores tradicionais, isso explica a pouca procura a esse método de prevenção, o que acabou por tornar tal medida pouco eficiente.

A Santa Casa de Misericórdia foi instalada e inaugurada em Teresina em 17 de agosto de 1861,⁴⁹ em substituição ao hospital da caridade que funcionava desde 1854 na parte pronta do quartel de polícia, tendo em vista que não existia casa própria como convinha.⁵⁰ O prédio em que foi alocada a Santa Casa era baixo e possuía uma estrutura comprometida, vindo a desabar em 1873, e o hospital foi transferido para uma casa particular. Coube ao Dr. Gervasio Cícero de Albuquerque Melo, no mesmo ano, mandar levantar a planta e orçar a despesa para a construção de um novo edifício.⁵¹

A instituição funcionou por anos com muitos problemas, falta de estrutura física e de materiais, problemas higiênicos, falta de pagamento dos funcionários, além do orçamento sempre limitado devido a pouca contribuição dos irmãos membros da irmandade religiosa, de forma que dependia quase exclusivamente da ajuda de custo dada pelo governo.

A falta de prédios e construções apropriadas à instalação das instituições públicas era uma realidade em Teresina. Sendo assim, a maior parte das instituições funcionou em casas alugadas e que não possuíam estrutura apropriada para o fim com o qual estavam sendo utilizadas, e por isso mesmo as instituições constantemente mudavam de lugar, buscando espaços melhor estruturados para o fim a que se propunham.

No intuito de mudar a situação de insalubridade, o Estado passa a intervir cada vez mais na vida da população, buscando tornar Teresina uma cidade civilizada, aos moldes em que se concebia a modernidade emergente. Um exemplo desse tipo intervenção foi uma ordem lançada através de edital pelo chefe de polícia da capital, esta estipulava que os mendigos da cidade deveriam comparecer à Secretaria de Polícia para terem seus nomes arrolados e receberem um bilhete que os autorizaria à prática da mendicância.⁵²

Como podemos notar, a tentativa de disciplinar era tamanha, que os mendicantes necessitavam de uma carteira, um papel fornecido pelo Estado que lhes permitisse, ou lhes tornasse legítimo a prática de mendigar nas ruas da cidade. A mendicância, a vadiagem e a

⁴⁹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso passou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862*. Teresina: Tipografia Conservadora, 1862. p. 6.

⁵⁰ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854*. Maranhão: Tipografia conservadora de F. M. de Almeida, 1854. p. 9.

⁵¹ FREITAS, 1988, p. 40-41.

⁵² EDITAIS. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 132, 6 set. 1860, p. 4.

embriaguez eram práticas criminalizadas, a exemplo, consta na página do jornal que um homem foi preso por embriaguez em 1870.⁵³

A mendicância era um problema sério para o governo provincial, a cada ano, chegavam a Teresina emigrantes oriundos do interior do Piauí e de outras províncias, fugindo principalmente da seca. O fato é que essas pessoas não possuíam condições mínimas de sobrevivência. O governo da província então procurava sanar, pelo menos nesse período de infortúnios, as dificuldades desses emigrantes. Que ao fim do período da seca retornavam a seus lares, contudo, nem todos tinham condições de retornar, ou simplesmente não desejavam fazê-lo.

O que nos interessa na verdade é perceber a extensão do problema, é tentarmos visualizar Teresina nesse período, uma cidade com inúmeros problemas estruturais e que possuía ainda um grande número de emigrantes miseráveis fugidos da seca, de doenças ou mesmo de inundações, transitando por suas ruas.

As dificuldades estruturais permaneceriam ao longo do século, grande parte dos serviços públicos essenciais como abastecimento de água, esgotos, comunicações telegráficas e calçamento só viriam a se concretizar no século seguinte. Dentre as estruturas acima citadas, apenas as ligações telegráficas tiveram início no século XIX, chegando em 1884, fornecendo linha para o norte e em seguida ramais de Piri-piri e Campo Maior, a eletricidade só chegaria no ano de 1914, assim como os outros serviços só chegariam no século XX.⁵⁴

Teresina, como toda cidade, é um espaço de sociabilidade, onde as pessoas moram, trabalham, se divertem e produzem identidades, criando ao mesmo tempo representações das quais emergem sensibilidades e subjetividades próprias. Essas questões sensíveis são perceptíveis nas práticas e no modo de viver da população, no comércio, no lazer, enfim no modo de se viver a cidade.

O comércio de Teresina teve início com pequenas lojas, provavelmente vieram da Vila do Poti e com o declínio da vila e a fundação da nova capital foram transferidas para ela. Nos jornais encontramos anúncios de vários estabelecimentos comerciais, os mais comuns eram quitandas ou pequenos mercados, boticas e lojas de vender produtos variados, nestas encontrava-se de tudo, desde bebidas, produtos para escritório e especialmente vestimentas. Quanto aos serviços, eram comuns anúncios sobre serviços médicos e jurídicos, além do oferecimento do serviço de escravos.

⁵³ PRISÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 12, 13 ago. 1870, p. 4.

⁵⁴ QUEIROZ, 2011, p. 21.

Encontramos, porém, com o passar dos anos, anúncios de comércios e serviços diferenciados e que traziam consigo o signo das mudanças providas da modernidade, a exemplo a difusão de retratos⁵⁵ e a atividade de fotógrafos.⁵⁶ Em termo de inovação, destaca-se sem dúvida uma empresa de aluguel de carros:

Atenção!!!

EMPRESA DE CARROS PARA ALUGUEL.

Domingos Gonçalves Pombo, avisa ao respeitável publico desta capital que tendo montado sua empresa com excelentes parelhas, desde já se acha pronto a satisfazer qualquer chamado a toda hora do dia e da noite pelo que promete bem servir a todas as pessoas que precisarem, o que pede ao ilustrado povo desta capital sua valiosa proteção certo de muito se esforçará para bem merece-la.

Tabelas dos preços dos alugueis dos carros.

Para casamentos.....	8\$000
Batizados.....	5\$000
Cortejo, Baile, Teatro ida e volta.....	4\$000
Passeio dentro da cidade.....	6\$000
Ida e volta a qualquer parte.....	4\$000
Só levar e ir buscar.....	2\$000
Visitas 1ª hora 4\$ rs. As excedentes.....	2\$000
Missa no cemitério.....	5\$000
Aos Srs. facultativos, que fazem visita aos doentes por hora.....	2\$000
Poti ida e volta nos domingos.....	12\$000
Dias da semana.....	12\$000

E outro qualquer serviço se trata na empresa com o empresário, todas as viagens são feitas a dinheiro.

Teresina 20 de fevereiro de 1873.⁵⁷

Esses carros provavelmente eram puxados a cavalo, uma espécie de charrete, tamanha inovação não inibiu o serviço de aluguel de cavalos⁵⁸ propriamente dito, que era o meio de transporte tradicional, o mais comum. Notemos aí a convivência entre serviços e práticas ditas tradicionais, e as novas, características dos tempos modernos.

Em 1875, foi fundado o primeiro hotel da cidade, o *Hotel Teresinense*.⁵⁹ Na década de 1880, surge uma variedade maior de lojas, os principais estabelecimentos que funcionavam nesse período eram os seguintes: Mundo Elegante, Loja Francesa, Loja Brasileira, Bon Marché, Livraria Econômica, Drograria Imperial dentre outras.⁶⁰

Teresina vivia um momento de transformações que, embora graduais e lentas, representavam a modernização e com ela vinha uma busca pela civilidade. Era a convivência

⁵⁵ BINDSEIL, J. *O Propagador*, Teresina, ano 2, n. 74, 26 jun. 1859, p. 4.

⁵⁶ AVISO. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 115, 22 abr. 1860, p. 4.

⁵⁷ ATENÇÃO. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 8, 5 mar. 1874, p. 6.

⁵⁸ ATENÇÃO. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 3, n. 123, 6 set. 1876, p. 4.

⁵⁹ HOTEL TERESINENSE. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 2, n. 80, 14 set. 1875, p. 4.

⁶⁰ CHAVES, 1983, p. 48.

do velho, do tradicional, com o novo, o moderno, o que não deixava de gerar conflitos. Novas formas de diversão iam surgindo e convivendo concomitantemente com as diversões ditas tradicionais.

Quanto às atividades de lazer na cidade, podemos citar as festas, algumas já eram regulares. Monsenhor Chaves as dividiu em três grupos: religiosas, cívico-patrióticas e populares propriamente ditas. As festas religiosas ocorriam nas igrejas da cidade, especialmente em torno da Matriz. A Igreja do Amparo foi a primeira da cidade e começou a ser construída por uma subscrição popular sob o apoio do presidente Saraiva em 1851, a construção passou por vários ajustes ao longo dos anos e assim permaneceu até o fim do século.⁶¹

O outro templo religioso que foi construído em Teresina no período foi a igreja de Nossa Senhora das Dores, começou a ser construída em 1865, a obra passou por inúmeros problemas estruturais e a construção desabou em 1870, no ano seguinte deu-se início à reconstrução da igreja.⁶² As obras prosseguiram e em aproximadamente dois anos estava praticamente concluída, somente com pequenos reparos ao longo dos anos.⁶³

As festas religiosas eram muitas e consistiam em cultos públicos ou novenas que às vezes eram rezadas nas casas de particulares. Vale ressaltar três das mais concorridas: a festa da Padroeira da cidade, a festa a Nossa Senhora da Conceição e a procissão de Bom Jesus dos Passos.

A festa em homenagem à Padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo, era a mais popular, ocorria em setembro ou outubro, e em geral contava com as novenas e a procissão, a ocasião era bastante concorrida e festejada.⁶⁴

A novena de Nossa Senhora da Conceição era bastante concorrida e segundo consta foi a primeira a trazer a prática do leilão para a capital. Consta que a festa era pomposa, de acordo com os recursos da província, iniciava com novenas, posteriormente um grande leilão era realizado, este era bastante concorrido e em seguida uma procissão pelas ruas da cidade.⁶⁵

⁶¹ FREITAS, 1988, p. 22- 31.

⁶² PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 4^a Vice-presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872.* Maranhão: Tipografia do País, 1872. p. 18.

⁶³ FREITAS, 1988, p. 59- 68.

⁶⁴ OCORRÊNCIAS. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 134, 22 out. 1860, p. 4.

⁶⁵ A FESTIVIDADE. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 137, 10 dez. 1860, p. 4.

Outra festividade religiosa concorrida era do Bom Jesus dos Passos, geralmente organizada pela irmandade religiosa de mesmo nome, possuía uma concorrida procissão que percorria as ruas da cidade.⁶⁶

Entre as comemorações cívico-patrióticas, três eram preferidas: o aniversário da Constituição política do Império, A festa da independência e o aniversário do Imperador. A festa da constituição era comemorada no dia 25 de março, era feriado na data e as comemorações na cidade iniciavam cedo, com salvas de artilharia no Quartel de Linha, acordando e convocando o povo para a comemoração, que contava com desfile militar pelas ruas, cortejo do povo diante da efígie do Imperador e à noite baile na presidência.⁶⁷

A festa da independência, comemorada em 7 de setembro, era também bastante concorrida. Salvo as pequenas variações, a festa pode ser descrita da seguinte maneira: iniciada com a parada militar, representada pela Guarda Nacional e pelo batalhão de primeira linha da província, à noite passeata pelas ruas da cidade, que era composta por pessoas de todas as classes sociais que seguiam ao som da música dos educandos artífices.⁶⁸

Havia ainda a comemoração do aniversário do Imperador, no dia 2 de dezembro. O feriado era a mais popular de todas as comemorações. Iniciava com salvas de artilharia, cortejo ate o palácio onde os militares do quartel de primeira linha e da Guarda Nacional se apresentavam. À noite, havia representação no Teatro Santa Tereza na qual se saudava a Augusta Efígie Imperial com o hino nacional e por fim se davam vivas ao Sr. Imperador, à família imperial, à nação brasileira e ao povo.⁶⁹

As festas populares eram diversas, consta que eram comuns batuques, o que é justificado pela quantidade considerável de escravos, danças de São Gonçalo, sambas e etc. Essas festas de subúrbio eram chamadas *beleques*. Na festa de São João, havia boi, danças, fogueiras, além de fogos, onde se destacavam os busca-pés, que causavam muitos problemas.⁷⁰

O carnaval era um divertimento popular por excelência, que começou modesto, consistindo basicamente no entrudo, de água e anil; porém com o tempo essa prática passou a ser criticada, por ser vista como um costume pouco civilizado. Vejamos uma descrição do carnaval na cidade no ano de 1860:

⁶⁶ PROCISSÃO de passos. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 633, 21 mar. 1880, p. 4.

⁶⁷ CHAVES, 1983, p. 28.

⁶⁸ O DIA 7 de setembro. *O Propagador*, Teresina, Ano 1, n. 33, 11 set. 1858, p. 4.

⁶⁹ O DIA. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 49, 5 dez. 1858, p. 4.

⁷⁰ CHAVES, 1983, p. 29.

– Carnaval – Esteve bem animado o carnaval entre nós neste ano – Ainda bem que se vai de todo esquecendo o brutal – entrudo –.

No domingo passado um grande numero de máscaras– bem vestidos – e bem caracterizados, à cavalo – uns e a pé outros – percorreu as ruas desta cidade – e houve perfeito – *entente cordeale* – entre todos; – não havendo felizmente desagueado algum. –

Na 3ª feira o concurso foi ainda maior, as vestimentas mais ricas ainda, e muitas máscaras perfeitamente caricatos e de bom gosto. – Entre todos merece especial menção o – Cigano – que sem dúvida foi – o 1º mascara caricato. – & – A noite houve baile muito animado no salão do Teatro – e em uma casa particular soirée de famílias em que compareceram cerca de 20 mascaras ricamente vestidas – e de bom gosto.⁷¹

Com o tempo, o Carnaval foi se tornando mais organizado, as fantasias e máscaras ficaram mais elaboradas e em alguns casos mais sofisticadas, o que acabou por movimentar o comércio da capital nos dias que antecediam a festa.⁷²

Outra diversão era o teatro, que era diferente dos lazeres tradicionais, bailes, quermesses e saraus. Inicialmente, por falta de casas de espetáculo, as apresentações ocorriam em casa de pessoas de prestígio e apresentavam gêneros como drama e comédia.

A primeira casa de espetáculos de Teresina foi o Teatro de Santa Teresa, inaugurado em 1858. Adquirido pelo presidente da província, João José de Oliveira Junqueira, que afirmava que “o teatro é o primeiro e mais útil divertimento dos povos civilizados”.⁷³ Durante muito tempo, esse foi o único espaço público de diversão teatral da cidade. Outros teatros só apareceriam na década de 1880, como o Teatro 24 de Janeiro e Teatro Concórdia.

O teatro em Teresina nesse período era muito frequentado, contudo vale ressaltar que esse divertimento não era acessível à maioria da população, poucas pessoas tinham condições de pagar pelo divertimento que era símbolo de distinção social. Apareceram na cidade, nesse período, companhias teatrais de renome. O envolvimento do público era tamanho que, segundo Teresinha Queiroz, “em torno das artistas das trupes visitantes, os fãs se dividiam, formando aguerridos partidos que se digladiavam pela imprensa, discutiam no teatro e concorriam entre si nas demonstrações de carinho às suas eleitas”.⁷⁴ Era comum a utilização de palmas, flores, recitais de poemas, declarações pela imprensa e até acompanhamento à residência com bandas de música, tudo isso como demonstração do carinho despertado pelos artistas.

⁷¹ CARNAVAL. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 108, 26 fev. 1860, p. 4.

⁷² ALERTA. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 627, 31 jan. 1880, p. 4.

⁷³ *Apud* FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 148.

⁷⁴ QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUND-API. 2008. p. 21.

A reação do público era, no entanto, diversa, nem sempre se comportavam de maneira considerada adequada, às vezes em reação a peças mal apresentadas, ou, simplesmente agiam de forma espontânea, fazendo barulho intencionalmente, comportamento considerado incivilizado pelos redatores dos jornais, que teciam inúmeras críticas.⁷⁵

Outro divertimento que despontava na cidade de Teresina era a música, que muitas vezes estava associada a eventos públicos, marcando presença em jantares, reuniões, passeatas, aniversários e também nos bailes, que eram a diversão mais comum da cidade. Logo caiu no gosto do público, vejamos:

Recreio. – Consta-nos que S. Exc. dera ordem para que a musica dos Educandos não tocasse mais nas tardes dos domingos e dias santificados junto a rampa, onde muita gente concorria, como que procurando uma distração aos trabalhos do dia, ou fugindo do calor infernal, que se sente no coração da cidade.

Sendo certo que existe essa ordem pedimos a S. Exc. que se digne de revogá-la – mandando que a música continue a ir tocar no lugar de costume. Com isso proporcionara S. Exc. algumas horas de recreio aos habitantes desta terra, tão necessitados de divertimentos e distrações.⁷⁶

O apelo funcionou e consta-nos que os números seguintes do jornal noticiavam a volta da música junto à rampa. Logo, começam a surgir aulas de música, estas eram ministradas em casas particulares, de alunos ou de professores, tornam-se comum nos jornais anúncios das referidas aulas,⁷⁷ a música passa a ser ensinada também nas escolas, por exemplo no Colégio de Nossa Senhora das Dores.⁷⁸

A música estava no centro da vida social. De acordo com Teresinha Queiroz, durante a segunda metade do século XIX, “a música em Teresina ainda está muito ligada às bandas policiais, militares e estudantis e os instrumentos são, sobretudo de sopro”.⁷⁹

A música nesse momento era associada a refinamento cultural e vista como elemento diferenciador de extratos cultos. A música, em sua relação com as concepções de mundo e de saber, era considerada um fator de civilidade, um distintivo do ser humano, atividade que reforçaria os sentimentos mais nobres de altruísmo social. Era vista como diretamente relacionada às sociabilidades emergentes impostas pela nova ordem do progresso e da civilização.⁸⁰

⁷⁵ NOTÍCIAS. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 29, 14 ago. 1858, p. 4.

⁷⁶ RECREIO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 42, 23 jan. 1871, p. 4.

⁷⁷ ENSINO de música. *Opinião Conservadora*, Teresina, ano 3, n. 123, 6 set. 1876, p. 4.

⁷⁸ AULA de música. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.15, 6 out. 1882.

⁷⁹ QUEIROZ, 2008, p. 68.

⁸⁰ QUEIROZ, 2008, p. 67-68.

A música seria um aspecto diferenciador, fazer e gostar de música significava se distinguir enquanto ser civilizado, o mesmo ocorria com o teatro. Tratava-se, em verdade, de um momento de adequação a regras e comportamentos sociais e culturais que emergiam oriundos dos novos padrões de civilização e progresso, que ditavam quais comportamentos eram civilizados, modernos e socialmente aceitáveis. No entanto, a maior parcela da sociedade piauiense permanecia enraizada em conceitos tradicionais e rurais e não acompanhava completamente as mudanças, nem mesmo os que viviam na capital.

Após a exposição, é possível concluir que Teresina, como toda e qualquer cidade, possuía problemas estruturais e sociais, estes eram semelhante aos vivenciados nas demais cidades do Império, é claro que resguardadas as particularidades existentes, a cidade real difere da cidade ideal, da cidade desejada, porém, a cidade real é a que é verdadeiramente vivida, sociabilizada e por vezes sensibilizada, é nela que são construídas identidades e representações que fazem as pessoas serem o que são, assim a cidade real torna-se a cidade desejada, mesmo com todos as contradições que traz consigo.

1.3 Miguel Borges e seus trajetos

Iniciar a pesquisa por Teresina e em extensão pelo Piauí foi uma escolha, adotada em função da necessidade de dar um lugar ao sujeito por nós estudado, a intenção é ambientar Miguel Borges, nos aproximando do lugar em que viveu, pois como diz Pierre Bourdieu:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou [...] ⁸¹

Daí a importância do contexto, é preciso buscar tanto quanto possível conhecer os espaços físicos e sociais no qual viveu o sujeito estudado, conservando as especificidades, o meio apresentaria “fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 190.

singularidade das trajetórias”;⁸² as trajetórias são também usadas para esclarecer o contexto, eis os usos e importância de ambientar o sujeito.

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco nasceu na cidade de Campo Maior, pertencente à então província do Piauí, em 15 de junho de 1836, filho de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva⁸³ e Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco.⁸⁴ Desde a infância passou por percalços que o acompanharam ao longo de sua existência. O primeiro destes envolveu diretamente seu pai.

O coronel Lívio, era segundo Mons. Joaquim Chaves,⁸⁵ um homem rico, inteligente, estimado e respeitado pelo povo. De acordo com Miguel Borges, “em 1844 não existiam na província partidos políticos bem discriminados”,⁸⁶ existiam, no entanto, dois polos influentes e que se definiam entre os que eram a favor da política e influência do Visconde da Parnaíba, e aqueles que eram contrários a tal influência, que futuramente comporiam o Partido Conservador e o Liberal respectivamente, sendo Lívio expressivo representante da segunda corrente.

Manuel de Sousa Martins governou a província do Piauí por vinte anos, de 24 de janeiro de 1823 a 30 de dezembro de 1843, com pequenos intervalos (de 9 de dezembro de 1828 a 13 de fevereiro de 1829 e de 15 de fevereiro do mesmo ano a 17 de fevereiro de 1831), o que causava profundo desconforto em Lívio Lopes. Ao eclodir, em 1839, no Maranhão, uma insurreição popular que ficou conhecida como Balaiada, sendo Lívio Lopes contrário ao alistamento obrigatório, ao serviço militar e não suportando o governo prolongado e, a seu ver, autoritário, de Sousa Martins, vislumbrou na rebelião a possibilidade de pôr fim ao governo do Visconde.

Adentrou na revolta colocando sua vida e fortuna à disposição da rebelião. Seus planos eram agir no Maranhão e obter ajuda para livrar o Piauí do governo do dito Visconde. No entanto, não alcançou seus objetivos. Foi perseguido, preso e exilado, passando anos longe do Piauí e de seus familiares. Pelo resto da vida, seus adversários políticos fizeram do

⁸² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 175.

⁸³ Lívio Lopes nasceu na vila de Santo Antônio de Campo Maior em 1813. Desde cedo atuou na agricultura e no comércio. Filho de uma família importante, exerceu cargos públicos, tanto de nomeação quanto de eleição. Aos 15 anos entrou no Exército, subindo rapidamente de patente. Foi homem de grande expressão no cenário jornalístico piauiense. Casou-se com Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco, com quem teve sete filhos, dentre eles Miguel Borges. Ver: CHAVES, 1994, p. 56- 60.

⁸⁴ Pertencente a uma família importante da província, filha de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco (primeiro com esse nome). Ver: CASTELO BRANCO, 1878, p. 124-133.

⁸⁵ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 56.

⁸⁶ CASTELO BRANCO, 1878, p. 7.

episódio motivo para duras críticas, das quais se defendia em escritos publicados nos jornais da época.

Essa situação gerou sérias consequências à sua família. Por esse motivo, Miguel Borges só começou a frequentar a aula pública de primeiras letras em Campo Maior, regida pelo português naturalizado José Alves Barbosa, em 1847, aos onze anos de idade. Em 1855 foi, juntamente com seu irmão Francisco, para Oeiras,⁸⁷ em companhia de seu tio, o Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco,⁸⁸ que fora nomeado Juiz de Direito daquela comarca. De Oeiras devia seguir para a Bahia em companhia do Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento,⁸⁹ onde pretendia estudar escrituração mercantil e empregar-se no comércio. No entanto, tiveram que regressar da vila de Jacobina devido a notícias de que a capital baiana enfrentava um surto de cólera. Dois anos depois, seguiu para Recife com seu tio Dr. Antônio Borges, a fim de estudar Direito.⁹⁰

Matriculou-se no Colégio de Artes, porém foi acometido de uma congestão pulmonar e, seguindo recomendações médicas, retornou ao Piauí. Alguns dias após chegar a Campo Maior, foi atacado por uma moléstia que o fez perder a visão do olho esquerdo. Diante dessas dificuldades, abandona o projeto de seguir a carreira jurídica. Em 1860, casou-se na fazenda Vitória de Baixo com sua prima D. Cassiana Ferreira de Araújo e Silva Castelo Branco, filha do capitão Marcelino José Pereira e de D. Bernardina Luzia da Silva Ferreira, e novamente sofre um duro golpe ao enviuvar pouco tempo depois.

Em 1862, mudou-se para Teresina, abriu uma aula de primeiras letras como mostra o anúncio a seguir:

ANÚNCIOS AULA PARTICULAR

De primeiras letras, Aritmética e Gramática Portuguesa.

O abaixo assinado tendo dado férias a seus alunos, ate o dia 15 de janeiro proxivamente vindouro, faz ciente que desse dia em diante continuara a receber alunos de ambos os sexos e lecioná-los nas matérias acima mencionadas, do mesmo modo porque já tem feito anunciar; isto é: - duas vezes ao dia (das 8 às 10 horas do dia, e das 3 as 5 da tarde) inclusive as quintas feiras, e todos os mais dias feriados que não forem domingos ou dias

⁸⁷ Capital da província Piauí até o ano de 1852, ano da transferência da capital para Teresina.

⁸⁸ Antônio Borges Leal Castelo Branco (segundo deste nome) era filho de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco (primeiro) e D. Maria de Jesus Castelo Branco. Foi juiz de Direito na cidade de Caxias pertencente à província do Maranhão, atuou como deputado provincial e geral pelo Piauí. Ver: VIAJANTES ilustres. *A Imprensa*, Teresina, ano 6, n. 283, 12 jan. 1871, p. 4; CASTELO BRANCO, 1878, p. 48.

⁸⁹ Bacharel em Direito nascido em Oeiras, assumiu vários cargos importantes no governo imperial nas províncias do Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. Atuou também na redação dos periódicos *Argos Olindenses* e *Oeirense*. Ver: CASTELO BRANCO, 1878, p. 118-123.

⁹⁰ FREITAS, 1998, p. 144.

santos de guarda; - mediante unicamente a mensalidade de dois mil reis pelo ensino de cada um.

O fornecimento do papel, traslado, tinta, e penas que for necessário para o uso da escola, continuara a ser feito prontamente pelo anunciante.

Honroso acolhimento que o mesmo abaixo assinado, no exercício deste seu magistério, teve a satisfação de receber este ano do ilustrado público desta capital, o faz persuadir-se de que para o ano vindouro, seus comprovincianos continuarão a honrá-lo com suas atenções; e nesta persuasão protesta-lhes desde já o seu maior reconhecimento.

Teresina 20 de dezembro de 1862.

M. de S. Borges Leal Castelo Branco.⁹¹

Fundou no mesmo ano o jornal literário e recreativo *Aurora Teresinense*.⁹² No ano de 1864, trabalhou como amanuense na Secretaria de Polícia e casou-se novamente, com D. Emília Henriqueta Viana de Noronha, com quem teve oito filhos, dos quais cinco lhe sobreviveram: Maria Emília Castelo Branco, Celina Emília Castelo Branco, Raimundo Borges Castelo Branco, Lívio Borges Castelo Branco e Wladimir Borges Castelo Branco.⁹³

Ainda no ano de 1864, foi nomeado pelo vice-presidente da província e chefe do Partido Liberal, Dr. Antônio de Sampaio Almendra,⁹⁴ para assumir a cadeira de Francês do Liceu Piauiense, em substituição ao professor José Joaquim Avelino, que se encontrava licenciado.⁹⁵ Foi membro do Partido Liberal, a exemplo de seu pai. No entanto, ao que parece, não desenvolveu um sentimento de revolta para com o Visconde da Parnaíba pelo ocorrido com seu genitor. Apesar do fato de pertencer politicamente ao grupo opositor ao clã dos Sousa Martins, que geralmente pertencia ao Partido Conservador, aparentemente não foi um homem tão impulsivo quanto Lívio, tendendo mais para a racionalidade.

Em 1865, torna-se escrivão da coletoria de Teresina, pede exoneração do cargo de amanuense e assume a redação e direção do jornal *Liga e Progresso*, devido a divergências ocorridas entre seus redatores⁹⁶ e o proprietário Dr. Antônio de Sampaio Almendra. Foi deputado provincial de 1866 a 1867 pelo Partido Liberal.

Em 8 de setembro de 1866, aconteceu em Teresina um grande incêndio, que destruiu muitas casas de populares. Miguel Borges promoveu uma subscrição juntamente com o chefe

⁹¹ AULA particular. *Liga e Progresso*, Teresina, ano 1, n. 9, 31 dez. 1862, p. 4.

⁹² *Aurora Teresinense*, pequeno jornal literário de Miguel Borges redigido em 1862. Ver: PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972. p. 222.

⁹³ NECROLÓGIO. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 965, 23 abr. 1887, p. 1.

⁹⁴ Natural de José de Freitas, nasceu em 1829, formado em Direito, foi deputado provincial e vice-presidente da província, assumindo a presidência de 4 de dezembro de 1863 a 28 de maio de 1864. Ver: RÊGO, 2001, p. 212; PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Velloso passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 2º vice-presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendrano dia 4 de dezembro de 1863*. Teresina. Tipografia Progressista, 1864.

⁹⁵ FREITAS, 1998, p. 145.

⁹⁶ Dentre os quais Deolindo Mendes da Silva Moura, que a partir de então funda e redige o jornal *A Imprensa*.

de polícia da capital em favor das vítimas, como está expresso no relatório governamental a seguir:

A 8 de setembro, pouco depois do meio-dia, apareceu um grande incêndio nas imediações desta cidade, produzido por um foguete, segundo dizem, o qual devorou 42 casas de palha, perdendo-se quase que totalmente os objetos que nelas existiam.

Foi o maior incêndio que presenciou a pacífica população desta capital. Os infelizes, que nessas palhoças habitavam, pertenciam à classe mais desfavorecida da fortuna, e ficaram reduzidas à miséria. Entretanto, o Doutor Joaquim Damasceno Nogueira, digno chefe de polícia interino, e o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, promoveram uma subscrição em favor desses infelizes, a qual rendeu a quantia de 644\$500 réis, que foi distribuída pelos prejudicados por meio de uma comissão que para tal fim nomeei, sendo a distribuição feita conforme os prejuízos e as circunstâncias de cada um. Felizmente não tivemos que lamentar a perda de uma só vida em tão horroroso incêndio.⁹⁷

No decorrer de sua trajetória de vida, veremos que “por várias vezes ofereceu parte de seus parques ordenados para fins humanitários e patrióticos”,⁹⁸ é o que encontramos frequentemente nas páginas de periódicos da época. Consta que, por ocasião de pendências econômicas com o governo inglês, teria oferecido cerca de 10% de seu salário para ajudar com as despesas.⁹⁹

Em 1870, seu nome aparece na imprensa em notícias referente à Santa Casa da Misericórdia, instituição na qual foi secretário, permaneceu no cargo até meados do ano de 74, como na notícia a seguir:

O Sr. provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, Tenente Coronel Odorico B. de Albuquerque Rosa, manda fazer publico que em secção da mesa administrativa da mesa da santa casa, do dia 25 de junho próximo vindouro, se contratara com quem mais vantagens oferecer, os fornecimentos de medicamentos [...].

Secretaria da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, 20 de maio de 1874.

O Secretário

Miguel de S. B. L. Castelo Branco.¹⁰⁰

Miguel Borges, como muitos homens de seu tempo e de sua condição econômica, possuía uma estreita relação com a escravidão, o primeiro aspecto a ressaltar é que possuía escravos, como mostra a notícia de 1870:

⁹⁷ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. vice-presidente da Província do Piauí Dr. José Manuel de Freitas passou a administração ao excelentíssimo presidente Dr. Adelino Antônio de Luna Freire no dia 5 de outubro de 1866*. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1866. p. 6.

⁹⁸ FREITAS, 1998, p. 145.

⁹⁹ FREITAS, 1998, p. 145.

¹⁰⁰ O SR. PROVIDOR da Santa Casa de Misericórdia. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 18, 20 maio 1874, p. 4.

100\$000 reis

Acha-se fugido desde 28 de janeiro do corrente ano de 1870, o escravo mulato de nome Lourenço, de cabelos carrapinhados, corpulento, estatura regular, de idade de 26 a 36 anos, pouco mais ou menos; tendo a mão e braço direitos defeituosos, é natural do Piauí.

Este escravo pertenceu ao Sr. Antônio da Cunha Castelo Branco, e depois ao Sr. José Piauilino de Magalhães (hoje residente no Ceará) que o vendeu ao Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco.

Quem o capturar entregar no Rio de Janeiro ao Sr. Dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis ou ao Sr. Dr. Melcides Pereira da Silva; no Recife ao Sr. Luiz Lopes Castelo Branco; no Ceará o Dr. José Avelino Gurgel do Amaral; no Maranhão ao Sr. Laurindo de Oliveira; no Pará ao Dr. Raimundo Borges Leal Castelo Branco; [...], ou em Teresina ao mencionado capitão Miguel Borges, será recompensado com a gratificação de 100\$000 reis.¹⁰¹

Como é possível perceber, os donos de escravos mantinham uma rede de relações que se articulava sempre que um escravo fugia, de forma que agiam como representantes do proprietário do escravo. Estando presentes nas principais cidades e regiões do país, caberia a eles incumbência de receber o escravo fugido caso o mesmo fosse localizado e a posteriori encaminhá-lo para o dono. Miguel Borges tanto era ajudado quanto ajudava os que assim como ele possuíam escravos fugidos.

FUGIU no dia 12 deste mês, do lugar Por enquanto, termo da União, província do Piauí, o escravo Romualdo, [...] , o qual pertence a Jose Ferreira de Andrade, [...] – pede-se a quem o encontrar entregar na cidade de Caxias ao Capitão João Barbosa Ferreira, na Teresina ao Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, [...].

Caxias, 22 de dezembro de 1870.¹⁰²

Sendo comerciante, Miguel Borges ainda intermediou a compra e venda de escravos, como mostram os anúncios a seguir:

Compras de escravos.

Miguel Borges, compra, para satisfazer encomendas do Rio de Janeiro, escravos novos, sadios e sem defeitos.¹⁰³

Ou como no seguinte caso, lucrando como intermediador no comércio de escravos:

Gratificação Rs 50\$000

Gratifica-se com 50\$000 rs. A pessoa que capturar o escravo de nome Luiz, preto, magro de 20 a 22 anos de idade, pouco mais ou menos; que fugiu desta cidade, de casa do Capitão Miguel Borges (onde se achava para ser vendido) no dia 25 do corrente mês (janeiro de 1874).

¹⁰¹ 100\$000 REIS. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 26, 8 out. 1870, p. 4.

¹⁰² FUGIU. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 40, 14 jan. 1871, p. 4.

¹⁰³ COMPRAS de escravos. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 4, 31 jan. 1874, p. 4.

O escravo de se trata é de propriedade do Sr. José Joaquim de Araújo, do termos das Barras, [...].¹⁰⁴

Atuou também no comércio de Teresina, onde possuía a Loja Econômica na qual vendia um sortimento dos mais variados produtos. A partir de 1871, começaram a surgir nas páginas dos jornais os primeiros anúncios da Loja, como veremos:

PARA APURAR DINHEIRO

É preciso que se venda barato.

Cambraias de cores, para vestidos fazendas superiores, de gostos modernos, vara... 800

Chitas peicales, de mais de quatro palmos de largura, padrões novos e gostos superiores, côvado... 560.

Chitas largas, entre finas cores fixas e muito bonitas, côvado 400.

Chitas estreitas encorpadas, cores fixas e de superiores qualidades, côvado 320.

Musselinas pretas, fazenda muito larga, e de superior qualidade, côvado 400.

Chitas pretas largas, côvado 320.

Chitas largas para cobertas de padrões muito bonitos, côvado 480.

Elefantes extrafinos, largos, peças, 8:000 vara, 400.

Algodãozinho n. 1, fazenda muito larga e forte de superior qualidade peça 7: 800, vara 500.

Algodãozinho n. 5, boa qualidade peça 5: 500, vara 360.

Algodãozinho n. 3, peça 5:000, vara 320.

Além dos artigos acima mencionados, existem também na – Loja Econômica, – de Miguel Borges, à Rua Paissandu (antiga Rua do Pequizeiro) muitas outras fazendas, como sejam sedas, vestidos, grenolina de lã e seda caseiras, alpacas pretas e de cores, panos adamascados para toalhas, toalhas felpudas, um bom sortimento de perfumarias, miudezas, livros, papel, grande quantidade de objetos próprios para escritórios, enfeites e muitos outros artigos, que se vende por diminutos preços – para apurar dinheiro – e fazer-se freguesia.

Aos fregueses que de uma só vez fizerem emprego de quantia superior a 100\$000, ainda se fará um sofrível abatimento a seu favor.¹⁰⁵

Como se pode perceber, a loja possuía uma grande variedade de produtos, dos mais variados tipos. A partir de 1874, o estabelecimento abre espaço para a venda de livros e muda de nome, passando a aparecer nos anúncios seguintes como Livraria Econômica ou em outros como Livraria de Miguel Borges, como mostra o anúncio:

Livros Novos

Na livraria de Miguel Borges

MUITA ATENÇÃO!!!

JESUS CRISTO, ou Divino amigo dos meninos, contendo a vida e paixão do nosso Salvador: um volumezinho muito nítido, com capa impressa em ouro, e com 15 gravuras coloridas. 1\$200.

¹⁰⁴ GRATIFICAÇÃO. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 6, 17 fev. 1874, p. 4.

¹⁰⁵ PARA apurar dinheiro. *A Imprensa*, Teresina, ano 6, n. 289, 22 fev. 1871, p. 4.

HISTÓRIA DA SAGRADA ESCRITURA, ou livro das famílias religiosas, contendo o novo e o velho testamento, representado em 60 lindas estampas coloridas, os fatos mais notáveis da escritura sagrada. - 16\$000.

O REINO DE FLORA, ou a linguagem das flores de nova espécie; interessante jogo ou combinação das flores para importantíssimos trabalhos de agulha, um volume por 6\$000.

ENSINO INFANTIL, por meio de imagens, contendo 18 quadros ricamente coloridos, para o ensino das crianças de tenra idade por 5\$000.

IMAGENS DE JESUS CRISTO em grande formato, pomposamente coloridas uma 6\$000.

Aviso Importante

A *Novíssima reforma judiciária*, pelo ilustrado piauiense, Dr. José Manoel de Freitas, acha-se a venda na livraria de Miguel Borges à rua do Paissandu. Também acaba de chegar, para o mesmo estabelecimento, as seguintes obras importantíssimas:

Lucubrações pelo Dr. Leal.

Eneida de Virgílio.

Trechos Clássicos.

Atlas geográficos.

Compêndios de geografia.

Aritméticas de Besout.

Seletas francesas.

Dicionários portugueses.¹⁰⁶

Apesar da mudança de nome, o estabelecimento manteve a venda de produtos variados, o que fica claro ao longo dos inúmeros anúncios existentes na imprensa. Ao analisar esses anúncios, fica evidente que o foco vai mudando e passando a não ser exatamente os livros e sim os demais produtos. Concluímos isso devido ao pouco espaço reservado aos livros, o que nos faz supor que o número de leitores existentes na cidade, assim como em toda a província, era pequeno, não dava o lucro esperado, pois tinha um mercado consumidor incipiente, o que pode ser atribuído dentre outros fatores à situação educacional vivenciada na época. Segundo consta, foi a única livraria existente na cidade até ano de 1875.¹⁰⁷

A partir do ano de 1872, por deliberação do Partido Liberal, assumiu a redação do jornal *A Imprensa*. A primeira edição a apresentar no título redatores diversos é a de número 345, do dia 12 de abril do referido ano.¹⁰⁸ Em 1874, seu nome aparece na imprensa como um dos irmãos escolhidos para manter a segurança da imagem de Bom Jesus dos Passos, a lista foi divulgada pelo secretário da Confraria dos Passos, isso nos faz concluir que Miguel Borges foi membro da Irmandade de Bom Jesus dos Passos.¹⁰⁹

Em decorrência da seca de 1877, assinou com o governo provincial um contrato para a instalação de um núcleo de emigrantes no sítio Guandu, de sua propriedade. Estima-se que

¹⁰⁶ LIVROS novos. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 13, 22 abr. 1874, p. 4.

¹⁰⁷ CHAVES, 1994, p. 62.

¹⁰⁸ REDATORES diversos. *A Imprensa*, Teresina, ano 8, n. 345, 12 abr. 1872, p.1.

¹⁰⁹ PAUTA. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 51, 31 mar. 1871, p. 3.

tenha abrigado cerca de 800 pessoas.¹¹⁰ O sítio ficava a cerca de seis léguas de Teresina. Em 1878, foi funcionário da Comarca de Teresina, onde ocupou os cargos de partidador, contador e distribuidor, provido através de concurso pelo Decreto Imperial de 23 de janeiro de 1872.¹¹¹ Ainda no ano de 78 foi vereador de Teresina,¹¹² seu nome aparece em meio ao corpo eleitoral da província, lotado na freguesia de Nossa Senhora das Dores pertencente à Capital.¹¹³

No mesmo ano, foi um dos três diretores da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba.¹¹⁴ Segundo Monsenhor Chaves chegou ao cargo de gerente da Companhia.¹¹⁵ No mesmo período, seu nome figura como um dos membros da Sociedade Maçônica, Loja Capitular da Caridade, localizada na Rua Bela.¹¹⁶

Assume em 1879 o cargo de procurador fiscal do Tesouro Provincial, conforme se vê do documento abaixo transcrito:

DOCUMENTO N. 1.

Nº - 2ª Sessão – Palácio do Governo do Piauí, Teresina 1º de março de 1879. O vice-presidente da Província, de conformidade com a Resolução Provincial n. 706 de 24 de agosto de 1870 e Regulamento n. 71 de 1º de outubro do mesmo ano, nomeia o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco para exercer efetivamente o cargo de procurador fiscal do tesouro provincial, vencendo o ordenado e gratificação anual de um conto trezentos e vinte mil-réis, que lhe está marcado. Deverá pagar os direitos provinciais por descontos em seus vencimentos, na forma da lei. – José Mariano Lustosa do Amaral.¹¹⁷

Em 1878, publicou a obra *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*.¹¹⁸ O livro contém 28 biografias de piauienses influentes, principalmente no século XIX, o que demonstra seu caráter de obra historiográfica importantíssima para o historiador que se propõe a estudar o Piauí durante esse período. Seguindo sua trajetória de escritor, publicou, ainda em 1878, o primeiro volume do *Almanaque Piauiense* para o ano de 1879.

¹¹⁰ CHAVES, 1994, p. 63.

¹¹¹ CASTELO BRANCO, Miguel de S. Borges Leal (Ed.). *Almanaque piauiense para o ano civil de 1879*. Teresina: Tipografia da Época, 1878. p. 65.

¹¹² CASTELO BRANCO, 1878, p. 49.

¹¹³ CASTELO BRANCO, 1878, p. 42.

¹¹⁴ CASTELO BRANCO, 1878, p. 83.

¹¹⁵ CHAVES, 1994, p. 62.

¹¹⁶ CASTELO BRANCO, 1878, p. 87-88.

¹¹⁷ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *A demissão e a reintegração do procurador fiscal do tesouro provincial do Piauí, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1883. p. 9.

¹¹⁸ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1878.

Em 1880, visando economizar nas despesas, o governo da província resolveu extinguir a enfermaria de emigrantes existente então no Morro do Santo Antonio; os doentes foram transferidos para o prédio provincial que servia de quartel de polícia. O médico contratado para a nova enfermaria foi o doutor Simplício de Sousa Mendes. Miguel Borges foi contratado para o fornecimento da dieta dos enfermos, recebendo 350 réis por cada um dos 94 enfermos.¹¹⁹

Devido à experiência adquirida no trato com emigrantes, Miguel Borges foi ainda contratado para gerir a nova enfermaria, como mostra a notícia do jornal *A Imprensa*:

Enfermaria de emigrantes. – O nosso amigo Capitão Miguel Borges, contratante desta enfermaria, pede para declarar-mos, que todos os dias, das 10 horas da manhã as 5 da tarde, será franqueada a entrada do estabelecimento, a todas as pessoas que quiserem visitar os enfermos, ou examinar o serviço do mesmo estabelecimento e o estado das respectivas enfermarias.¹²⁰

O governo provincial autorizou ainda Miguel Borges a fornecer, para os que fossem tendo alta da enfermaria, materiais para vestuário, aos homens 5 metros de algodãozinho nº 1 e às mulheres 6 ditos de chita e 3 ditos de elefante pelos seguintes preços: algodãozinho a 230, a chita a 350 e o elefante a 300 réis, conforme o que foi apresentado. Foi também incumbido de fornecer a responsável pelo Colégio Orfanológico da capital 107 metros de chita a 350 réis o metro, 40 ditos de madapolão a 300 reis o metro; duas dúzias de carrinho de linha e 12 pares de chinela marroquim, devendo apresentar a conta ao governo para lhe mandarem pagar.¹²¹

Ainda em 1880, foi nomeado delegado de polícia da Capital;¹²² no mesmo ano, publicou o segundo volume do *Almanaque Piauiense*. Cada exemplar continha cerca de 300 páginas e era vendido a 1\$000 na Livraria Econômica. Nesse ano, escreveu ainda o *Manual da Guarda Nacional*, contendo a nova lei da reforma da guarda, como é possível notar no anúncio do jornal *A Imprensa*:

Guarda Nacional. – O nosso ilustre amigo capitão Miguel Borges deu publicidade a um folheto, contendo a novíssima lei da reforma da guarda nacional e o respectivo regulamento. É um trabalho de grande proveito, máxime para aqueles, que precisam de conhecer os princípios reguladores da milícia cidadã.

¹¹⁹ PROVIDÊNCIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 626, 26 jan. 1880, p. 4.

¹²⁰ ENFERMARIA de emigrantes. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 626, 26 jan. 1880, p. 4.

¹²¹ AO CAPITÃO Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 629, 18 fev. 1880, p.1-2.

¹²² NOMEAÇÃO. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 627, 31 jan. 1880, p.4.

A ele anexou seu autor uma porção de avisos explicativos de vários pontos concernentes ao assunto.

Aplaudindo o empreendimento de tão útil e importante obra, agradecemos ao capitão M. Borges a oferta, que nos fez de um exemplar da mesma.¹²³

No ano de 1881, publicou o terceiro volume do *Almanaque Piauiense*, e um volume sobre a nova lei eleitoral. Publicou ainda a *Revista Mensal*.¹²⁴ A partir de então vai dedicar-se à causa educacional, o que culmina com a fundação do educandário de sua propriedade em 1º de maio de 1882, o Colégio de Nossa Senhora das Dores, “estabelecimento que teve grande influência na instrução e formação da mocidade na época”.¹²⁵

Ao biografar Miguel Borges, Clodoaldo Freitas¹²⁶ considerava que ele era um homem que procurava tanto quanto possível fazer o bem, parecia acreditar e lutar por um mundo melhor ou pelo menos mais digno, é possível que tenha existido nas mentes de alguns homens do século XIX, a exemplo de David Moreira Caldas,¹²⁷ o ideário de evolução da capacidade humana que resultaria em um mundo mais digno, compartilhando ainda a ideia de que cabe a cada indivíduo fazer sua parte para que tal coisa se concretize. Prova disso são suas inúmeras atividades filantrópicas registradas nos jornais, como as citadas em favor das vítimas de incêndios ocorridos na capital, ou a doação para os custeios com os exames preparatórios para os cursos superiores do Império, como veremos a seguir:

O Sr. capitão Miguel Borges Leal Castelo Branco, diretor do Colégio de N. S. das Dores desta capital, ofereceu para auxiliar a despesa, que se está fazendo com os exames gerais de preparatórios, a quantia de 40\$000 réis. Este ato do Sr. capitão Miguel Borges é digno de louvor e revela bem os seus sentimentos com relação ao desenvolvimento da instrução na Província.¹²⁸

Sem dúvida, essas atitudes demonstram a presença do seu ideário filantrópico. Miguel Borges era deputado provincial em agosto de 1866, quando ocorreu em 8 de setembro

¹²³ GUARDA Nacional. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 628, 12 fev. 1880, p. 2. [Suplemento]

¹²⁴ Publicação comercial de distribuição gratuita sob a direção de Miguel Borges. Impressa na tipografia de Antônio da Costa Neves. Segundo Celso Pinheiro, circulou entre os anos de 1874 a 1879. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 223.

¹²⁵ CHAVES, 1994, p. 63.

¹²⁶ FREITAS, 1998, p. 143-150.

¹²⁷ Foi professor da Escola Normal e do Liceu Piauiense e redator dos jornais *Liga e Progresso* e *A Imprensa*. Membro do Partido Liberal, foi o deputado mais votado no biênio 1868-1869. Segundo Mons. Joaquim Chaves, a partir de então caiu sobre ele a antipatia de certos grupos sociais, devido a seus projetos sempre em favor da população desfavorecida, que feriam interesses das classes abastadas. Fundou os periódicos *Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, dentre outros, nos quais divulgou suas ideias republicanas, atitude que gerou perseguições e a demissão de seus empregos, exceto de professor do Liceu, instituição da qual pediu demissão. Ver: CHAVES, 1983, p. 64- 67.

¹²⁸ O SR. CAPITÃO Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 31, 20 jul. 1882, p. 2.

do mesmo ano o incêndio citado no relatório. É possível sugerir que a atitude em favor das vítimas se deu também pelo fato de que, sendo deputado, possuía as condições necessárias para fazê-lo, usou sua influência para angariar fundos, esclarecendo que, era também seu dever zelar pelo bem da população.

No caso da doação para as despesas dos exames preparatórios em julho de 1882, vale lembrar que Miguel Borges era proprietário do Colégio de Nossa Senhora das Dores, que funcionava desde maio do referido ano, o que nos leva a supor que essa atitude, além de divulgar seu nome, causaria o mesmo efeito com relação à instituição de ensino. Maior investimento nos exames significaria maior número de alunos nos cursos preparatórios oferecidos pelo educandário. Novamente afirmamos que essas são dimensões possíveis de terem sido pensadas ou pelo menos vislumbradas por Miguel Borges.

No mês de julho de 1882, o cargo de procurador fiscal do tesouro provincial, ocupado por Miguel Borges, começa a ser alvo de polêmicas que se alastrarão até o ano de 1883. A primeira delas refere-se a um requerimento do bacharel Polidoro César Burlamaque, baseado no artigo n.35 do regimento de 10 de outubro de 1870, que delegava que o dito cargo fosse preferencialmente ocupado por pessoas formadas em Direito:

DOCUMENTO N. 3

Palácio do Governo do Piauí, Teresina 18 de julho de 1882. – O presidente da Província, atendendo ao que lhe requereu o bacharel Polidoro César Burlamaque; e considerando o art. 35 do Reg. de 10 de outubro de 1870, determina que o cargo de procurador fiscal do tesouro provincial seja de preferência exercido por bacharel em Direito; considerando depois, que a Res. de 30 de maio de 1877, que torna vitalícios os empregados provinciais com três anos de exercício deve ser entendida em termos hábeis, não contraditórios com a disposição citada, de modo que não se elida ou fraude a preestabelecida preferência, fundada na *natureza das funções do cargo e consagrada por disposição de lei especial*, segundo o princípio – *sedet posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrariai sint.* (L. 28 ff. de leg;) – resolve nomear o referido bacharel, em quem concorrem as demais condições de idoneidade, para o lugar de procurador fiscal do tesouro provincial, ficando por isso dispensado o cidadão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, atual serventuário. – Comunique-se. – *Miguel Joaquim de Almeida Castro.*¹²⁹

No dia 18 de julho, data em que foi exonerado, Miguel Borges protocolou três requerimentos na secretaria: o primeiro, no intuito de verificar a existência de requerimento ao cargo por parte de algum bacharel formado e residente em Teresina no período probatório em que esteve no cargo, ou seja, durante os três anos que antecederam sua nomeação efetiva;

¹²⁹ CASTELO BRANCO, 1883, p. 10-11.

no segundo requerimento, pede para ter em mão o teor da requisição feita pelo bacharel Polidoro César Burlamaque; no terceiro, requer um atestado de que, enquanto esteve na função, cumpriu satisfatoriamente suas funções. Todos os requerimentos de Miguel Borges foram atendidos, o que parece ter surtido efeito, se levarmos em consideração o documento de reintegração publicado no dia 20 do mesmo mês, no qual o bacharel requerente não aceita assumir a função:

DOCUMENTO N. 8.

Cópia. – Palácio do Governo do Piauí, 20 de julho de 1882. – O presidente da Província, tendo em vista o requerimento, desta data, do bacharel Polidoro César Burlamaque, pelo qual declara não aceitar o lugar de procurador fiscal do tesouro provincial, que aliás requerera em 13 deste mesmo mês, alegando o então direito de preferência como bacharel; direito que foi reconhecido por esta presidência em portaria de 18, e em virtude do qual fora ele nomeado para o dito lugar, e só por isso o distinto cidadão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, que o exercia sem censura; resolve em vista do requerimento do referido bacharel, considerar sem efeito a portaria anterior de 18, unicamente para o fim de mandar que continue a exercer o lugar de procurador fiscal, enquanto não aparecer bacharel idôneo, o indicado cidadão Miguel Borges, e que fique exonerado o bacharel Polidoro, guardado e mantido quanto a mais, o que se contém na aludida Portaria. – Comunique-se. *Miguel Joaquim de Almeida e Castro*.¹³⁰

Em 4 de agosto de 1882, segundo consta nos noticiários, um novo incêndio assolou a cidade. Novamente casas de palha foram atingidas, prejudicando a população pobre que nelas residia e, outra vez Miguel Borges promoveu subscrição em favor das vítimas:

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco condoendo-se da infelicidade de que acabaram de ser vítimas algumas famílias pobres desta cidade, cujas casas foram devoradas pelo terrível incêndio que hoje teve lugar, tem aberto, em casa de sua residência, e no escritório da redação da *Imprensa* uma subscrição a favor das mesmas famílias. As pessoas, pois que quiserem concorrer para esse ato de filantropia e caridade, poderão dirigir-se a qualquer dos lugares acima indicados, a fim de subscreverem-se com as importâncias com que poderem ou quiserem contribuir.¹³¹

Na notícia seguinte, o jornal anuncia que a subscrição em favor das vítimas do incêndio obteve a quantia de 130\$500 réis, que foi entregue ao presidente da Câmara Municipal para fazer a devida divisão do apurado entre as vítimas. Mais uma vez seu espírito filantrópico aparece e dessa vez já não era deputado.

¹³⁰ CASTELO BRANCO, 1883, p. 14-15.

¹³¹ MIGUEL de Sousa Borges Leal Castelo Branco. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 6, 4 ago. 1882, p. 4.

Ainda em 1882, o cargo de procurador fiscal do tesouro provincial é requerido, dessa vez pelo bacharel Helvídio Clementino de Aguiar, o que resulta na demissão de Borges no dia 10 de agosto como veremos:

DOCUMENTO N. 10.

Palácio do Governo do Piauí, em Teresina 10 de agosto de 1882. – O presidente da Província, atendendo ao que lhe requereu o bacharel Helvídio Clementino de Aguiar, e tendo em vista o art. 35 do regulamento de 10 de outubro de 1870, e portarias desta Presidência de 18 e 20 de julho último, resolve nomear o referido bacharel, em quem concorrem as condições da idoneidade, para o lugar de procurador-fiscal do Tesouro Provincial, ficando por isso dispensado o cidadão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, atual serventuário. – Comunique-se. – *Miguel Joaquim de Almeida e Castro*.¹³²

No entanto, achando-se injustiçado e utilizando a inteligência a seu favor, Miguel Borges elaborou uma petição de reclamação, um documento no qual demonstra as razões pelas quais sua demissão não foi um ato lícito, pois feria a lei. É o que veremos no trecho aqui reproduzido:

Ilmo. Exm. Sr. Dr. vice-presidente da Província . – O abaixo assinado, usando da faculdade que lhe confere a lei, vem perante V. Exc. , como encarregado da custódia das leis [...] reclamar contra a injustiça, que sofreu por ato praticado pelo antecessor de V. Exc., e ao mesmo tempo, pedir reparação a que tem incontestável direito.
O suplicante, Exm. Sr. exercia o lugar de procurador fiscal do tesouro provincial, desde 3 de março de 1879, a título efetivo, e, mais tarde, a título vitalício, ex-vi da Res. n. 951 de 30 de maio de 1877, por ter completado três anos de exercício – quando [...] foi surpreendido com portaria de demissão [...] tendo o suplicante preenchido a solenidade legal para o empregado provincial se tornar vitalício, adquiriu por isso um direito, do qual não podia ser destituído, senão por uma interpretação errônea da lei.
O suplicante confia que V. Exc. [...] não deixará de atender a presente reclamação, como justa reparação da injustiça sofrida; julgando sem efeito as portarias de 18 e 20 de julho e 10 de agosto do ano passado, pelas quais foi o mesmo suplicante demitido do seu lugar vitalício de procurador fiscal do tesouro provincial, sendo nele reintegrado, como é de inteira justiça. – Nestes termos – E. R. Mc. – Teresina, 13 de abril de 1883. *Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco*.¹³³

Após essa petição de reclamação, tiveram fim os impasses com relação ao emprego de procurador fiscal do Tesouro Provincial. Finalmente, em 19 de abril de 1883, Miguel Borges foi reintegrado ao cargo e reconhecido como funcionário vitalício do governo imperial, como veremos no documento seguinte:

¹³² CASTELO BRANCO, 1883, p. 15-16.

¹³³ CASTELO BRANCO, 1883, p. 5-9.

REPARAÇÃO DE UMA CLAMOROSA INJUSTIÇA
PORTARIA

Nº – 2ª Secção. – Palácio do Governo do Piauí, Teresina, 19 de abril de 1883. – O vice presidente da Província, atendendo ao que lhe requereu o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, e considerando que o mesmo era vitalício no cargo de procurador fiscal do Tesouro Provincial, por força da Resolução n.951 de 30 de maio de 1877, visto contar mais de três anos de exercício no dito cargo, por título efetivo; e por isso mesmo haver a seu respeito cessado a preferência estabelecida pelo art. 35 do Regulamento de 10 de outubro de 1870, em favor dos bacharéis em Direito, visto como da combinação das citadas disposições evidentemente resulta que tal preferência só pode dar-se no caso de vaga do lugar, ou dentro do prazo de três anos precisos para a vitaliciedade.

Considerando que em tais condições não podia aquele funcionário ser, como foi, privado do seu cargo pela Portaria de 18 de julho do ano passado, que deu lugar as de 20 do mesmo mês e de 10 de agosto do dito ano, resolve, julgando sem efeitos aqueles atos, como manifestamente contrários à citada Resolução de 30 de maio de 1877, reintegrar o dito capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco no exercício de seu emprego de procurador fiscal do Tesouro Provincial, que continuara a servir com o mesmo título e juramento; ficando por esta decisão exonerado o atual serventuário bacharel Helvídio Clementino d'Aguiar.

Comunique-se.

*Firmino de Souza Martins.*¹³⁴

Com o tempo, a frágil saúde de Miguel Borges voltou a abalar-se, passando a partir do ano de 1883 a viajar com frequência para a província do Ceará em busca de tratamento, como noticia o jornal *O Telefone*:

Com destino à capital da província do Ceará, onde vai tratar de sua preciosa saúde, partiu na manhã do dia 2, no vapor Junqueira, o Sr. capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, com sua Exm. família.

Desejando-lhe uma boa viagem, fazemos votos por seu completo restabelecimento e próspero regresso.¹³⁵

Atacado por um glaucoma, foi operado na província vizinha, porém o resultado do procedimento não foi o esperado. Seu problema oftalmológico se agravou e terminou ficando completamente cego. Com a cegueira, vieram novos problemas; ao que parece, a frequência do educandário decaíra e a pobreza lhe bateu à porta.¹³⁶

Ao avaliar a trajetória de Miguel Borges, Clodoaldo Freitas considera que, após lutar com coragem e perseverança contra todos os obstáculos que a vida lhe impôs, tendo encontrado tempo para dedicar-se a tantas atividades diferentes, com o propósito de servir a

¹³⁴ CASTELO BRANCO, 1883, p. 1.

¹³⁵ COM DESTINO. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 33, 7 set. 1883, p. 4.

¹³⁶ FREITAS, 1998, p. 146.

sua amada terra natal, e torná-la ainda mais grandiosa do que era para si, seu corpo frágil porém habilidoso sucumbiu. Falecendo em 22 de abril de 1887, “a morte o encontrou em pleno aniquilamento físico, quase paraltico e cego”.¹³⁷ Foi enterrado no cemitério público existente no período, o Cemitério São José, na mesma cova em que jazia sua mãe.

A morte de Miguel Borges foi vista como uma perda para o Piauí. Coube ao jornal *A Imprensa*, em edição de 23 de abril de 1887, dar a triste notícia à sociedade piauiense. A seguir, alguns trechos de seu necrológio:

O capitão Miguel Borges

O desaparecimento de um homem de cenário da vida inspira-nos sempre um sentimento penoso, não tanto por causa do aniquilamento de uma personalidade, como pelo vácuo que a morte produz no lugar outrora ocupado por um cérebro cheio de vida e ilusões.

E é tanto mais para lamentar esses desaparecimentos quando a cabeça que tomba era ontem um grande laboratório de ideias generosas, quando o coração que se congela era fonte inesgotável de nobres sentimentos e íntimas afeições. Tal era o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. – Lutador heróico, espírito investigador, coração bondoso para com os amigos e mais ainda para com sua família, ele teve uma vida acidentada e trabalhosa, mas nunca se dobrou ante os caprichos da sorte trabalhando sempre pela conquista de um mundo melhor.

Já nos últimos anos da sua existência, um grande revés fechou-lhe para sempre a contemplação visual do mundo: ficou cego.

O público teresinense tem bem presente à imaginação a figura daquele velho, alto, magro, de trato afável e cavalheiro, a tatear infelizmente na mais espessa escuridão. Mesmo assim trabalhava e dirigia o Colégio de Nossa Senhora das Dores com grande proveito para a instrução da província e para a sua família.

[...]

Foi negociante nesta praça até 1º de maio de 1882, quando instalou nesta cidade o Colégio de N. S. das Dores.

Deixou diversos trabalhos sobre negócios da província que ele estremecia como bom cidadão que era. Dentre os seus escritos destacaram-se os *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres*, uma brochura de quase 200 páginas, onde se revela o seu espírito investigador, bom senso crítico na apreciação dos fatos da história da província, etc.

Na sua juventude pagou também o seu tributo às Musas: escreveu diversas poesias, que jazem esquecidas nas colunas dos jornais. [...]

Nossos pêsames a sua desolada viúva, a seus filhos e demais parentes.¹³⁸

A trajetória de Miguel Borges possui expressividade, pois reflete o possível de muitos homens do século XIX, aqueles que se dedicaram a atividades burocráticas, jornalísticas e mesmo educacionais. Podemos chamar Miguel Borges de homem de letras, que seriam aqueles homens que atuavam em espaços e áreas que envolviam leitura e escrita, áreas

¹³⁷ FREITAS, 1998, p. 148.

¹³⁸ NECROLÓGIO. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 965, 23 abr. 1887, p. 1.

que demandavam conhecimentos específicos no que tange a um maior refinamento cultural e educacional, esses sujeitos transitavam por esses espaços buscando moldar a realidade a sua volta e assim moldar identidades e representações, de forma a adequá-las aos novos padrões de civilização e progresso que então surgiam, frutos da modernidade emergente.¹³⁹

¹³⁹ Acerca dos novos padrões de masculinidade emergentes, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Ver: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

2 AS ESCRITAS DE MIGUEL BORGES: ENTRE O JORNALISMO E A HISTÓRIA

2.1 Miguel Borges e o jornalismo piauiense no século XIX

Durante o período imperial brasileiro, foi estreita a relação entre imprensa e política. Os grupos e partidos políticos se articulavam e produziam periódicos que serviam como órgãos estendidos dos próprios partidos. A imprensa era usada como espaço de ação nas disputas políticas e partidárias:

O Império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária. [...] O governo tinha sempre os seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. [...] A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna [...].¹⁴⁰

No Segundo Reinado, existiam dois principais partidos políticos atuantes: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Esses partidos eram formados essencialmente por membros da elite agrária brasileira e não possuíam diferenças significativas. Ideologicamente, os dois partidos diferenciavam-se de modo geral no apoio a uma maior (Liberal), ou menor (Conservador), liberdade provincial diante do Poder Moderador.

O imperador construiu um arranjo político próprio, que articulava no intuito de manter seu governo sem grandes tensões, e consistia em um processo de constante alternância no poder; ora assumiam os liberais, ora assumiam os conservadores. Mesmo escolhendo o partido que ocuparia o poder, o imperador se mostrava imparcial quanto a privilegiar algum partido, e como as eleições já eram passíveis de fraudes, geralmente, vencia o grupo que estava no poder, o que mudava no momento em que o imperador decidisse fazer a permuta. Para José Murilo de Carvalho, “a capacidade de processar conflitos entre grupos dominantes dentro de normas constitucionais aceitas por todos constituía o fulcro da estabilidade do sistema imperial”.¹⁴¹

No Brasil e no Piauí, esse momento foi marcado pela grande alternância no poder, entretanto, no geral, foi um período de estabilidade política. Na província, o que se percebe,

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 54.

¹⁴¹ CARVALHO, 2007, p. 42-43.

ao analisar os periódicos, é a predominância de disputas políticas que muitas vezes envolvem questões pessoais e familiares:

Os políticos, quase sempre, atrelados a um grupo familiar, possuem não apenas afinidades intelectuais, mas sobretudo, laços de parentesco e interesses econômicos. Assim, organizam-se em torno de um partido e fundam um jornal, para exercer a função de porta-voz de suas ideias e dos anseios de suas famílias. Essas folhas servem de discussões políticas e pessoais, que transpõem os espaços de representatividade e chegam a publicizar uma discursividade própria do meio político. A imprensa é, pois, uma instituição marcada pelo discurso político.¹⁴²

O primeiro jornal escrito em território piauiense foi *O Piauiense*,¹⁴³ publicado em Oeiras, em 1832. Era editado na tipografia de Silveira & Cia. Foi redigido pelo professor de latim Amaro Gomes dos Santos. Indicações sugerem que o Pe. Antônio Pereira Pinto do Lago também participou da redação.

Segundo Celso Pinheiro Filho, a primeira tipografia veio da Bahia para Oeiras trazida pelo Pe. Antônio Fernandes da Silveira, sacerdote e político nascido em Lagarto (Sergipe). Tudo leva a crer que Pe. Fernandes pretendesse editar um jornal no Piauí, não só o fato de trazer uma tipografia para Oeiras, como o de na sua cidade natal, simultaneamente com o nosso *O Piauiense*, haver editado o primeiro jornal de Sergipe, *O Recopilador Sergipano*, na tipografia Silveira, também de sua propriedade. *O Piauiense* limitava-se à publicação de atos oficiais, o que reforça a afirmação de que a imprensa é marcada pela política.

Celso Pinheiro Filho, baseando-se em Anísio Brito, afirma que só em 1839 apareceu, no Piauí, o primeiro jornal noticioso, embora de cunho semioficial, *O Telégrafo*, que se destinava a manter a opinião pública a favor do governo de Manuel de Sousa Martins, em meio ao alvoroço que a Balaiada trouxe para a região. No governo do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins (1776-1856), que foi Barão e depois, Visconde da Parnaíba, governo que se alongou por mais de vinte anos, não havia clima para publicação de jornais noticiosos e independentes.

A cidade de Oeiras teve, desde a publicação do primeiro jornal, em 1832, até a mudança da capital, em 1852, exatamente 16 jornais e que, após a mudança todos os jornais ali existentes silenciaram. Deslocado o eixo político da província para Teresina, transferiu-se,

¹⁴² RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001. p. 166.

¹⁴³ *O Piauiense* teve curta duração, de 1832 a 1835. Ver: PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972. p. 21.

também, a atividade jornalística para a capital, recém-criada. Teresina teve seu primeiro jornal, com, somente, sete meses de existência.

A *Ordem*¹⁴⁴ foi o primeiro jornal impresso em Teresina. Apareceu a 19 de fevereiro de 1853, composto na tipografia Constitucional, de José da Silva Leite, sendo, o impressor, Antônio da Costa Neves. Seu redator era um jovem baiano, José Martins Pereira de Alencastre,¹⁴⁵ que viera para a província como homem de confiança do Presidente José Antônio Saraiva e mesmo depois deste ter deixado o governo, Alencastre permaneceu no Piauí até 1855. O primeiro jornal de Teresina apresentava uma feição gráfica elegante, trazendo noticiário político e social, não se destinava, somente, a dar visibilidade aos atos oficiais, ou criticar estes atos, preocupava-se, inclusive, em agradar seus leitores.¹⁴⁶

No Piauí, as disputas envolviam arranjos políticos locais. Os partidos políticos eram formados em torno de núcleos familiares. No livro *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*, Ana Regina Rêgo associa famílias importantes aos partidos políticos: o clã dos Castelo Branco, e aparentados, ao Partido Liberal; e a família Sousa Martins, e aparentados, associada ao Partido Conservador.¹⁴⁷

As divergências entre os Sousa Martins e os Castelo Branco, ao que tudo indica, tiveram início a partir da revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão e no Piauí entre 1839 e 1840. Nesse período, não existiam ainda partidos políticos definidos na província, havia, em verdade, grupos que se definiam e se diferenciavam entre os que se posicionavam a favor da influência do Visconde da Parnaíba e os que eram contra.

Como já explanado, Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, genitor de Miguel Borges, se envolveu no movimento com o intuito de obter apoio contra o governo do Visconde da Parnaíba.¹⁴⁸ Apesar de seus planos não terem se concretizado e de ter sido preso, Lívio Lopes seria acusado e perseguido, politicamente, pelo resto da vida pelo seu ato. Encabeçando essa represália, estava Manuel de Sousa Martins e seus seguidores. A família Castelo Branco passou, então, a agir em favor de Lívio. Foi a partir da divergência política entre dois chefes políticos e familiares que se originou a disputa entre as famílias.

¹⁴⁴ A *Ordem*, primeiro jornal impresso em Teresina. De cunho oficial, político e literário. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 46.

¹⁴⁵ José Martins Pereira de Alencastre, bacharel recém-formado, então com 20 anos de idade, chega ao Piauí em 1851, para auxiliar o presidente da província, José Antônio Saraiva, assumindo o cargo de secretário de governo o que lhe permitiu contato com documentos governamentais. Escreveu a obra que iniciou a historiografia piauiense, *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*, dentre outras. Ver: SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

¹⁴⁶ PINHEIRO FILHO, 1972, p. 46.

¹⁴⁷ RÊGO, 2001, p. 190-191.

¹⁴⁸ CHAVES, Joaquim. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994. p. 56-57.

Ana Regina Rêgo, em sua pesquisa, percorreu os caminhos formadores dos núcleos familiares piauienses. Assim, elaborou uma lista de famílias oriundas, ou aparentadas, das famílias Sousa Martins e Castelo Branco, que lideravam os eixos políticos, representando, respectivamente, os partidos Conservador e Liberal. Elenca como aparentados dos Sousa Martins as famílias de sobrenome: Coelho Rodrigues, Pereira da Silva, Ferreira de Carvalho, Coelho, Sousa Mendes, Vieira de Carvalho, Araújo Costa, Pereira Ferraz, Soares da Silva, Ribeiro Gonçalves, Aguiar, dentre outras; contudo, ressalta que os Pereira Ferraz e os Araújo Costa são mais próximos do clã dos Castelo Branco, que possuem os seguintes aparentados: Borges Leal, Pereira Ferraz, Burlamaque, Pereira da Silva, Rego Barros, Rego Monteiro, Sousa Silva, Silva Moura, Gonçalves Rodrigues, Borges Carvalho, Almendra, Lages e outras.¹⁴⁹

No entanto vale ressaltar que possuir algum desses sobrenomes não garantiria que o indivíduo simpatizasse ou fizesse parte do partido a que, tradicionalmente, pertencia sua família. Vale ressaltar, também, os casos de casamentos entre membros de famílias tradicionalmente rivais politicamente, provocando a mistura de sobrenomes. No entanto, esse levantamento de nomes é importante para percebermos e compreendermos a relação entre núcleos familiares e os partidos políticos no Piauí durante o Segundo Reinado.

No século XIX, os conflitos eram expostos nos periódicos de forma direta. Os jornais utilizavam, em seus discursos, uma linguagem crítica e agressiva, e, quando ditas de forma indireta, demonstravam, nas entrelinhas, desavenças muito além das causas políticas, tendo, por vezes, motivações, exclusivamente, pessoais.

A educação formal, que veio com a colonização portuguesa, contribuiu para o processo de unificação ideológica das elites brasileiras, que possuem como base a formação superior, sobretudo em Direito e, em menor grau, em Medicina. O poder político era conseguido e mantido com a obtenção de um diploma e fora das classes privilegiadas, dificilmente, seria possível obter um diploma de nível superior. O fato de a formação superior se concentrar, somente, em quatro cidades¹⁵⁰ obrigava a convivência de estudantes de diferentes regiões, que tinham acesso a uma mesma ideologia e saíam das academias com concepções semelhantes.

A educação, como se vê, era privilégio de poucos e pré-requisito para a ocupação de cargos públicos, para a carreira política e para atuação na imprensa. Segundo Ana Regina

¹⁴⁹ RÊGO, 2001, p. 190-191.

¹⁵⁰ As cidades são: Rio de Janeiro e Salvador (escolas de medicina), São Paulo e Olinda (cursos de Direito), sendo o curso da cidade pernambucana transferido para a capital Recife em 1854. Ver: CARVALHO, 2007, p. 75.

Rêgo, “o dinheiro que financia a educação dos eleitos é o mesmo que atende aos interesses do Estado, a educação termina servindo à manutenção da elite dentro do aparelho estatal que, por sua vez, é mantido por ela”.¹⁵¹

No Brasil, a propriedade concentrava em torno de si poder e riqueza. No Piauí, não era diferente; no entanto apresentava particularidades com relação à própria formação das elites. Como explicita Rêgo:

Aqui, coincidentemente, também coexistem as elites agrária e burocrática. Esta última, na verdade, fundamenta-se numa aparente burocracia, pois a origem das famílias que a compõem aponta para a posse de grandes extensões de terra, aliada à prática de uma pecuária extensiva. Tal elite, composta, sobretudo, pelas famílias Sousa Martins e Coelho Rodrigues e ramos colaterais, de fato, pouco a pouco, consolida-se como burocracia, até porque, estão vinculadas ao Partido Conservador, o que mais tempo permanece no governo, e, portanto, seus correligionários têm mais acesso e tornam-se dependentes do aparelho do Estado.¹⁵²

Ao tratar da composição dos partidos políticos imperiais, tradicionalmente, relaciona-se elite agrária ao Partido Conservador e elite burocrática ao Partido Liberal. No entanto, como se pode notar, a peculiaridade, no caso do Piauí, consiste no fato de que, aqui, a relação da elite burocrática com a questão da terra é intensa, a ponto de ser a mesma oriunda das grandes propriedades de terra. Dessa forma, a classificação atribuída ao resto do país não serve para o caso piauiense.

Muitos políticos do período aderiam aos partidos políticos, nem tanto pelas ideologias, mas, muitas vezes, por influências de amigos e parentes. Miguel Borges é um exemplo. Seguiu tradições familiares, no entanto, o mais provável é que tivesse, sim, crenças na ideologia pregada pelo Partido Liberal, considerando o fato de ter sido escolhido pela comissão do partido para ser um dos editores do jornal *A Imprensa*.

A tradição familiar de Miguel Borges vem de seu pai Lívio Lopes, que foi um dos jornalistas mais atuantes na primeira metade do século XIX, tendo fundado, em 1845, o primeiro jornal de cunho político, doutrinário e noticioso, *O Liberal Piauiense*¹⁵³ Posteriormente, dirigiu e redigiu, também, os jornais *Aucapura* (1850),¹⁵⁴ *Argus Piauiense*,¹⁵⁵

¹⁵¹ RÊGO, 2001, p. 186.

¹⁵² RÊGO, 2001, p. 167-168.

¹⁵³ Jornal *O Liberal Piauiense* circulou na cidade de Oeiras a partir do ano de 1845. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 36.

¹⁵⁴ *Aucapura*, jornal fundado em Oeiras em 1850 sob a redação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 220.

¹⁵⁵ *Argus Piauiense*, periódico redigido em Oeiras, entre os anos de 1851 e 1852. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 220.

Patuléia (1856),¹⁵⁶ *O Conciliador Piauiense*¹⁵⁷ (1857) e *O Propagador*,¹⁵⁸ além de colaborar em muitos outros. Foi, também, o iniciador de Deolindo Mendes da Silva Moura¹⁵⁹ no mundo da imprensa.

A atuação de Miguel Borges no meio jornalístico começa em 1862, quando funda o jornal literário e recreativo *Aurora Teresinense*,¹⁶⁰ que teve vida efêmera. Já, em 1865, devido a divergências entre os redatores do jornal *Liga e Progresso*¹⁶¹ (dentre os quais Deolindo Moura) com o proprietário Dr. Antonio de Sampaio Almendra, assume a redação do referido periódico.

A participação e atuação nos jornais abriam portas para a carreira política. No Piauí, existem muitos exemplos de jornalistas que, pela exposição frequente nos jornais, construíram alicerces para uma carreira política, como José Manuel de Freitas, Antônio Coelho Rodrigues e o próprio Miguel Borges, que foi eleito para os cargos de vereador e de deputado provincial pelo Partido Liberal.

Como afirmamos anteriormente, a escrita jornalística no Piauí, nesse período, possuía um caráter pessoal e familiar. Com Miguel Borges, não foi diferente. Encontramos algumas notas escritas por ele fazendo acusações ou, simplesmente, respondendo a desafetos. Uma dessas polêmicas se estendeu por vários números do jornal *A Imprensa*; envolvia Manoel Raimundo da Paz, no ano de 1877:

O Sr. Manoel Raimundo da Paz.

O Sr. Manoel Raimundo da Paz, atual ajudante de ordens do Exm. Sr. presidente da província, [...] tratando da questão de que se ocupa na *Moderação* nº 15, de 27 do corrente mês [...].

Convém, entretanto, [...] que eu faça pela imprensa a verdadeira e fiel exposição do fato de que trata o Sr. ajudante de ordens, no escrito a que aludo.

¹⁵⁶ *Patuléia*, primeiro periódico redigido por Lívio Lopes a circular em Teresina, em 1856. Ver: PINHEIRO FILHO, 1979, p. 221.

¹⁵⁷ *O Conciliador Piauiense*, jornal redigido por Lívio Lopes e impresso pelo editor Cândido Gaxa Peçanha Junior, circulou em Teresina a partir de 1857. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 221.

¹⁵⁸ *O Propagador*, periódico que pertenceu a uma sociedade político-literária, impresso em Tipografia Independente. Redatores: Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, Deolindo Mendes da Silva Moura, Dr. Cândido Gil Castelo Branco e Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 221.

¹⁵⁹ Deolindo Mendes da Silva Moura, formado em Direito na Faculdade de Olinda, veio para Teresina e, logo que chegou, teve sua primeira escola de jornalismo n' *O Conciliador Piauiense*, e com o mestre, Lívio Lopes. Em dezembro de 1860, esse jornal deixou de circular, dando lugar a *O Propagador*, com a mesma dupla de jornalistas; posteriormente Deolindo Moura atuou no jornal *Liga e Progresso*. No entanto em 1865 deixa a redação do jornal, para fundar o jornal *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal e um dos poucos jornais de longa duração, indo até os últimos momentos do Império, em 1889. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 52- 67.

¹⁶⁰ *Aurora Teresinense*, pequeno jornal literário de Miguel Borges, redigido em 1862. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 222.

¹⁶¹ *Liga e Progresso*, jornal político que circulou em Teresina de 1862 a 1864, teve como redatores Deolindo Mendes da Silva Moura, David Moreira Caldas e Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Ver: PINHEIRO FILHO, 1972, p. 222.

O Sr. alferes José Pereira Julio, tendo sido, nomeado [...] para servir de vogal em um conselho de guerra, veio a minha casa [...] e pediu-me, [...] que eu o suprisse daquela data em diante, em quanto durassem os trabalhos do mesmo conselho, com o dinheiro que ele fosse precisando [...] comprometendo-se [...] que ultimado o referido conselho de guerra, ele me faria a entrega dos seus documentos [...] a fim de que eu pudesse ir, por ele, receber da Tesouraria da Fazenda, a importância dos seus vencimentos, para pagamento do suprimento que me pedia [...].

Concluído o conselho, o Sr. J. P. Julio fez uma viagem para fora do município, encarregado, segundo me informaram depois, de umas cobranças do Sr. Manoel Raimundo da Paz, em poder de quem deixara ficar, [...] o atestado da sua serventia; [...] o Sr. ajudante de ordens, munido do referido atestado, diligenciava receber os vencimentos do Sr. alferes, para serem levados em conta de débitos antigos, [...].

Efetuada por mim o recebimento de que trato, [...] o Sr. ajudante de ordens ficou desesperado, por ter perdido a *presa* que contava bem segura, e, não podendo conter-se em sua raiva ou despeito, veio da Secretaria militar, onde se achava em serviço à minha Livraria (deu-se este fato no dia 8 do corrente às 2 horas da tarde) e ali encontrado-me, conversando com alguns amigos, agrediu-me grosseiramente, dirigindo-me injurias e insultos de que eu não o julgava capaz [...] conforme me permitirão na ocasião a audácia e insolência da sua agressão, eu repeli como devia os seus insultos, a pesar da bonita farda e lustrosos galões com que S.S.^a se apresentara enfeitado [...].

Teresina, 28 de março de 1877.

Miguel Borges.¹⁶²

O alferes José Pereira Julio devia dinheiro tanto a Miguel Borges quanto a Manoel Raimundo da Paz, ajudante de ordem do presidente da província. Ambos os credores ansiavam receber através do recebimento dos vencimentos do alferes pela sua participação em um conselho de guerra. Os vencimentos deveriam ser requeridos na Tesouraria da Fazenda, o que o fez Miguel Borges. No entanto, isso gerou atrito com Raimundo da Paz, que foi à Livraria de Miguel Borges insultar o mesmo e, por fim, publicou nota no jornal *Moderação* (a matéria não foi encontrada) acerca do fato, difamando a imagem de Miguel Borges. O assunto ainda rendeu em outros números do jornal.

Em 1878, Miguel Borges se envolve em outra polêmica ao acusar o bacharel Teodoro Alves Pacheco de não quitar suas dívidas com o mesmo, isso através de publicação no jornal *A Imprensa*.¹⁶³ Apesar de não termos localizado a resposta de Teodoro Pacheco, sabemos que este se manifestou via jornal, também, de forma que a polêmica terminou com a recusa de Miguel Borges de responder a seus dois desafetos.

Atendendo ao pedido que me fazem os meus particulares e mui distintos amigos, Dr. José Manoel de Freitas e Dr. Newton César Burlamaque, na carta que em seguida faço publicar, deixo de responder aos Srs. Dr.

¹⁶² O SR. MANOEL Raimundo da Paz. *A Imprensa*, Teresina, ano 12, n. 503, 7 abr. 1877, p. 5-6.

¹⁶³ AO SR. BACHAREL Teodoro Alves Pacheco. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 557, 10 set. 1878, p. 3-4.

Theodoro Pacheco, e Manoel da Paz, como prometi na *Imprensa* 558 de 18 do corrente, às agressões que me dirigiram na *Época* de 14 deste mesmo mês.

Procedendo desta forma, satisfaço a vontade dos referidos meus amigos, e deixo aos meus agressores o campo livre pra novos comentários.

Teresina, 23 de setembro de 1878.

Miguel Borges.

Amigo e Sr. Capitão Miguel Borges = Vendo nós, como seus amigos, que V. se acha empenhado em uma discussão jornalística, por demais inconveniente, com os Srs. Dr. Teodoro Pacheco e Manoel da Paz, e que, no terreno que está ela travada, não há vencedores nem vencidos, rogamos-lhe de não voltar mais a imprensa para responder aos seus contendores, dando por finda semelhante questão. Este pedido que lhe fazemos é em nome da nossa amizade particular, e por amor da sua própria dignidade; pelo que contamos ser servidos. – Somos com estima e consideração seus amigos – José Manoel de Freitas. – Newton César Burlamaque. – Teresina, 20 de setembro de 1878.¹⁶⁴

Como vimos, a recusa de responder e prolongar as discussões via jornais ocorreu devido a pedidos dos seus amigos pessoais José Manoel de Freitas e Newton Cesar Burlamaque, contudo, a carta com o pedido foi publicada no mesmo número e página do jornal.

A participação de Miguel Borges no jornalismo se intensifica a partir do ano de 1872, quando, por deliberação do Partido Liberal, foi convocado, juntamente com outros jornalistas liberais, a assumir a redação do jornal *A Imprensa*, órgão político do referido partido. A primeira edição da qual Miguel Borges participou foi a de número 345, datada de 12 de abril de 1872.

A Imprensa, de 2 de novembro de 1872, traz a notícia do falecimento de Deolindo Mendes da Silva Moura estampada na capa e na contracapa do periódico, que produziu em favor do ilustre defunto um necrológio extenso, detalhado e bem elaborado. Após a referida notícia, o jornal expediu uma nota no mesmo exemplar onde, pela primeira vez, o nome de Miguel Borges aparece de forma explícita:

PARTIDO LIBERAL
EXPEDIENTE DO DIRETÓRIO.

Tendo falecido o redator deste jornal, nosso distinto amigo o Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, a cujo cargo se achava o expediente de negócios relativos ao mesmo jornal, avisamos aos nossos correligionários de todas as localidades da Província que devem dirigir seus artigos, correspondências, aos Srs. Drs. Manuel Ildefonso de Sousa Lima, Jesuíno José de Freitas e

¹⁶⁴ ATENDENDO ao pedido. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 559, 25 set. 1878, p. 4.

capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, ora encarregados do expediente da *Imprensa*.¹⁶⁵

Como se pode ver, Miguel Borges passa a ocupar o cargo no jornal. Não nos foi possível localizar e identificar sua escrita no que tange a assuntos políticos, pois, como víamos anteriormente e veremos adiante, localizamos algumas polêmicas, estas envolviam assuntos pessoais que nada tinham a ver com questões políticas partidárias. Os exemplares que localizamos apresentam editoriais e comentários, em grande parte, sem assinatura. Na primeira página dos jornais aparecia sempre a informação de que possuía redatores diversos. Dessa forma, não podemos afirmar quais textos foram escritos por ele e quais os elaborados por outros redatores.

No entanto, localizamos notas sobre mais uma polêmica que envolveu o nome de Miguel Borges e, ao que parece, rendeu troca de farpas entre os jornais *A Época*, órgão do Partido Conservador e *A Imprensa*, representante do Partido Liberal. O motivo seria a já citada disputa que envolveu o cargo de procurador fiscal do Tesouro Provincial, que era ocupado por Miguel Borges e disputado por bacharéis em direito.

Em virtude da requisição do bacharel Helvídio Clementino de Aguiar, Miguel Borges foi exonerado do cargo no dia 10 de agosto 1882. No entanto, como foi mostrado, provado seu direito e a legalidade em ocupar o cargo, foi readmitido em 19 de abril de 1883. *A Época* contestou a legalidade da reintegração, e *A Imprensa* deu resposta, da qual transcrevemos alguns trechos:

RESPOSTA AO JORNAL *ÉPOCA* PROCURADOR FISCAL

Com a epígrafe supra pretendeu a *Época* combater o ato de reintegração do nosso estimável amigo capitão Miguel Borges, no lugar de procurador fiscal do tesouro provincial; servindo-se de argumentos capciosos e inaplicáveis ao assunto, e de frases insultuosas, impróprias da imprensa moralizada, que deve manter-se na altura de sua augusta missão.

[...]

Hoje, como recurso de oposição sistemática e caprichosa ao governo da província, o contemporâneo adota e sustenta opinião contrária, proclamando que a generalidade de uma lei não pode derogar a especialidade de outra.

[...]

Por virtude da resolução n.951[...] os empregados provinciais se tornam vitalícios, quando completam três anos de exercício. Logo, o funcionário reintegrado, que já servia o lugar por espaço superior aquele, sempre com zelo e inteligência, tinha se constituído vitalício, e não podia mais ser demitido.

Sua reintegração, portanto, em vez de ser uma ilegalidade, como injusta e apaixonadamente qualificou *A Época*, foi um ato de justiça praticado pelo

¹⁶⁵ PARTIDO liberal. *A Imprensa*, Teresina, ano 8, n. 362, 2 nov. 1872, p. 1.

nosso ilustrado amigo e Exm. Sr. Dr. Firmino Martins, que não fez senão cumprir a lei; atender ao reclamo de um direito adquirido; e obedecer aos impulsos generosos de uma consciência formada, à luz dos princípios jurídicos.¹⁶⁶

No entanto, apesar da resposta e talvez até por causa da mesma, o jornal *A Época* volta a se manifestar contra a reintegração de Miguel Borges. Novamente, o jornal *A Imprensa* rebate:

PROCURADORIA FISCAL

Não pretendíamos voltar à discussão deste assunto, porque julgávamos esclarecido, à luz dos princípios jurídicos, de modo a não pairar no espírito de quem quer que seja um só resquício de dúvida.

Entretanto, refratária às verdadeiras doutrinas, e sempre inclinada a convencer pelo insulto e pelo doesto, *A Época* insiste no debate, embora mesmo sem trazer para ele ideias novas [...].

O que quer o jornal conservador é cumprir o seu triste fadário, inventiva e atacar ao ilustrado administrador da província – eis a sua inglória tarefa, na atualidade.

Proceder assim é representar um papel bem pouco digno no mundo jornalístico; é desvirtuar a sua augusta missão.

Acusações saturadas de ódio e despeito partidário não poderão levar ao espírito dos homens justos e desprevenidos a depressão na moralidade e justiça dos atos de S. Exc. o Sr. Dr. Firmino Martins.

[...]

E quanto às frases insultuosas do final do artigo, a que respondemos, concluímos com as eloquentes palavras do Sr. conselheiro Afonso Celso, dos mais lúcidos e ilustrados espíritos do país: É preciso que todos os homens sérios se reúnam e formem uma cruzada contra a maledicência, que se vai enraizando na atual geração que a tudo e a todos acomete, de modo que se o estrangeiro quiser julgar dos nossos partidos e dos nossos homens pelo que dizem uns dos outros acreditará que somos o que pode haver de pior em um povo decadente, em uma raça degenerada!

Para acabar com essa tendência perversa, que cada vez mais se acentua no país, muito contribuirá que homens de certa ordem não se atirem contra os caracteres mais puros, e nem barateiem a reputação alheia, que é sagrada!¹⁶⁷

Como podemos ver, *A Época* critica Miguel Borges para atingir o presidente da província, Dr. Firmino Martins, que era membro do partido Liberal. Nesse período, os jornais, quando em situação de oposição, tentam, a todo custo, deslegitimar o governo vigente. O mesmo ocorria com *A Imprensa*, na mesma situação, a reprodução dos trechos serve para se ter uma noção do teor das discussões registradas nos jornais.

O que nos foi possível conceber acerca da escrita jornalística de Miguel Borges, foi primeiramente seu caráter estritamente particular, caracterizado por rixas pessoais, de maneira que usava os jornais para interagir com seus desafetos, ora acusando e hora se defendendo.

¹⁶⁶ *Apud* CASTELO BRANCO, 1883, p.16-21.

¹⁶⁷ *Apud* CASTELO BRANCO, 1883, p. 21-28.

Não encontramos editoriais assinados diretamente por ele, daí concluímos que, se o fez, usou de pseudônimos ou, simplesmente, não assinou, protegendo-se atrás da muralha erguida na folha de rosto do jornal sob a égide “redatores diversos”. Porém, o fato de ter sido editor de um jornal liberal é elemento suficiente para demonstrar a sua militância política e a existência de uma escrita politicamente engajada.

Concluímos que sua condição de comerciante, funcionário público e educador tenha corroborado para justificar sua ação menos agressiva quanto à escrita jornalística. Achamos necessário fazer um esboço do jornalismo praticado no século XIX, enfatizando sua relação com a política no intuito de ao menos identificar a escrita e a atuação jornalística de Miguel Borges no contexto em que surgiu.

2.2 A escrita histórica de Miguel Borges

Ao se trabalhar com conceitos de história e de historiografia, o primeiro aspecto que se deve considerar é o fato de que eles são mutáveis e que, ao longo do tempo, o que em determinado momento era considerado história, é diferente dos conceitos que, hoje, predominam na historiografia. O campo historiográfico se alargou de tal maneira, que “não conseguimos mais deixar de fora de nosso interesse quase nada da reflexão dos pensadores do passado, embora eles não necessariamente tivessem a ideia de estar praticando a historiografia”.¹⁶⁸

Esse movimento de alargamento e de importância conferida à escrita está intimamente ligado às concepções de história que vigoram hoje, o que, sem sombra de dúvida, tem relação direta com o movimento dos *Annales*, que revolucionou a historiografia ao fazer o historiador repensar os limites da disciplina, suas técnicas e seu próprio ofício.

Consideramos historiadores “aqueles que produziram sua escrita olhando do presente para o passado, conferindo, assim, um significado de registro aos seus trabalhos”,¹⁶⁹ sem que necessariamente tivessem formação acadêmica ou mesmo a consciência de si mesmos como produtores de história, definição que se enquadra, perfeitamente, na noção de “cultura histórica”, de Le Goff, que afirma que “a história da história não deve se preocupar, apenas,

¹⁶⁸ QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 142.

¹⁶⁹ QUEIROZ, 2006, p. 143.

com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constitui a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época”.¹⁷⁰

Nesse intuito, buscamos dar-lhe visibilidade e analisar a escrita historiográfica de Miguel Borges, que “marca o primeiro esforço sistemático de historiador no Piauí, embora tenha tido poucos leitores e pequena repercussão, a não ser no próprio século XIX”.¹⁷¹ Ao nos voltarmos para a produção do período, verificamos que a maioria de seus autores caiu no esquecimento. Seus trabalhos pouco ou, em alguns casos, em nada repercutiram sobre as gerações seguintes; não lhes foram legados nem a memória, nem a história. Daí a relevância em recuperar esses acervos do passado, identificando os autores, localizando e dando publicidade aos textos inéditos, mesmo aqueles que repercutiram apenas no período.

No entanto, antes de entrarmos na seara da produção historiográfica de Miguel Borges, faz-se necessário entendermos em que contexto se deu essa escrita, que aspectos e características próprias do período vieram a contribuir para a construção dessas obras, quais motivações e aspirações serviram como pano de fundo das ditas escritas. Outro aspecto a ser analisado é a formação de uma cultura histórica no século XIX, principalmente, no que concerne ao Piauí.

A formação de uma cultura historiográfica no Brasil faz parte de um processo de criação e fortalecimento da própria cultura nacional, que teve como marco inicial a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. A principal função dessa instituição era criar e fortalecer uma ideia de nacionalidade, de identidade e da existência de uma cultura própria brasileira.

O IHGB arquivava e publicava documentos necessários para a escrita da história do Brasil, promovia concursos de monografias, chegou a organizar missões de pesquisadores ao exterior com a finalidade de investigar e copiar coleções de manuscritos sobre o país, que estavam nos arquivos estrangeiros, dentre eles, intelectuais importantes para a formação e fortalecimento de uma tradição historiográfica nacional, como o paulista Francisco Adolfo de Varnhagen¹⁷² que, através de sua obra precursora *História Geral do Brasil*, tornou-se, provavelmente, o pensador de maior destaque no período, sendo base de uma determinada concepção historiográfica que influenciou muitos outros pesquisadores.

¹⁷⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 48.

¹⁷¹ QUEIROZ, 2006, p. 141.

¹⁷² Nasceu em Sorocaba-SP. Tornou-se membro do IHGB, ocupando o cargo de pesquisador comissionado, visitando os arquivos de vários países em busca de documentos sobre o Brasil, chegou a ser primeiro-secretário do Instituto. Deixou extensa e variada produção. Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 285.

O sucesso do IHGB, ao que parece, está ligado à grande adesão ao projeto de intelectuais e políticos de destaque do período imperial, que tiveram papel importante na instituição, traçando diretrizes que conduziram tanto a ação do Instituto, quanto a própria produção historiográfica do período, além do fato de ter surgido uma espécie de homogeneidade entre esses intelectuais, medida pelo compromisso com o regime e a fidelidade ao Imperador. Faziam parte desse seleto grupo, além do já citado Varnhagen, nomes como Karl Von Martius¹⁷³ e Joaquim Manoel de Macedo.¹⁷⁴

Posteriormente, o projeto se expandiu e foram criados, nas províncias, institutos nos moldes do IHGB. Os primeiros foram o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), em 1860; o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1862; e, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 1869. Isso mostra que as histórias provinciais eram importantes para projeto de construção da história nacional, seguindo, obviamente, os parâmetros ideológicos do IHGB e serviam, particularmente, para a construção cultural do Império.

Sobre a relação entre a história nacional e histórias provinciais, Paulo Gutemberg de Carvalho Souza afirma:

As relações entre história nacional e histórias provinciais foram objeto de discussão desde a fundação do IHGB, cuja orientação geral, em que pese algumas divergências, sempre foi pela contribuição das províncias em razão da impossibilidade material de realização de uma história geral, reconhecida pelos próprios dirigentes e membros do Instituto, sob a consciência de que não poderia ser ela a soma daquelas, mas uma síntese.¹⁷⁵

A busca dessa síntese era justificável, à medida que a intenção do governo era centralizar, criando uma unidade no Império. Dessa forma, não era cômodo e, muito menos, vantajoso dar autonomia para as histórias provinciais. O IHGB controlava a escrita histórica no sentido de manter as histórias provinciais integradas ao poder central, mantendo a unidade nacional e dotando o país de um passado único e, por que não dizer, coerente.

¹⁷³ Karl Friedrich Philipp Von Martius nasceu na Alemanha, formado em medicina veio ao Brasil integrando a missão científica austríaca. No intuito de conhecer o interior do Brasil, fez uma longa viagem passando por Minas, Bahia, Goiás, o sertão pernambucano, Piauí, Maranhão, Belém e parte da Amazônia. Seu nome é lembrado na historiografia brasileira por ter vencido o concurso de monografias promovido pelo IHGB com o texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicado na revista do Instituto em 1845. Escreveu outras obras, muitas dedicadas à história do Brasil. Ver: VAINFAS, 2002, p. 459.

¹⁷⁴ Joaquim Manoel de Macedo foi jornalista, político militante do Partido Liberal, historiador, poeta e escritor. Foi professor de História no Colégio Pedro II, deputado provincial pelo Rio de Janeiro, sócio e fundador do IHGB. Destacou-se na literatura brasileira com a obra *A moreninha*, que o tornou um dos grandes nomes do romantismo brasileiro, sua produção é vasta, escreveu obras históricas, romances, dramas e comédias. Disponível em: <www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_3415.html>. Acesso em: 8 jul. 2012.

¹⁷⁵ SOUZA, 2010, p. 45.

Sobre esse impasse entre história regional e nacional, o alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius em seu texto *Como se deve escrever a História do Brasil*, com o qual venceu o concurso de monografia do IHGB, publicado em 1845, afirmou que a extensão do território e a grande variedade de natureza, além da pluralidade de costumes que compõem a população, era uma grande dificuldade para a escrita de uma história nacional.¹⁷⁶

Na maior parte do país, a escrita historiográfica dependia da imprensa jornalística, que nesse momento estava fortemente ligada à política. Na imprensa se fazia a divulgação, a publicação de textos e impressão de obras. No Piauí, também coube à imprensa o papel de divulgador de textos de cunho historiográfico. O próprio Miguel Borges publicou suas biografias, primeiramente, nas páginas de jornal e, posteriormente, as reuniu publicando em forma de livro.

Compreendendo o desenvolvimento da historiografia brasileira, como ligado à criação do IHGB e ao forte controle exercido pelo Estado, à medida que essa escrita tinha a função de consolidação do governo imperial, é possível analisar, de forma mais aprofundada, o surgimento de uma cultura historiográfica na província piauiense, identificando aspectos que influenciaram essa escrita.

No Piauí, até a mudança da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, não se desenvolveram práticas condizentes com a formação de uma cultura histórica local, o que demonstra que o surgimento dessa cultura está ligado ao processo de modernização que então se instalava, buscando, sobretudo, a integração nacional e, concomitantemente, a inserção nos padrões de mundo moderno que então surgiam.

O aparecimento de uma cultura histórica na província, na segunda metade do século XIX, está ligado a processos sociais e culturais que, assim como o IHGB, possuíam um compromisso com a criação de uma unidade nacional, alçada através de uma apropriação da escrita histórica. O fato de o surgimento dessa cultura coincidir com a implantação de uma estrutura urbana na capital demonstra, de certa forma, que Teresina se tornou um espaço de sociabilidade, que permitiu e tornou possível o surgimento de práticas sociais e culturais edificantes para a formação de uma cultura histórica piauiense.

Sobre esses processos, vale ressaltar a análise de Souza:

A cultura histórica, que começa a surgir no Piauí, na segunda metade do séc. XIX, um evento/processo típico do espaço urbano, ocorre preferencialmente em cinco lugares: na imprensa, com a vulgarização e difusão de textos e a

¹⁷⁶ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. *Revista do IHGB*, n. 24, jan. 1845.

mediação da leitura; no ensino formal público e particular, como matéria escolar a ser repassada aos estudantes; nas estruturas governamentais e institucionais, como depositárias dos documentos ‘históricos’ e como fonte produtora e motivadora da escrita histórica, geralmente exercitada por profissionais estatais, os primeiros a sistematizar informações históricas e dados sobre o passado local; em bibliotecas e em espaços de sociabilidades, com a realização de conferências públicas e de solenidades cívicas; e em espaços privados individuais de leitura e escrita.¹⁷⁷

Novamente, a imprensa é mostrada como espaço de difusão dos textos de cunho historiográfico. Aparece, também, o papel da educação na difusão da História do Brasil como disciplina cívica, o que demonstra o esforço empenhado para a construção de uma história nacional unificada. Outro aspecto relevante foi a contribuição das estruturas governamentais, que passaram a efetivamente demonstrar interesse em armazenar documentos históricos.

Essa característica adquirida pelo Estado explica o fato de a produção histórica do século XIX ter sido, em grande parte, produzida por profissionais estatais, caso de José Martins Pereira de Alencastre, David Caldas¹⁷⁸ e Miguel Borges. Na época, “a produção historiográfica dependia do emprego público exercido pelo pesquisador e de uma aproximação com o poder, relação que se definia como uma espécie de mecenato funcional”.¹⁷⁹

Ao tratar da historiografia piauiense, produzida entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, Paulo Gutemberg de Carvalho Souza¹⁸⁰ usa um termo próprio para se referir aos escritores que atuaram nesse período, denominando-os intelectuais-historiadores, termo que retrata, adequadamente, o perfil desses autores. Homens que atuavam em campos do jornalismo, da filosofia, literatura, ciências sociais, da política e da educação, em resumo homens de letras que eram atraídos pela história. Fazem parte desse grupo classificado pelo autor, José Martins Pereira de Alencastre, David Caldas, Miguel Borges, Francisco Augusto Pereira da Costa,¹⁸¹ Clodoaldo Freitas¹⁸² e Higinio Cunha¹⁸³ e Abdias Neves.¹⁸⁴

¹⁷⁷ SOUZA, 2010, p. 41-42.

¹⁷⁸ Paulo Gutemberg de Carvalho Souza classifica David Caldas como “historiador” baseado nas referências feitas a ele por Miguel Borges em sua obra, *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na Província do Piauí*, na qual o referido autor reproduz algumas matérias de David Caldas. Para maiores detalhes ver: SOUZA, 2010, p. 72.

¹⁷⁹ SOUZA, 2010, p. 76.

¹⁸⁰ SOUZA, 2010, p. 27.

¹⁸¹ Foi Secretário de Governo da Província do Piauí entre 1884 e 1885. Antes de vir ao Piauí exerceu vários cargos públicos em sua terra natal, Pernambuco. Publicou obras sobre a história pernambucana. Sobre a história piauiense publicou, *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Ver: SOUZA, 2010, p. 113.

¹⁸² Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras. Bacharel em Direito e membro do Partido Liberal, foi um jornalista de combate. No Piauí, foi juiz em Teresina, Valença e Santa Filomena, além de procurador dos feitos da fazenda. Assumiu cargos também em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará e Maranhão.

A atuação simultânea em várias atividades de caráter intelectual, que demandavam leitura e escrita, era constante no espaço piauiense no século XIX, principalmente, em Teresina, o que demonstra, de certa forma, um déficit intelectual, ou seja, existiam poucas pessoas para ocupar esse tipo de espaço, aspecto que possui relação direta com o quadro educacional que vigorava na província, no qual o analfabetismo era predominante.

No entanto, atribuir o pequeno número de escritores e leitores, exclusivamente, às condições incipientes existentes na província pode demandar um erro de análise, na medida em que estabelece uma relação de causa e efeito, restritiva e limitadora que impede a percepção quanto à relevância dos demais aspectos que de forma direta, ou indireta, contribuíram para essa característica. É preciso entender esses aspectos como parte da realidade social que então era vivenciada.¹⁸⁵

A obra que inicia a historiografia piauiense é *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*, do historiador baiano José Martins Pereira de Alencastre, escrita em 1855 e publicada na Revista do IHGB, em 1857. Quando escreveu a obra, o autor era funcionário do Império e, como tal, possuía proximidade com os arquivos governamentais. Evidentemente, era seguidor da política de unificação e centralização do Estado Monárquico, caso contrário não teria sua obra sido publicada na revista do IHGB.

Alencastre veio ao Piauí, em 1851, para auxiliar, diretamente, o então presidente da província, José Antônio Saraiva, ocasião em que teve contato com arquivos governamentais. Sua obra deve ser entendida como pertencente ao Estado imperial, comprometida com a política praticada pelo governo. A obra inaugural da historiografia piauiense seguia os moldes da época. Em verdade, seguia a cartilha do IHGB, possui um caráter bastante descritivo, apresenta riqueza de detalhes característica do território e faz uma sistematização cronológica de fatos políticos e sociais do Piauí

Esse pesquisador escreveu, ainda, *Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1839, 1840 e 1841*, escritas em 1854

Sua obra foi vasta, adentrando nas áreas da história e da literatura através de crônicas, novelas e contos. Ver: CHAVES, Joaquim. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1983. p. 149.

¹⁸³ Higinio Cícero da Cunha nasceu em 1858 em um sítio próximo à vila de São José das Cajazeiras, hoje cidade de Timon. Formado em Direito na Faculdade de Pernambuco, participando ativamente do movimento intelectual e cultural daquela cidade. Membro do Partido Liberal, vem a Teresina e entra para a redação de *A Imprensa*. Escreve também nos jornais *O Reator*, *Revista Mensal*, *O Telefone*, *Gazeta do Comércio* dentre outros. Atuou como juiz no Maranhão e no Piauí. Foi membro fundador da Academia Piauiense de Letras e deixou uma vasta obra. Ver: CHAVES, 1994, p. 194.

¹⁸⁴ Abdias da Costa Neves nasceu em Teresina, bacharelou-se em Direito na Faculdade do Recife. Jornalista, poeta, escritor e historiador, sua obra é riquíssima. Ocupou cargos importantes como de juiz em cidades piauienses. Ver: CHAVES, 1994, p. 209.

¹⁸⁵ Sobre a realidade social vivenciada na província piauiense. Ver: COSTA FILHO, Alcebiades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850 -1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

sobre a Balaiada,¹⁸⁶ publicadas na Revista do IHGB, em 1872, além da *Advertência aos Anais da Província de Goiás*, também publicada na revista do Instituto, o que se deve ao fato de ser seu membro efetivo.¹⁸⁷ Sua produção mostra o compromisso que possuía para com a história do Brasil, demonstrando espírito investigador e sério.

Após Alencastre, aparece atuação dos intelectuais-historiadores que realizaram pesquisas e, de forma autodidata, escreveram história. Segundo Souza, são eles: David Caldas e Miguel Borges.¹⁸⁸ Apesar do fato dos biógrafos¹⁸⁹ de David Caldas o definirem, apenas, como professor, geógrafo, jornalista e político, a obra de biografias de Miguel Borges demonstra que David Caldas possuía um espírito de pesquisador e de produtor de história. Miguel Borges reproduziu trechos de artigos publicados por ele em algumas de suas biografias, como no caso de José Carvalho de Almeida:

A respeito deste distinto piauiense, o ilustre jornalista David Moreira Caldas, - que descansa hoje na eterna mansão dos justos, - publicou no periódico *Amigo do Povo* (de onde extraímos a maior parte destes apontamentos) as seguintes notícias: [...]¹⁹⁰

Miguel Borges usa aspas para demarcar os trechos reproduzidos da escrita do citado jornalista. Outra biografia que conta com a contribuição dos escritos de David Caldas é a de Manuel José da Cunha:

Em homenagem à memória do distinto barrense, David Moreira Caldas, a quem devemos a maior parte dos apontamentos de que nos servimos na confecção deste escrito, transcrevemos em seguida, a importante publicação por ele feita, em 1871, relativamente ao lugar de seu nascimento, a vila das Barras.¹⁹¹

Sem dúvida, esse tipo de artigo suscitava pesquisa exaustiva, com a utilização de documentos pertencentes a arquivos, públicos ou particulares, e comprometimento com os fatos que viriam a compor a história do Piauí. O trecho utilizado por Miguel Borges é a própria narração do “nascimento” da vila de Barras. A riqueza de detalhes demonstra que

¹⁸⁶ Movimento social ocorrido no Piauí, Maranhão e Ceará, do final do ano de 1838 a fins de 1841, de um lado grandes proprietários de terra e escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, escravos, artesãos e pequenos proprietários. Ver: DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

¹⁸⁷ SOUZA, 2010, p. 68-69.

¹⁸⁸ SOUZA, 2010, p. 71.

¹⁸⁹ Sobre a biografia de David Caldas ver: CHAVES, 1994, p. 64; ARAÚJO, Vinícius Leão. *David Caldas: história e memória de suas lutas republicanas*. 2010. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

¹⁹⁰ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1878. p. 66-67.

¹⁹¹ CASTELO BRANCO, 1878, p. 83.

David Caldas foi um intelectual que contribuiu para a construção de uma cultura histórica piauiense, apesar de a sua obra continuar quase desconhecida, sendo lembrado, apenas, por sua atuação como jornalista e pelo pioneirismo ao defender ideias republicanas na província do Piauí.¹⁹²

David Caldas deixou publicações que possuem grande importância para a história piauiense como o *Relatório de viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba, pelo rio de mesmo nome, inclusive todo o seu delta*, por ordem do presidente da província Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, que foi anexado ao relatório provincial de 1867.¹⁹³ Muitos de seus estudos foram anexados a relatórios de presidentes provinciais. Outro texto deixado pelo barrense foi *Introdução feita por um dos mais obscuros amigos do poeta*, publicado no livro *Impressões e gemidos*, de José Coriolano, onde faz uma biografia do poeta e comenta suas obras.¹⁹⁴

Após a atuação de David Moreira Caldas, Miguel Borges dá continuidade à produção histórica local. Segundo Mons. Joaquim Chaves, foi de fato “um dos pioneiros da nossa pesquisa histórica”.¹⁹⁵ Souza o definiu como “o primeiro *publisher* do Piauí”.¹⁹⁶ A relação de Miguel Borges com a escrita teve início ainda no seio familiar, o que pode ter contribuído para levá-lo a desenvolver as atividades futuras. Pertenceu a uma família que reconhecia o valor e a importância da educação, tendo tido oportunidade de aprender a ler e escrever ainda jovem. Como já citado, seu pai foi um jornalista de fôlego.

Sua família materna também era conhecida por possuir, como membros, homens dedicados a atividades intelectuais, que utilizavam, necessariamente, a leitura e, conseqüentemente, a escrita. Seu avô materno, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco (primeiro com esse nome), foi o primeiro piauiense a formar-se em Direito, em 1803, na Universidade de Coimbra, tendo sido ainda eleito deputado às Cortes Constituintes de Portugal.

Efetivamente, a atuação de Miguel Borges na pesquisa e escrita histórica ocorrerá, somente, a partir da sua mudança para Teresina, em 1862. Foi a partir de então que publicou

¹⁹² Sobre a atuação política de David Caldas Ver: ARAÚJO, 2010; ARAÚJO, Vinícius Leão. *História e imprensa: a cultura política em jornais piauienses de 1868 a 1875*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

¹⁹³ O relatório do ano de 1867 a que tivemos acesso não continha o relatório citado, no entanto contém a ordem do presidente incumbindo David Caldas da tarefa e assumindo o recebimento do relatório. Ver: PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 9 de setembro de 1867, pelo presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire*. São Luiz do Maranhão: Tipografia de B. de Mattos, 1867.

¹⁹⁴ SOUZA, 2010, p. 79.

¹⁹⁵ CHAVES, 1994, p. 63.

¹⁹⁶ SOUZA, 2010, p. 55.

seus primeiros trabalhos, pesquisas dedicadas a pessoas e fatos referentes à história da província que foram, primeiramente, divulgadas nas páginas dos jornais locais, como o exemplo a seguir:

ALFORRIAS. – Ao nosso digno amigo o Sr. capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco devemos o curioso apanhamento sobre as alforrias que sucederam na província, no ano findo, segundo noticiaram os jornais de Teresina. Agradecemos-lhe a oferta que nos fez de seu trabalho.

Ei-lo: Foram alforriados na província do Piauí, pelas pessoas abaixo mencionadas, durante o ano de 1870 proximamente findo, 121 escravos, a saber:

Capitão Antônio Rodrigues de Carvalho, residente no termo da Batalha, alforriou 3. - Dr. Antônio Coelho Rodrigues, em Teresina 1. – Major Antônio José de Araújo Bacelar, morador de Teresina, 1. – Tenente Belisário José Ribeiro Guimarães, residente em Paranaguá 1. – Dr. Cândido Gil Castelo Branco, de Teresina e atualmente em Minas Gerais 3. – Dona Constança, viúva do coronel Elias de Sousa Martins, residente em Oeiras 1. – Capitão Carlos Antônio Cavalcante, residente em Príncipe Imperial 1. – Tenente Estevão Borges Castelo Branco (os seus herdeiros) em Campo Maior 6. – Tenente Florêncio José de Sant’Anna, residente no termo de Teresina 1. – Capitão Francisco Resende de Bezerra, residente em Príncipe Imperial 1. – Major Francisco Xavier dos Santos Eusébio, residente no termo de União 14. – Dona Guiomar, viúva do tenente Luiz Lopes Corrêa Castelo Branco, da União 8. – Capitão Horácio Ribeiro Soares, de Jerumenha 1. – alferes Jerônimo Marcelino Ferreira de Araújo, residente no município de Parnaíba 2. – Tenente-coronel José Amaro Machado, residente na vila de Batalha 6. – Coronel Justino José da Silva Moura (já falecido) 2. – Capitão José Rodrigues Pereira, residente na cidade de Parnaíba 4. – Capitão José Florêncio de Sant’Anna, União 2. – Padre José Marques da Rocha, vigário da vila de São Gonçalo 4. – Tenente-coronel Justiniano Augusto Leite Pereira, residente em Valença 9. – Dona Maria Florência Castelo Branco, residente no termo da Parnaíba 1. – Padre Mamede Antônio Lima, vigário da freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Teresina 3. – Dona Marcolina de Sousa Martins, residente no município de Valença 1. – Capitão Militão Benício de Melo, residente no município de Campo Maior 3. – Tenente Manoel Sotero Vaz, de S. Gonçalo 2. Província do Piauí (tesouro provincial) 2. – Dr. Polidoro César Burlamaque, residente em Teresina 1. – Capitão Raimundo José da Cunha (falecido) 3. – Tenente-coronel Ricardo José de Lobão, residente no termo de União 2. – Capitão Raimundo José de Souza Gayoso, residente em Teresina 3. – Dr. Raimundo Mendes de Carvalho, residente em Valença 1. – Dona Isaura Furtado Muniz Barreto, residente no município de Marvão 13. – Cônego Sebastião Ribeiro Lima, vigário de São Raimundo Nonato 5. – Sociedade Manumissora de Teresina 10.

Total – 121.¹⁹⁷

Como se pode perceber, Miguel Borges interessava-se por pesquisar os mais variados assuntos referentes à província. Prova disso foi esse minucioso levantamento que fez sobre as alforrias ocorridas no Piauí no ano de 1870, contabilizando não somente o número de

¹⁹⁷ ALFORRIAS. *A Imprensa*, Teresina, ano 6, n. 291, 9 mar. 1871, p. 4.

alforrias, como também os nomes dos senhores e senhoras que libertaram seus escravos e o local onde essas alforrias ocorreram. Além disso, costumava ceder o resultado de suas pesquisas para serem publicados nos jornais, como se pôde perceber, o que fez praticamente com toda sua obra.

Suas obras só foram publicadas, efetivamente, a partir do ano de 1878. O primeiro foi o livro *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*, juntamente com o primeiro volume do *Almanaque Piauiense* para o ano de 1879. Esta última obra, segundo Mons. Joaquim Chaves, possuía um “interessante estudo de nossos problemas”,¹⁹⁸ além do calendário elaborado com todos os feriados santos do ano e biografias de piauienses que ocuparam cargos de importância no Piauí. Sobre o almanaque vale dar publicidade a uma nota sobre o mesmo que saiu nas páginas do jornal *A Imprensa*:

Almanaque Piauiense.

Acaba de sair dos prelos da *Época* – o *Almanaque Piauiense*, produção importante e estimável do incansável capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, distinto filho dessa província.

Circunscrito e limitado quase exclusivamente a esta capital, todavia, grande utilidade presta a todos os habitantes do interior da província.

Constando de 142 folhas, nitidamente impressas, envolve e contém muitas matérias e variadas notícias.

Além do calendário, com indicações astronômicas eclesiásticas e fatos históricos notáveis, contém e trata o referido almanaque, das festas móveis, das estações, eclipses, feriados, dias de grande e pequena gala, dos de audiências e sessões, da representação geral e provincial, dos nomes e moradas de todos os vereadores, suplentes e empregados da câmara municipal, do corpo eleitoral de toda a província, dos membros da casa ou família imperial, dos ministros de estado, do presidente e chefe de polícia da província, de todas as autoridades judiciárias, policiais, tabeliães, escrivães, oficiais da justiça, juizes de paz, advogados, médicos, farmacêuticos e empregados de todas as repartições publicas desta capital, da instrução primária e secundária, da Santa Casa de Misericórdia, da casa de Detenção, do cemitério público, da força policial de primeira linha, e guarda nacional, da comissão central de socorros, dos núcleos de emigrantes, Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, das sociedades dramática e maçônica, irmandades religiosas, das entradas e saídas dos correios e vapores, - não só desta, como das províncias de Pernambuco e Maranhão, dos nomes de periódicos que se publicam nesta capital – e dos seus redatores, de um breve mas sofrível formulário das ações cíveis processadas nos juizes de paz, e finalmente de biografias de piauienses ilustres.[...]

Alem do referido almanaque que o mesmo capitão promete publicar, nos anos por virem, outros trabalhos igualmente úteis e importantes [...].¹⁹⁹

¹⁹⁸ CHAVES, 1994, p.62.

¹⁹⁹ALMANAQUE Piauiense. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 573, 28 dez. 1878, p. 2.

Dando continuação à sua obra, em 1880 publica o segundo volume do *Almanaque Piauiense*, que continha “instruções para a livre execução da Lei Hipotecária e o respectivo regulamento, um grande número de documentos históricos relativos à província do Piauí e muitas biografias de piauienses ilustres”,²⁰⁰ possuindo cada exemplar, aproximadamente, 300 páginas, sendo vendido na Livraria Econômica, de sua propriedade.

Em 1881, publicou o terceiro volume do *Almanaque Piauiense*. Ao que tudo indica, nesse mesmo ano, lançou ainda o *Manual da Guarda Nacional* e um volume sobre *A nova Lei Eleitoral*.²⁰¹ Wilson Brandão acrescenta *Apontamentos para a sinopse da província do Piauí*, também de autoria de Miguel Borges, e esclarece ter tido contato com um volume “lamentavelmente dilacerado”.²⁰²

Adrião Neto²⁰³ elenca, ainda, as obras: *Guia dos argumentadores nas escolas primárias* e *Colégio de Nossa Senhora das Dores*. Wilson de Carvalho Gonçalves²⁰⁴ atribui outras obras a Miguel Borges, como *A reparação de uma clamorosa injustiça*, uma reunião de documentos sobre o impasse que envolveu o cargo de procurador fiscal do tesouro provincial e um quarto volume do *Almanaque Piauiense*, sobre o qual nada podemos atestar devido ao fato de não termos tido contato com essa obra. Outro aspecto relevante é a falta de informações sobre a existência de um quarto volume do almanaque nos biógrafos de Miguel Borges, dentre eles Clodoaldo Freitas²⁰⁵ e Mons. Joaquim Chaves.²⁰⁶

Analisaremos apenas os *Apontamentos biográficos*, que foi o “primeiro livro de história do Piauí escrito por um historiador piauiense”.²⁰⁷ Na verdade, o primeiro livro de cunho historiográfico e não de história propriamente dito. Essa obra foi composta e impressa na tipografia do jornal *A Imprensa*. Nesse período, em geral, as publicações dependiam da relação do escritor com os donos dos jornais. No caso do autor em questão, ele era membro do Partido Liberal, o que explica o espaço no referido jornal.

O livro *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí* é considerado a principal obra de Miguel Borges, o que não reduz o valor de suas outras publicações. O livro é

²⁰⁰ CHAVES, 1994, p. 62.

²⁰¹ Obras citadas em: FREITAS, 1998; CHAVES, 1983; GONÇALVES, Wilson de Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 – 2003*. Teresina: Halley, 2003.

²⁰² BRANDÃO, Wilson de Andrade. *Historiografia piauiense*. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 24.

²⁰³ NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. 2. ed. Teresina: Halley, 1995.

²⁰⁴ GONÇALVES, 2003.

²⁰⁵ FREITAS, 1998.

²⁰⁶ CHAVES, 1994.

²⁰⁷ SOUZA, 2010, p. 55.

rico em informações sobre as elites piauienses do período colonial ao Império e sua atuação na esfera pública. Através das histórias de vida, o autor deu visibilidade à própria história do Piauí.

Miguel Borges reunia informações sobre os biografados através de pesquisas em arquivos públicos, pessoais ou familiares, além de ter utilizado depoimentos orais. Possuía uma escrita simples, de fácil compreensão e sua pretensão era escrever com a máxima perfeição sobre a vida desses personagens.

As biografias foram primeiramente publicadas nas páginas do jornal *A Imprensa*, como se segue na notícia que foi impressa junto à obra:

Biografias

Começamos hoje a dar publicidade em outra sessão deste jornal, a uma série de biografias de piauienses ilustres, escritas pelo nosso digno e laborioso amigo capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Pretende esse nosso amigo mandar imprimir um livro, contendo as biografias de que trataremos, e, publicando-as antes disso pelos jornais, deseja desde logo sujeitá-las à crítica e correção daquelas pessoas que, por suas luzes, estiverem para isso habilitadas, esperando por esse meio conseguir que o seu trabalho seja o mais perfeito possível.²⁰⁸

Como podemos notar, Miguel Borges deixou clara sua pretensão de reunir as biografias, publicando-as posteriormente em forma de livro. Outro aspecto relevante na notícia é o fato de o autor demonstrar que seu intuito em dar visibilidade às biografias através dos jornais era sujeitá-las às críticas que poderiam vir a contribuir para que seu trabalho se tornasse mais perfeito quanto fosse possível. Isso demonstra o cuidado do autor ao reconhecer as possíveis falhas em seu trabalho em prol da história do Piauí.

Em outra notícia que segue, também anexa ao livro, podemos notar o mesmo tipo de discurso, porém com novos aspectos que merecem atenção:

Ao Sr. major Antônio de Holanda Costa Freire, que teve a bondade de me fornecer um memorial da família Freire, e aos Srs. Dr. Firmino de Sousa Martins e L. Marreiros C. Branco, devo o favor da maior parte das informações de que me servi, para a confecção das biografias dos falecidos José Nicolau da Costa Freire, Visconde da Parnaíba, e Lourenço Antônio Marreiros Castelo Branco, que têm sido publicadas neste jornal, visto como, atendendo eles ao pedido que lhes fiz, tiveram a bondade de me as oferecerem em 1872, e posteriormente. Algumas outras biografias, de outros diferentes piauienses, não menos ilustres, acham-se já organizadas, como sejam as dos falecidos Drs. Miguel de S. Borges Leal Castelo Branco, Francisco de Sousa Martins, Casimiro José de Moraes Sarmiento, coronel Justino José da Silva

²⁰⁸ *Apud* CASTELO BRANCO, 1878, p. 3.

Moura, Tibério C. Burlamaque, as quais irão sendo oportunamente publicadas, por este mesmo jornal.

Peço pois àqueles meus distintos amigos, acima mencionados, e aos demais que tão bondosamente me têm ajudado nesse serviço, fornecendo-me importantes esclarecimentos e informações que se dignem ler as referidas publicações corrigindo quaisquer defeitos, ou omissões que nelas encontrarem: continuando assim a me coadjuvarem, com suas habilitações, a fim de que esse meu trabalho possa obter o grau de fidelidade e perfeição que desejo.

Confio igualmente que os outros cavalheiros, a quem me tenho dirigido, desde 1870, pedindo diversas informações tendentes aos homens mais eminentes da província, e a história da nossa terra, e que até o presente ainda não me responderam, não se recusarão a prestar-me o valioso concurso de suas luzes; tanto mais se atenderem quanto é deficiente, em pontos históricos, a fonte dos arquivos públicos do Piauí.

Teresina, 27 de novembro de 1878.

Miguel Borges.²⁰⁹

O primeiro aspecto que chama atenção na notícia acima é o fato de o autor agradecer a todos os seus colaboradores, pedindo-lhes que continuem a ler e a fazer as devidas correções de seus escritos. No trecho acima, podemos encontrar, também, a informação de que foi a partir do ano de 1870 que Borges passou a indagar sobre a vida dos homens que desempenharam cargos importantes na província. Outro ponto fundamental diz respeito à reclamação do autor quanto à situação precária de conservação da documentação pública, que na época era mantida na Secretaria de Governo sem os devidos cuidados. Essa característica de, humildemente, se definir como necessitado da ajuda de outros cidadãos para a execução de seu trabalho pode ter contribuído para o que esse método de publicar primeiros nos jornais tenha obtido êxito, o que resultou na publicação do livro.

Após reunir as biografias publicadas nos jornais, o livro passou a constar de 28 biografias de pessoas da elite que ocuparam importantes cargos no governo, seguindo o modelo das biografias produzidas no período, que tendiam a escolher, preferencialmente, pessoas de destaque, os chamados grandes vultos, o que se comprova ao analisarmos o próprio título da obra.²¹⁰ Na época em que a obra foi publicada, todos os biografados já eram falecidos. O autor pretendia continuar outra série de biografias para serem publicadas junto com as primeiras em um só livro, o que não foi possível devido a sua saúde sempre debilitada, inspirando cuidados.²¹¹

²⁰⁹ CASTELO BRANCO, 1878, p. 4.

²¹⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e Papel, realidade e imaginação: as biografias na História, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambu, *Anais...* Caxambu, 1998, p. 3. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.clasco.org.ar/libros/anpocs/bisso.rtf>>. Acesso: 12 out. 2010.

²¹¹ SOUZA, 2010, p. 82.

Todas as biografias possuem uma epígrafe, na qual o autor agradece ou oferece o texto a um seu conterrâneo, possivelmente alguém que ajudou no levantamento das informações ou que pertence à família do biografado, ou, na qual, dá indicativos de obras que vieram a contribuir para a confecção do texto. Segue a epígrafe da biografia de Carlos César Burlamaque:

Oferecido, como testemunho de alta estima e respeitosa consideração, ao Ilmo. Sr. Dr. Polidoro César Burlamaque, muito digno diretor da instrução pública desta província.²¹²

No sumário do livro, os nomes dos biografados aparecem em ordem cronológica, o que mostra que houve uma preocupação com a confecção da narrativa histórica, no entanto, as biografias estão em uma ordem diferente do que está expresso no sumário, em uma ordem de importância que foi definida pelo próprio autor, levando em conta ou o cargo exercido pelo biografado, ou a origem nobre de sua família. Esse fato pode ser exemplificado com a localização da biografia de Manuel de Sousa Martins, provavelmente, o nome de maior expressividade na política piauiense, que aparece no sumário como oitava biografia, seguindo a cronologia, e na ordem, dentro da obra, aparece como primeira biografia.

Essa diferença entre o sumário e ordem em que aparecem as biografias dentro da obra nos leva a supor que o livro teria sido impresso primeiro de maneira que a ordem de impressão seguiu a lógica de importância estabelecida pelo autor, entretanto, após a conclusão da publicação, Miguel Borges decidiu que a ordem de publicação deveria ser cronológica, contudo, considerando que as publicações na época eram montadas sobre placas metálicas, letras por letras, o que dificultava modificações, logicamente, percebeu que a solução mais viável foi elaborar o sumário obedecendo à cronologia e anexá-lo à obra já impressa.

O livro abrange um grande espaço temporal, contemplando os séculos XVII, XVIII e XIX. O recorte temporal é de cerca de 200 anos. Ele aborda fatos administrativos importantes da história local e história política. Em que pese o fato de grande número de biografados terem sido importantes políticos liberais na época do Império, a maioria fazia parte da antiga classe política dirigente de Oeiras. Dentre os fatos importantes, podemos citar a Balaiada, abordada na biografia de seu pai, Lívio Lopes Castelo Branco, como veremos na citação:

Corriam assim os anos, quando sobreveio em 1839, a guerra civil do Maranhão, que se denominou – *Revolução dos Balaios*; a qual muito afetou também os negócios e sossego público desta província, causando incalculáveis males à vida e à fortuna particular de seus habitantes.

²¹² CASTELO BRANCO, 1878, p. 70.

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, cidadão abastado, inteligente, ativo e bastante popular, envolveu-se, infelizmente, nesse desastroso acontecimento! [...]

Foram, por certo, altamente patrióticos e humanitários os sentimentos que o resolveram a tomar parte na rebeldia; muito embora houvessem os seus inimigos, durante todos esses tempos das contendas exageradas e vertiginosas dos partidos em que a província se achou dividida depois da administração do Visconde da Parnaíba, pintado com as mais escuras e odiosas cores, - todos os seus atos inerentes a essa desastrosa quão infeliz insurreição.²¹³

Como podemos perceber, o autor usa a biografia para defender a imagem de seu pai, afirmando que Lívio foi movido por sentimentos patrióticos, lamenta seu envolvimento com a Balaiada e afirma que seus inimigos foram responsáveis por transformar esse envolvimento em algo mais sério do que realmente o foi, marcando, para sempre, a vida de seu pai. Ao longo da biografia afirma que, percebendo o erro cometido, teria esse piauiense tido a intenção de se aliar às tropas do governo, porém não foi possível devido às perseguições que sofreu.

Lívio Lopes possuía desavenças políticas com o Visconde da Parnaíba – Manuel de Sousa Martins – e com todos aqueles que apoiavam o Visconde, que era membro do Partido Conservador, ou seja, politicamente opositor ao Partido Liberal, do qual Lívio era membro. Essas desavenças entre membros de duas famílias importantes e influentes no Piauí acabaram por gerar uma situação de disputa entre essas famílias.

Essa disputa se traduziu na política da seguinte maneira: os membros da família Castelo Branco eram tradicionalmente pertencentes ao Partido Liberal, e os membros da família Sousa Martins pertenciam ao Partido Conservador. No entanto, Miguel Borges parece não ter seguido essa tradição, pelo menos no quesito desafeto pelos Sousa Martins, ao ponto de enaltecer as qualidades do Visconde da Parnaíba na biografia que escreveu, demonstrando não ter mágoas com relação às perseguições que este fez a seu pai. Vejamos:

Nenhum estudo regular teve o Visconde da Parnaíba, e posto que o seu governo fosse deficiente para o progresso do Piauí, não se lhe pode negar a inteligência e tino admirável, com que ele soube conquistar a elevada posição de que gozou na sociedade, criando ao mesmo tempo a grande e importante família que deixou na província.²¹⁴

Através da análise das biografias, é possível perceber que o autor fez uma pesquisa exaustiva e escreveu fazendo uma espécie de montagem entre suas pesquisas e textos escritos

²¹³ CASTELO BRANCO, 1878, p. 101-103.

²¹⁴ CASTELO BRANCO, 1878, p. 9.

por outros autores. Fez pesquisas em arquivos públicos e particulares e a prova disso é a referência que faz à Resolução Provincial n. 172, de 21 de agosto de 1814 na biografia de Justino José da Silva Moura. Utilizou jornais locais como *O Amigo do Povo* e *A Imprensa* e pesquisou, ainda, em fontes bibliográficas como prova a epígrafe da biografia do Dr. Francisco José Furtado a seguir: “Copiado do *Ano Biográfico*, - corrigindo-se os erros notados posteriormente, pelo venerando major José Teixeira Mendes, de saudosa memória, - no jornal *Imprensa* n. 503, de 7 de abril de 1877.”²¹⁵

A obra acima citada é de autoria de Joaquim Manuel de Macedo, membro do IHGB, o que mostra que Miguel Borges teve contato com as produções do Instituto. Consultou o *Dicionário histórico e geográfico do Maranhão*, do historiador maranhense César Marques, para confeccionar a biografia de Carlos César Burlamaque,²¹⁶ português que foi governador da capitania do Piauí. Fez uso, ainda, do *Almanak de Lembranças Luso-Brasileiro*, de onde tirou informações para compor a biografia do padre Marcos de Araújo Costa.²¹⁷ Pesquisou, também, em jornais de outras capitanias como o *Diário de Pernambuco*, de onde reproduziu uma carta escrita pelo biografado Francisco de Sousa Martins, no número 280, ano 36º, do referido jornal. Em outra biografia, no caso a de Domingos Afonso Mafrense, cita ainda os historiadores José Inácio de Abreu e Lima e Joaquim Manoel de Macedo.²¹⁸

É provável que Miguel Borges tenha lido historiadores com Varnhagem ou Alencastre, já que deixa claro ter tido contato com obras de historiadores e apoia a tese de ter sido, Mafrense, o primeiro explorador do Piauí, o que está expresso na biografia deste:

Domingos Afonso Mafrense, português de nascimento, porém de educação e costumes brasileiros, residia na margem setentrional do rio São Francisco, e segundo referem cronistas e historiadores, foi o primeiro explorador das terras piauienses [...]²¹⁹

Todos esses autores e suas obras foram, de certa forma, as influências intelectuais que guiaram Miguel Borges na confecção de seus escritos. Na época em que escreveu as biografias, a historiografia brasileira dava seus primeiros passos após a criação do IHGB e ainda havia muitas discussões sobre métodos, técnicas e mesmo sobre a periodização de uma história do Brasil. Podemos afirmar que o Instituto foi uma influência para a produção do autor; dessa forma, a obra deve ser compreendida dentro desse contexto de construção de uma

²¹⁵ CASTELO BRANCO, 1878, p. 33.

²¹⁶ CASTELO BRANCO, 1878, p. 74.

²¹⁷ CASTELO BRANCO, 1878, p. 136.

²¹⁸ CASTELO BRANCO, 1878, p. 90-91.

²¹⁹ CASTELO BRANCO, 1878, p. 90.

história nacional, seguindo o ideário da época, o que fica explícito quando se mostra contrário à Balaiada, apesar da participação de seu pai.

Em seu diálogo com outros pesquisadores, para demonstrar o momento em que reproduz algum trecho escrito por outros autores costuma fazer uso das aspas, além de utilizar um requisito que não era tão comum à época, o uso de notas de rodapé como, por exemplo, na biografia do cônego Antônio Borges Leal Castelo Branco:

(a) Manuel Carvalho de Almeida, e sua mulher D. Clara, tiveram os seguintes filhos: Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco, Belchior da Cunha Castelo Branco, Antônio da Cunha Castelo Branco, Arcângela da Cunha Mesquita Castelo Branco, Francisca de C. M. Castelo Branco, Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, Ana Eugênia C. Branco e Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco.

(b) Esta casa, segundo nos informam, ainda existe, e nela residiu muitos anos, o falecido padre Francisco Serafim de Assis.²²⁰

A obra de Miguel Borges está repleta de documentos que foram transcritos e que são importantes para a análise da história do Piauí, como a Carta de Cirurgião, um documento que regulava a profissão médica e que foi escrita pelo príncipe regente de Portugal, D. João, em nome de José Luís da Silva, considerado o primeiro médico do Piauí;²²¹ um edital escrito pelo governador Carlos César Burlamaque, convocando a população a lutar contra os índios Pimenteiras;²²² a carta de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, onde narra sua prisão após participar das lutas pela independência;²²³ um ofício de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco (avô do autor) ao presidente da província do Ceará, fazendo reclamações sobre a prisão de Lívio Lopes (pai do autor);²²⁴ reproduz ainda o Alvará que consagra o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo e uma carta de Brasão de Armas a João Nepomuceno Castelo Branco como se pode ver na citação que segue:

Brasão de Armas do capitão-mor João Nepomuceno Castelo Branco.
D. João, por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil, e Algarves, d'aquém e de além-mar, em África Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio e Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia & Faço saber aos que esta minha Carta de Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem, que João Nepomuceno Castelo Branco, capitão-mor da cidade de Oeiras do Piauí, bispado do Maranhão, - me fez petição dizendo que pela sentença de justificação de sua nobreza a ela junto proferida [...]²²⁵

²²⁰ CASTELO BRANCO, 1878, p. 45.

²²¹ CASTELO BRANCO, 1878, p. 56.

²²² CASTELO BRANCO, 1878, p. 72.

²²³ CASTELO BRANCO, 1878, p. 140-141.

²²⁴ CASTELO BRANCO, 1878, p. 129-132.

²²⁵ CASTELO BRANCO, 1878, p. 154.

Benito Bisso Schmidt, ao tratar de biografias, elenca uma característica das biografias produzidas antes da crise dos paradigmas, ditas tradicionais: a referente aos objetivos da escrita biográfica, de denegrir ou enaltecer os personagens enfocados, cujas vidas serviriam como modelos de conduta positivos ou negativos. No caso da obra analisada, percebe-se o enaltecimento dos biografados, o que demonstra que o autor seguiu os padrões das biografias escritas no período.²²⁶

A crítica à obra foi realizada por Wilson Brandão, que considera como sua face negativa, justamente, “o excessivo enaltecimento de [...] vidas plutarquianas”. De fato, é comum encontrarmos nas biografias inúmeros adjetivos que enaltecem os personagens, de maneira que aparentemente todos os biografados eram homens sérios, de boa índole e caráter inquestionável, características que acabam por torná-los realmente ilustres, não pelos cargos que ocuparam, mas por não possuírem falhas, quase como se fossem não humanos. Para dar visibilidade a essa afirmação, é válido observarmos um trecho da biografia de Raimundo Pereira da Silva:

Se no círculo da política, era chefe ativo, dedicado e prestigioso, - no seio da sociedade piauiense, distinguindo-se como amigo sincero, leal e franco de todos os seus comprovincianos, ele chegou a dominar, pela sua extrema generosidade e raras virtudes que o enobreciam, o coração dos seus conterrâneos!

Foi entretanto assassinado, no dia 30 de junho de 1848, por alguns de seus escravos, os quais, aliás eram tratados por ele, com muita complacência e suma bondade!

Este fatal acontecimento, que causou geral consternação na província, - deixou os numerosos amigos de tão distinto quão prestimoso varão, feridos pelo mais profundo pesar e cobertos do mais pesado luto.²²⁷

Como se pode perceber, o enaltecimento era tamanho que, no caso acima, chega a gerar uma contradição: se o biografado Raimundo Pereira da Silva era um homem tão sincero, leal, franco e, acima de tudo, generoso, por que então foi assassinado por seus escravos? Já que, segundo o autor, esses eram tratados pela vítima com muita complacência e bondade, como escravos tão bem tratados assassinariam quem os tratava tão bem? Isso nos leva a afirmar que houve um caso de extrema valorização das possíveis virtudes do biografado.

²²⁶ SCHMIDT, 1998, p. 5.

²²⁷ CASTELO BRANCO, 1878, p. 88.

Possivelmente, esse enaltecimento exacerbado tenha ocorrido para evitar conflitos entre o autor e os familiares dos biografados. Entretanto, esse aspecto não diminui o valor da obra, não reduz sua importância.

Após a atuação de Miguel Borges na historiografia piauiense, Francisco Augusto Pereira da Costa escreveu a *Cronologia histórica do Estado do Piauí*,²²⁸ obra que começou a ser escrita em 1884. Ao lermos, atentamente, a obra de Pereira da Costa é possível notarmos que a escrita de Miguel Borges foi amplamente utilizada, reproduzindo trechos de sua escrita, como na citação seguinte, que trata de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco:²²⁹

Entretanto, de 1860 por diante, - diz um seu biógrafo - já se conhecia facilmente que a fecunda inteligência do venerando piauiense, oprimida sob o peso dos anos e dos trabalhos, começava a decair, e atacado finalmente por uma grave enfermidade, que se prolongou por alguns anos, faleceu a 12 de junho de 1873, na idade de 85 anos incompletos.²³⁰

O biógrafo citado por Pereira da Costa é Miguel Borges. A citação acima está localizada na página 143 do livro *Apontamentos biográficos*, especificamente, na biografia de Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco. Costa utiliza essa citação em seu livro para tratar do falecimento de Leonardo no ano de 1873. Ao longo da *Cronologia* encontramos muitas outras referências a Miguel Borges. Em algumas, seu nome é citado: “Com relação à fundação da capela de N. S. do Livramento, consignamos a seguinte notícia histórica escrita por Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, publicada no seu *Almanaque Piauiense*, do ano de 1880: [...]”²³¹

Outro autor que utilizou os escritos de Miguel Borges foi Celso Pinheiro Filho, especialmente, em sua obra *História da imprensa no Piauí*. Ao abordar a vida de Tibério César Burlamaque, um dos maiores jornalistas do Piauí, reproduz trechos da biografia escrita por Miguel Borges como poderemos ver ao comparar as duas escritas. Miguel Borges escreve:

²²⁸ COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

²²⁹ Leonardo de Carvalho Castelo Branco nasceu em 1788 em Tabocas, uma fazenda pertencente ao então município de Parnaíba. Quando o movimento de independência se alastrou pelas cidades de Parnaíba, Oeiras e Campo Maior, foi ele um dos primeiros a aderir ao grupo de Parnaíba. Passou então a ser chamado de Leonardo de N. S. das Dores Castelo Branco, participou ativamente do movimento. Ver: CHAVES, 1994, p. 25-28; FREITAS, 1998, p. 89-103.

²³⁰ COSTA, 1974, p. 525.

²³¹ COSTA, 1974, p. 530.

Jornalista de pulso e bem amestrado, nunca cedeu o campo ao adversário, e por inúmeras vezes ele levou o seu contendor até o desespero, pela força da lógica dos seus escritos, e por uma sátira martirizadora, que só ele sabia manejar tão vantajosamente.

Tibério César Burlamaque, sempre alegre, satisfeito e lhano, tinha a arte de ocultar ao mundo os seus mais recônditos sentimentos!²³²

Celso Pinheiro escreve:

Jornalista de pulso bem amestrado, nunca cedeu o campo ao adversário, e, por muitas vezes, vimo-lo levar o seu contendor até o desespero, pela força da lógica dos seus escritos, e por uma sátira martirizadora, que só ele sabia manejar. Sempre alegre, satisfeito e lhano, tinha a arte de ocultar ao mundo seus mais recônditos sentimentos.²³³

Celso Pinheiro Filho utiliza os escritos modificando algumas palavras, em uma espécie de citação indireta. Apesar de não citar a fonte, utiliza aspas para indicar a escrita de outro autor, no caso Miguel Borges.

Após o que foi exposto, podemos perceber como a escrita de Miguel Borges foi usada e citada. Pereira da Costa ora referia-se a ele como um biógrafo, ora citava seu nome e a obra da qual fez uso, no caso em questão os *Almanaques*. Foi possível, também, identificar como sua escrita foi usada e não citada, o que localizamos na obra de Celso Pinheiro Filho, que utilizou aspas para identificar o trecho escrito por outro autor, no caso Miguel Borges, recurso inapropriado e ineficiente, à medida que não identifica o autor original, renegando seu nome ao esquecimento e deixando de reconhecer seu mérito enquanto produtor de conhecimento.

Podemos concluir que fazer uso de algo produzido por terceiro e não citar o autor é uma prática, um recurso usado há muito tempo e que, infelizmente, permanece em dias atuais, o que hoje caracteriza crime de plágio. Não podemos afirmar que Celso Pinheiro tenha feito uso de má fé ao usar a escrita de Miguel Borges sem citá-lo, pois as aspas demonstram que a intenção não era plagiar, no entanto, é provável que o tenha feito, inconscientemente.

Além de sua escrita ter sido amplamente utilizada por outros escritores, é possível afirmarmos que Miguel Borges foi pioneiro ao trazer para as pesquisas históricas piauienses o estilo biográfico. Outros autores que lhes são posteriores escreveram obras também biográficas, a exemplo de Clodoaldo Freitas com o seu *Vultos piauienses: apontamentos biográficos* e Mons. Joaquim Chaves com sua obra *Apontamentos biográficos e outros*.

²³² CASTELO BRANCO, 1878, p. 147.

²³³ PINHEIRO FILHO, 1972, p. 42.

A falta de difusão da obra no século XX seria o motivo para o fato de Miguel Borges e sua produção terem caído em esquecimento, o que nos remete ao pouco conhecimento do autor dentro da própria Universidade e na historiografia do Piauí. O primeiro autor a tratar de Miguel Borges e sua trajetória foi Clodoaldo Freitas em 1903, em sua obra *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*, mais tarde coube a Mons. Joaquim Chaves trazer à tona, mais uma vez seu nome, através da obra *Apontamentos biográficos e outros*, que foi publicada em dois volumes em 1981 e 1983, e unidos, posteriormente, em uma segunda edição, de 1994.

Para Michel de Certeau, escrever é “atividade concreta que consiste sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”. A escrita possui um poder próprio sobre a realidade. Ela tenta, incessantemente, disciplinar ou se sobrepôr ao que lhe é exterior. O autor concebe a escrita como uma prática e utiliza os termos prática ou jogo escriturístico para designar essa atividade sobre a qual discorre:

[...] o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. O laboratório da escritura tem como função ‘estratégica’: ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligida, classificada, imbricada, num sistema e, assim, transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo.²³⁴

Podemos afirmar que, dentre as várias modalidades de escrita, a jornalística é, sem dúvida, o campo no qual essa característica da escritura, de tentar mudar a realidade, é mais evidente. Podemos, então, concluir que a escrita de Miguel Borges, sobretudo a jornalística, possuía essa característica.

Sendo a palavra o meio sobre o qual se expressa esse desejo, Roland Barthes afirma que a palavra não é nem um instrumento, nem um veículo; seria, na verdade, uma estrutura. Ao analisar a relação entre a escrita, autor, estrutura e o que lhe é exterior, esse autor estabelece tipos antagônicos (e que, no entanto, acabam por vezes por se complementar) que existem dentro da prática de escrever. São eles o escritor e o escrevente.

O escritor realiza uma função, concebe a literatura como fim, o mundo lhe devolve como meio, é aquele que sabe que sua palavra gera ambiguidade, a sociedade consome o escritor. O escrevente é aquele para o qual a palavra é apenas um meio. Ele tem, por fim, que

²³⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 226.

testemunhar, explicar e ensinar, não admite que sua mensagem se modifique, nem que sua escritura seja alvo de análise, não se pode ver nela algo além do que quis transmitir.²³⁵

A palavra do escritor é uma mercadoria entregue segundo circuitos seculares, ela é o único objeto de uma instituição que existe apenas para ela, [...] a palavra do escrevente, ao contrário, não pode ser produzida e consumida senão à sombra de instituições que têm, na origem, uma função bem diversa da de fazer valer a linguagem: a Universidade e, acessoriamente, a Pesquisa, a Política etc.²³⁶

Podemos dizer que Miguel Borges se enquadra na definição de escritor ao admitir como vimos que sua escrita não era perfeita e de muitas vezes requerer auxílio daqueles que pudessem ajudá-lo a elaborar um trabalho o mais perfeito possível, o que ocorreu na elaboração das biografias. Entretanto, podemos concebê-lo como escrevente à medida que sua escrita tinha a função de informar e testemunhar. Ressaltamos ainda que sua obra por certo estava ligada a uma instituição, no caso o IHGB, já que teve contato com obras de membros da instituição e que sua obra se enquadrava na cartilha do instituto.

Miguel Borges enquadra-se então na terceira categoria elencada por Roland Barthes – o escritor-escrevente – cuja palavra é:

[...] livre, subtraída à instituição da linguagem literária, e entretanto, fechada nessa mesma liberdade, ela secreta suas próprias regras, sob forma de uma escritura comum; saído do clube dos homens de letras, o escritor-escrevente encontra um outro clube, o da *intelligentsia*.²³⁷

O escritor-escrevente teria uma função de complementar na sociedade, que admitindo o caráter público do escritor-escrevente o consome comprando suas obras; e ao mesmo tempo o mantém a distância, obrigando-o a buscar apoio sobre instituições anexas que ela controla (Universidade, por exemplo), formando uma relação de ambiguidade.²³⁸

²³⁵ BARTHES, Roland. Escritores e escreventes. In: Roland Barthes. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectivas, 2007. p. 30-38.

²³⁶ BARTHES, 2007, p. 35.

²³⁷ BARTHES, 2007, p. 37.

²³⁸ BARTHES, 2007, p. 37.

3 A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ OITOCENTISTA: MIGUEL BORGES COMO EDUCADOR.

3.1 O lugar da educação na constituição do Estado Brasileiro

Antes de tratarmos da educação na província piauiense e da atuação de Miguel Borges na área educacional, é necessário trazer à tona questões relacionadas à própria concepção de educação, especialmente a praticada no Império brasileiro. Ao discutir tais questões, entendemos que é impossível tratar de educação sem relacioná-la à constituição do Estado Brasileiro e, sobretudo, à construção da ideia de Brasil que se queria implantar e tornar hegemônica. Para isso, precisaremos por vezes ampliar o recorte temporal que nos propomos a analisar, voltando no tempo por entendermos que todo aspecto social é fruto de um processo e como tal precisa de tempo para se desenvolver.

O primeiro aspecto que elencamos é a noção de educação. Os conceitos são tantos e tão variados que não podemos incorrer no erro de fechar uma definição, visto que isso seria no mínimo pretensioso. Para efeito de conhecimento, entendemos educação de uma maneira ampla, como sendo um processo contínuo de troca de conhecimentos e experiências que assumem formas institucionalizadas e não institucionalizadas.

Para além de conceitos, é importante observar a existência de uma heterogeneidade de forças educativas, e as ações que elas desenvolveram ao longo do território brasileiro que então se pretendia unificar. Vale destacar que a escola passa a ter essa função, sendo agente ativo no processo de unificação da nação. Através da ação dessas forças educativas constituídas pelo Estado, Igreja, intelectuais, dentre outros, foram sendo criadas, ao longo do território brasileiro, escolas públicas e privadas, grêmios, liceus, internatos e etc:

A invenção do Brasil e a invenção da escola constituem faces de uma mesma moeda, ou seja, integram o conjunto de ações articuladas no processo de formação do Estado imperial. Por isso, um dos aspectos da disciplina a ser adquirido pela educação escolar deveria ser a construção da própria ideia de Brasil.²³⁹

A educação tinha um importante papel na construção da ideia de Brasil. No entanto, é importante esclarecer que essa função não era exclusiva da escola. Essa não era uma tarefa

²³⁹GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. (Org.). *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez. 2008. p. 12.

fácil, considerando a condição peculiar do Brasil, caso especial desde sua formação fruto da miscigenação, culminando em uma sociedade que uniu a ideia de civilização com a escravidão e a desigualdade social. A ideia de Brasil é uma construção e como tal muda ao longo do tempo, sendo resultado do embate entre os mais diversos projetos que tinham o intuito de contribuir para a formação da jovem nação brasileira.

Para entendermos a formação do Estado brasileiro, devemos levar em conta a atuação de diversas forças sociais, dentre elas destaca-se o papel da elite, que contribuiu para a formação e consolidação do novo país. Para aprofundarmos esse aspecto, notamos ser necessário conhecermos alguns aspectos da sociedade portuguesa, tendo em vista que a constituição da sociedade brasileira se deu em certa medida a imagem de sua metrópole colonizadora.

Quando falamos da atuação de elites, fazêmo-la usando a definição usada por José Murilo de Carvalho, na qual se trata de grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite. Nesse aspecto é importante salientar que a atuação da elite não pode sozinha ser considerada responsável pela formação de Estados Nacionais, tal processo é de uma grande complexidade e envolve milhares de aspectos outros que juntos convergem para tal resultado. Outra questão é a própria limitação imposta aos atores sociais, dentre eles as elites, que transitam por sistemas sociais em grande parte rígidos, de forma que a liberdade não é absoluta. Segundo Levi, ela é “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente”.²⁴⁰

Salientaremos a partir de então o que faz essa elite ser tão diferente das demais, e de que forma surge no Brasil aos moldes da existente em Portugal. A aristocracia portuguesa é peculiar se comparada à existente em outros países. Esta possuía uma relação muito estreita com o Estado, uma relação quase parasitária, à medida que dependia do emprego público para sua sobrevivência. A isso acrescentamos o caráter homogêneo²⁴¹ dessa elite, que recebia treinamento específico para o exercício de governo.

Essa homogeneidade era, sobretudo, ideológica, fruto do treinamento e da convivência do que propriamente pela origem social por assim dizer. Foi por meio da educação que se deu esse processo, através do ensino superior, especialmente o ensino do

²⁴⁰ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 179

²⁴¹ Para aprofundar o conhecimento sobre o caráter homogêneo da elite brasileira e sua atuação Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290. O mesmo ocorreu com a elite do Brasil, que, em busca de formação superior, viajava para outros países, especialmente para Portugal.

A elite brasileira, sobretudo a da primeira metade do século XIX, teve formação e treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica e em sua maioria tornou-se parte do funcionalismo público.

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto. Desse modo, o objetivo da manutenção da unidade da ex-colônia raramente seria posto em dúvida por elementos da elite nacional, talvez até mesmo independentemente de estar essa unidade em acordo ou desacordo com os interesses dos grupos econômicos dominantes.²⁴²

Vale ressaltar que essa homogeneidade não significa a inexistência de pensamentos divergentes, as divergências existiam, sim; no entanto, não ultrapassava os limites para a manutenção da unidade nacional: quanto mais homogênea a elite, maior sua capacidade de agir de maneira coesa e mais estável no processo de formação do Estado.

Quanto ao Brasil, a educação, antes da intervenção do Marquês de Pombal, estava quase que exclusivamente nas mãos dos jesuítas. Após a expulsão por meio da reforma pombalina de 1759, o Estado criou um sistema de educação via aulas régias, cujos professores nomeava diretamente. Essas aulas deveriam ser custeadas pela criação de um imposto então criado, no entanto o referido imposto não funcionou a contento porque não era cobrado adequadamente ou desviado para Portugal. Além desse fato, os salários baixos não atraíam os professores. Outro aspecto que concorreu para o fracasso do sistema fora o número diminuto de aulas, muito pequeno para atender à demanda.

Esses mestres conviveram no Brasil com uma multiplicidade de práticas e formas educativas coexistentes, como a atuação de mestres leigos e religiosos que ensinavam disciplinas isoladas nas povoações e no interior, dentre outros.

Durante esse período, a ideia de educar e instruir a população por meio de instituições escolares formais foi adquirindo cada vez mais consistência, a exemplo da reforma pombalina que, além da expulsão dos jesuítas, tornava obrigação do Império português garantir educação gratuita à população da sua colônia americana. Os modelos de educação escolar eram baseados em ideais de civilização e progresso que tinham como

²⁴² CARVALHO, 2007, p. 42.

referência modelos estrangeiros. Estes foram implantados de forma singular em uma sociedade de cultura híbrida e mestiça.

O governo português teve como política não permitir a instalação de estabelecimentos de nível superior em suas colônias, pois isso poderia enfraquecer o vínculo de dependência existente com a metrópole. Um dos fortes vínculos dessa relação era a necessidade de ir a Portugal para fazer um curso superior, o que gerou uma elitização do ensino e foi ainda através dessa medida que Portugal controlou o acesso da população colonial à ideias consideradas perigosas.

A instalação da Família Real Portuguesa no Brasil em 1808 gerou mudanças significativas na colônia: o Rio de Janeiro tornou-se sede do governo, tornando-se sede da monarquia, o que acarretou transformações na vida cultural e social da cidade. Primeiramente gerou problemas urbanos devido ao aumento exorbitante do contingente populacional justificado pelo grande número de pessoas que acompanharam a Corte Portuguesa e se instalou na cidade, um número estimado em 20 mil pessoas²⁴³. Isso gerou crises de abastecimento, problemas habitacionais, desemprego em massa, além de problemas de saúde como a proliferação de doenças devido à falta de higiene e salubridades adequadas.

A Abertura dos Portos no mesmo ano e a maior flexibilidade de comércio com outras nações são medidas econômicas que contribuíram para a maior circulação de pessoas, mercadorias e livros, além de ideias nas cidades brasileiras, especialmente as que estavam localizadas próximas aos portos. O governo de Dom João VI se destacou devido à criação de diversas instituições científicas, culturais e educacionais; a ideia era a formação de um império luso-brasileiro.

A historiografia mostra que a questão educacional pouco mudou nesse período em relação à época das reformas do Marquês de Pombal. Ainda funcionava o sistema de aulas régias; as instituições que viriam a ser responsáveis pela formação da elite só surgiram após a independência em 1822; trata-se dos dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda, transferido em 1854 para Recife.

O projeto de “invenção do Brasil” foi gestado no processo de independência e incentivado ao longo do período regencial e do segundo reinado, perceptível através do incentivo às instituições educacionais, culturais e científicas, ações que buscavam a criação de

²⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 35.

produtores de conhecimento científico que contribuíram para a difusão da língua pátria, da literatura nacional, o território e a população do império.²⁴⁴

Estabelecer a instrução pública nos anos seguintes à independência tinha a função de produzir identidades e laços de afinidade e interdependência sociais, integrando os brasileiros, o povo, enfim, o conjunto de cidadãos que formavam o império, estes teriam que sentir-se como integrantes de uma mesma nação, de língua, território e constituição comum.

A independência do Brasil em relação a sua antiga metrópole, Portugal, não foi um processo tranquilo; ocorreram embates entre forças políticas favoráveis à manutenção da antiga ordem e as que buscavam projetos novos para a construção da nação, o que culminou com várias revoltas que se estenderam até o Segundo Reinado. Vale ressaltar que isso demonstra uma pluralidade de projetos políticos e de tensões em conflito, o alvo da disputa na verdade era a interpretação do Brasil e a definição do ser brasileiro.

Nesse sentido, a elite política do país tinha de lidar com dois pontos de interesse fundamentais, o primeiro seria manter a unidade política e o segundo era manter a ordem social,²⁴⁵ é possível que o interesse em manter a escravidão tenha contribuído para a busca de unidade para o país. A esse aspecto vale lembrar as palavras de Carvalho:

Parte-se da ideia de que a decisão de fazer a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, foi uma opção política entre outras possíveis a época.

Assim, as elites entenderam que somente a figura de um monarca seria capaz de manter unido um território tão grande e profundamente marcado por diferenças. No entanto, isso não bastava sozinho, era preciso “criar” de fato esse novo império, que deveria ser singular, tão híbrido quanto seu povo, era preciso fundir a tradição da monarquia com elementos locais, que viriam a constituir a nacionalidade emergente, o Estado buscando implantar o projeto civilizatório, tendo a natureza como pano de fundo, por assim dizer. Essa política ficará mais evidente durante o Segundo Reinado.

Assim, é possível compreendermos a instalação dos cursos superiores ainda no reinado de Dom Pedro I. A educação era o aspecto que caracterizava a elite política imperial e ao mesmo tempo o que a diferenciava e distanciava dos demais membros da população, que era maioria, o número de analfabetos era altíssimo. Dessa forma, a elite política pouco representava a população.

²⁴⁴ GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28.

²⁴⁵ SCHWARCZ, 1998, p. 37.

No que tange à legislação, existiam leis e decretos que buscavam ampliar a educação em meio à população, no intuito de fortalecer e legitimar o Estado Imperial e ainda desenvolver o país a exemplo de nações que eram vistas como símbolos de civilização e progresso e que obtinham esse feito através do investimento em educação.

A Constituição do Império tornou gratuita a instrução pública a todos os cidadãos. A lei de 15 de outubro de 1827 determinava a criação de escolas de instrução primária em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas do Império. Já o ato adicional ou lei de 28 de agosto de 1834 criou as Assembleias legislativas provinciais, conferindo-lhes a competência de legislar acerca da instrução primária e secundária, e em 1854 o decreto de número 1331, de 15 de fevereiro, impôs multas de 20\$000 a 100\$000 reais aos pais, tutores, curadores ou protetores que não fornecessem ensino primário aos meninos sob sua responsabilidade e que não possuíssem impedimento físico e moral e fossem maiores de sete anos.²⁴⁶

Sobre a obrigatoriedade de ensino imposta pelo Estado vale ressaltar trecho do relatório governamental a seguir:

Sem duvida, os pais não tem o direito de conservar seus filhos na ignorância – sem educação; por mais respeitáveis que sejam, e o são, os direitos do pai, não são menos os do Estado.

Os interesses sociais exigem que o Estado proteja o menor contra as violências do pai, bem como contra sua negligência e ignorância. O Estado deve velar pela sua segurança, fortuna e para que se eleve o nível da moralidade pública; e jamais o conseguirá, sem exigir do cidadão que ao menos receba a instrução primaria elementar: é este o único e eficaz meio de que pode lançar mão, para espancar as funestas consequências das trevas e da ignorância.²⁴⁷

A obrigatoriedade mostra a intervenção do Estado e sua intenção de educar a população e assim obter o desenvolvimento do Império sob o signo dos ideais de civilização e progresso, a exemplo de outras nações desenvolvidas, especialmente as europeias.

A homogeneidade gerada pela educação tinha ainda como ponto central o local comum de formação, as escolas de direito e de medicina, quatro ao todo, duas de cada curso eram verdadeiros centros regionais de formação. Muitos estudantes provinham de fora das províncias em que se localizavam os cursos e, ao retornarem às suas províncias, levavam consigo ideias e treinamento comuns adquiridos nas ditas faculdades, a prevalência dos cursos

²⁴⁶ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial do Piauí pelo presidente da província o Exm. Senr. Dr. Emidio Adolfo Vitorio da Costa ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 7 de junho de 1884*. Teresina: Tipografia do Telefone, 1884. p. 7.

²⁴⁷ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Raimundo Theodorico de Castro Silva abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1885. p. 42.

de direito ajudava a manter essa coesão e era responsável por formar funcionários públicos especializados.

Os bacharéis saíam não só prontos para atuar na área jurídica como também preparados para trabalhar na política e na administração pública. Grande parte se tornava vereadores, deputados, senadores e presidentes de províncias além dos cargos relacionados ao ramo jurídico. Ter o título de bacharel era por vezes um requisito para adentrar no quadro de servidores da administração pública.

É a partir da maior participação de dom Pedro II que o projeto da criação de um império nos trópicos se torna maior:

[...] no Brasil, observa-se que, na segunda década dos Oitocentos, se intensificaram as discussões, os projetos e as medidas legais direcionados à ampliação da instrução pública, juntamente com os processos de construção do Estado independente e do amadurecimento da ideia de formação de um novo império – O Império do Brasil.²⁴⁸

O foco agora se alargaria de forma a garantir a realeza e de incentivar a criação e o fortalecimento de uma memória e cultura para o jovem império. Nesse intuito, com o apoio do jovem príncipe, foi criado o Imperial Colégio Pedro II em 1837, estabelecimento de instrução secundária destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, com o intuito de prepará-los para os cursos superiores.

Fruto da organização do ensino secundário no país, o Colégio se tornou um lugar de memória nacional, sobretudo pela constituição de uma rede de símbolos e representações culturais que exaltavam o Império e a figura do rei, enquanto este buscava legitimar sua imagem como erudito. A instituição era um símbolo do progresso e da civilidade que proviria do ensino.

Os filhos de famílias de recursos que aspiravam à formação superior iniciavam seus estudos em casa através de professores ou tutores particulares, ou ainda em escolas também particulares, depois passavam por algum liceu, seminário e preferencialmente pelo colégio Pedro II e finalmente iam para a Europa, ou escolhiam entre os quatro cursos superiores existentes no país. Em geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos, pois tinham muitos gastos e, caso proviessem de fora das províncias sede do curso, precisavam manter-se na cidade durante o período de duração do curso.

O governo acabava por estabelecer hierarquias e distinções sociais à medida que criava instituições educacionais destinadas a um público alvo distinto, como no caso do

²⁴⁸ GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 26.

Colégio Pedro II e os cursos superiores de Direito e Medicina, instituições que tinham como função formar a elite dentro do projeto civilizatório do Império que comporia os quadros da administração pública.

Outra instituição criada pelo Imperador Pedro II e que teve importância fundamental no projeto de legitimação do Estado Imperial e da construção de uma cultura nacional foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e financiado pelo Imperador, que congregava a elite econômica e literária do país, especialmente a existente na Corte. Ao longo dos anos, o instituto se firmaria como um centro de estudo ativo, serviu para a institucionalização da pesquisa histórica e geográfica, favoreceu ainda a área da literatura, tornando-se importante lugar de construção da memória nacional.

O jovem imperador se tornou um frequentador assíduo, passando a fazer cada vez mais parte da vida intelectual do país, seu intuito era favorecer a formação de uma cultura nacional, nesse sentido passa a financiar pesquisas dentro e fora do Brasil e constantemente tomava medidas que incentivassem a produção nacional, instituindo, por exemplo, prêmios aos melhores trabalhos apresentados no IHGB.

O instituto era composto por alguns membros da elite mais seleta e por literatos selecionados, a pretensão era fundar uma história do Brasil, tomando como modelo uma história de vultos, grandes personagens que seriam exaltados, tornando-se verdadeiros heróis nacionais, criando uma história para o país, seguindo uma cronologia única e contínua, de forma a constituir a formação da nacionalidade.²⁴⁹

A consolidação do estado monárquico e a criação de uma determinada memória era um passo importante no projeto de construção da nacionalidade, uma estratégia era usar o IHGB para desempenhar o papel de propagandista do Estado Imperial e do imperador, dessa forma o instituto em seus trabalhos exaltava a história de grandes reis e por vezes fazia comparações entre esses reis e o nosso monarca, sempre exaltando o Estado Imperial personificado por vezes na figura do próprio rei.

O próximo passo era o fortalecimento da ideia de nação diferenciada, era preciso dar luz ao que o Império possuía de mais peculiar e exótico, o que nos diferenciava das demais nações, nesse intuito a literatura tem papel fundamental. Dentre as correntes literárias que então existiam é no romantismo que surge espaço para a expressão da nacionalidade, pois era flexível a ponto de permitir trazer à tona particularismos. Dessa forma, a corrente passa a ser projeto oficial, financiado pelo imperador através do IHGB e responsável por escolher as

²⁴⁹ SCHWARCZ, 1998, p. 127.

originalidades locais a serem exaltadas, nesse aspecto o índio foi escolhido como símbolo da nação.²⁵⁰

Não cabe aqui nos aprofundarmos nessa questão, pois não é nosso foco, o que de fato pretendemos mostrar é o papel desempenhado pela educação na construção do Estado Nacional. Como foi possível observar, houve no segundo reinado grande interesse pelo desenvolvimento das ciências e da educação, no entanto esse interesse era direcionado à educação superior e às instituições de ensino secundário de predileção do Imperador.

Os gastos com a educação foram modestos,²⁵¹ embora seja obrigação do Estado, desde a constituição de 1824, fornecer educação primária, gratuita e universal, pouco foi feito nas províncias. A falta de instrução foi uma realidade para a maior parte da população do país, e não parecia haver interesses das províncias em aumentar o número de alfabetizados, por saber que educação dava poder e era condição fundamental para exercer participação na política, o que ameaçaria os interesses da elite dirigente do país.

As reflexões sobre a educação brasileira no oitocentos tendem a atribuir uma visão totalmente pessimista sobre a mesma, vista em geral somente pelo atraso. Entretanto, pensamos ser necessário um afastamento desse tipo de conclusão generalista. É inegável que a educação do período viveu um momento crítico, no entanto, no império brasileiro, a educação era vista como um problema geral e como tal mobilizou as mais diversas estratégias e agentes da sociedade ao longo do tempo, com ou sem o apoio do Estado.

É característica das novas pesquisas acerca do tema a percepção dos múltiplos agentes educativos que se mobilizaram no período. As pesquisas mais tradicionais tendiam a conceber a educação durante o Império como área de atuação quase exclusiva do Estado e da Igreja. Vale ressaltar que, em verdade, durante o período conviveram simultaneamente agentes e modelos distintos de educação, havia o ensino formal, financiado pelo aparato estatal e o informal, sem a atuação direta do estado, como a ação de grupos filantropos ou mesmo de intelectuais, e ainda de mestres leigos que ensinavam primeiras letras nas áreas rurais e urbanas. Ou seja, havia uma diversidade quando se trata de agentes que atuaram no campo educacional, o que mostra a amplitude do tecido social que envolvia a educação nesse período.

Após essa discussão sobre a educação dentro de um quadro mais amplo, ou seja, dentro do projeto de construção do Brasil e da identidade nacional, passaremos a tratar da educação na província do Piauí e da atuação de Miguel Borges.

²⁵⁰ Para aprofundar esse tema ver: SCHWARCZ, 1998, p. 35.

²⁵¹ CARVALHO, 2007, p. 282.

3.2 A educação pública piauiense nos tempos de Miguel Borges

Ao se falar de Miguel Borges, é impossível não ligá-lo à educação, sobretudo devido à sua inestimável contribuição para a instrução do povo piauiense na segunda metade do século XIX. A maneira apropriada para tratar dessa relação é concebendo Miguel Borges como educador, homem que se dedicou à causa da educação.

Como muitos meninos de sua época, que, para dar continuidade aos estudos tiveram que habitar na casa de familiares, mudou-se para Oeiras²⁵² para morar com o tio Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco, que em 1855 fora nomeado juiz de Direito daquela comarca. Segundo Teresinha Queiroz, “é possível que muitos meninos e meninas deixassem de estudar no período por falta de instalações específicas ou por dificuldades de adaptação às casas dos parentes, a forma mais usual e mais difundida de acomodação dos estudantes”.²⁵³ Essa prática era comum na época, devido à quantidade reduzida de escolas existentes na província, principalmente nas vilas e no interior e à quantidade pequena ou em alguns momentos inexistência de instituições escolares em regime de internato, considerando que a maior parte da população da província concentrava-se na zona rural.

Como muitos jovens descendentes de famílias abastadas da época, era desejo seu tornar-se bacharel em Direito, uma das formações mais desejadas na época, que se encontrava inegavelmente ligada à manutenção do poder político e econômico no Brasil imperial. Nesse intuito, viajou para Recife,²⁵⁴ matriculando-se no Colégio das Artes; contudo, no ano em que ingressaria na faculdade desenvolveu uma congestão pulmonar e teve que voltar para o Piauí. Diante de numerosas adversidades, renuncia ao plano de formar-se em Direito.²⁵⁵

Miguel Borges mudou-se para Teresina em 1862 e abriu uma aula de primeiras letras. O surgimento de aulas particulares foi comum nessa época, resultado da ineficiência do ensino oficial público que possuía uma estrutura deficitária, como a carência de materiais básicos necessários ao funcionamento das aulas, de professores qualificados e da inconstância

²⁵² Capital da província do Piauí até 1852, ano em que o presidente José Antônio Saraiva transferiu a capital para Teresina.

²⁵³ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 83.

²⁵⁴ Com relação à migração de piauienses para as faculdades do Império no intuito de estudar ciências jurídicas, especialmente para a Faculdade de Recife. Ver: QUEIROZ, 2011, p. 92.

²⁵⁵ CHAVES, Joaquim (Mons.). *Teresina*: subsídios para a história do Piauí: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 72.

de seu funcionamento. É comum encontrar nos jornais da época anúncios de pessoas oferecendo aulas particulares em suas residências.

O segundo contato de Miguel Borges com a causa educacional ocorre em 1864, quando o então chefe do Partido Liberal e vice-presidente da província, Dr. Antônio de Sampaio Almendra, entrega-lhe a regência da cadeira de francês do Liceu Piauiense, no intuito de substituir o professor José Joaquim Avelino, que se encontrava licenciado, o que se confirma através do trecho do relatório governamental a seguir:

Esteve também em gozo de licença por mim concedida o professor de francês, capitão José Joaquim Avelino, que obteve para tratar da sua saúde na cidade de Oeiras, nomeando para substituí-lo na regência da referida cadeira o alferes Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, que ainda hoje continua por estar o proprietário da cadeira com assento na Assembleia Provincial.²⁵⁶

Nos anos seguintes, passou a dedicar-se a outras ocupações que não tinham relação com a causa educacional, só voltando a essa área no ano de 1882, quando funda em Teresina o Colégio de Nossa Senhora das Dores, passando, a partir de então, a dedicar-se exclusivamente à causa da instrução na província.

Autores que estudaram a sociedade piauiense e a educação no século XIX,²⁵⁷ ao se referirem ao Colégio de Nossa Senhora das Dores, afirmam que esse estabelecimento se destacou na época em que foi instalado, o que pode ser demonstrado através do número de matrículas e da quantidade de alunos aprovados nos cursos superiores do Império, além do grande número de propagandas e notas informativas encontradas com frequência nos periódicos da época.

Para compreendermos o funcionamento e o possível sucesso ou mesmo certo destaque obtido pelo educandário fundado e dirigido por Miguel Borges, é imprescindível uma análise da situação educacional do Piauí no período em questão, especialmente no que concerne à instrução pública da província, buscando estabelecer uma conexão entre o ensino oficial, oferecido pelo Estado e o alternativo, no que tange ao fato de que a situação de um propiciou o surgimento do outro.

²⁵⁶ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o 2º vice-presidente da Província, Dr. Antônio de Sampaio Almendra passou a administração da mesma ao Exm. Presidente Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, no dia 28 de maio de 1864.* [s.l.]. Tipografia Progressista, 1865. p. 10.

²⁵⁷ Ver: CHAVES, 1994; QUEIROZ, 2011; COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889.* Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006; QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí: 1880-1930.* Imperatriz: Ética, 2008.

Antes de entrar efetivamente na questão do ensino, é necessário fazer um breve panorama da sociedade piauiense no século XIX, pois, a partir de então, teremos uma dimensão mais clara dos fatores sociais e culturais que interferiram na dinâmica e no funcionamento da educação no Piauí.

Segundo Alcebíades Costa Filho, “por todo o século XIX, o viver no Piauí tinha feição do rural, embora já existisse um incipiente setor urbano. Este se apresentava estritamente vinculado ao rural, chegando mesmo a ser uma extensão deste”.²⁵⁸ Prova disso é o fato de o número de habitantes residentes na zona rural ser demasiadamente superior ao número de pessoas residentes em vilas e cidades.

A concentração populacional na área rural estava diretamente ligada às estruturas econômicas e sociais do Piauí no período, que pouco se modificaram desde sua fase colonial, as transformações e inovações fruto da modernidade ocorriam na província de forma bastante lenta. A pecuária continuou à frente da economia na província e manteve suas estruturas convencionais, conservando a tradição que se mantinha desde a colonização, sem inovações quanto à questão das técnicas de produção.

A província encontrava-se isolada, não só devido à posição geográfica, mas, isolada em relação ao processo de desenvolvimento vivenciado em outras províncias, embora esse processo diferenciado ocorresse em poucas províncias, as demais viviam situação semelhante à ocorrida no Piauí. A precariedade dos transportes é outro aspecto relevante para propiciar esse isolamento. Alcebíades Costa Filho assim define a situação da província:

[...] na segunda metade do século XIX, a economia encontrava-se em situação difícil. A pecuária sofria a concorrência de outros mercados produtores onde o gado era de melhor qualidade. A agricultura de subsistência predominava, posto que o incremento do cultivo de produtos como o algodão e a borracha dependiam da procura do mercado externo, nem sempre aberto a novos centros produtores e especialmente àqueles menos aparelhados para o engajamento na ordem econômica mundial, como foi o caso do Piauí.²⁵⁹

Esses fatores explicam o caráter peculiar vivenciado na província, aspectos que contribuíram diretamente para o percurso da instrução pública no Piauí. Ao se falar em educação no Piauí, deve-se considerar o fato de que esta chegou tardiamente, o que foi significativo para o desenrolar da educação no espaço piauiense.

²⁵⁸ COSTA FILHO, 2006, p. 36.

²⁵⁹ COSTA FILHO, 2006, p.27.

Sobre as primeiras escolas, sabe-se que em 1820 funcionou no município de Jaicós a Escola Boa Esperança, fundada pelo padre Marcos de Araújo Costa em sua fazenda de mesmo nome. Criada por iniciativa particular, oferecia ensino gratuito e funcionava em regime de internato, durou trinta anos e só fechou com a morte do padre em 1850. Segundo Monsenhor Joaquim Chaves,²⁶⁰ a iniciativa de padre Marcos ocorreu quando nenhum colégio, quer público, quer particular, existia em todo o território do Piauí. Acrescenta ainda que algumas escolas públicas primárias que foram criadas pouco tempo depois existiram apenas nos decretos de suas criações, não chegando a funcionar efetivamente.

Segundo Maria do Amparo Borges Ferro,²⁶¹ o interesse oficial em relação ao melhoramento da situação educacional vivenciada na província partiu do mineiro João José Guimarães e Silva, quando assumiu a presidência e governou de 1829 a 1831. Um de seus primeiros atos foi solicitar às câmaras municipais que indicassem rapidamente os lugares mais populosos para que neles fossem criadas escolas de primeiras letras. Foram criadas então duas escolas em Oeiras e uma nas localidades de São Gonçalo, Poti, Barras, Piracuruca, Piranhas e Jaicós.

Foram ainda criadas três cadeiras de latim em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior²⁶², contudo não surgiram professores para assumir a regência das escolas, o que fez com que fossem colocadas em concurso na Bahia. Apesar das várias tentativas de criação de escolas, algumas não chegaram a se concretizar e outras foram fechadas por falta de alunos, prática comum ao longo de todo esse período.

Na primeira metade da década de 1820, havia no Piauí apenas três escolas públicas de primeiras letras. Segundo Alcebíades Costa Filho,²⁶³ estavam localizadas em Oeiras, Campo Maior e Valença e ainda existiam duas cadeiras de latim, uma em Oeiras e outra em Parnaíba, para atender uma população estimada em 94.948 habitantes. Esse dado mostra que o número de escolas ou de cadeiras de primeiras letras era insuficiente para a demanda existente na Província. Anos mais tarde, a situação pouco mudara.

No intuito de melhorar a situação da instrução pública, foram comuns inúmeras reformas na legislação do período. A grande rotatividade na cadeira da presidência da província é o principal aspecto que justifica essa inconstância. Cada novo presidente, e aí se deve considerar que em um curto espaço de tempo inúmeros homens ocuparam o cargo,

²⁶⁰ CHAVES, 1994, p. 32.

²⁶¹ FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 61.

²⁶² FERRO, 1996, p. 61.

²⁶³ COSTA FILHO, 2006, p. 83-84.

desejava deixar sua marca no governo, e uma forma de assim fazê-lo era justamente demonstrar preocupação com a instrução pública através de reformas na legislação, reformas que na prática traziam pouca ou nenhuma contribuição efetiva para a superação dos inúmeros problemas que assolavam a educação.

No ano 1859, uma nova reforma é realizada. Contudo, sobre a contribuição ou não para a melhoria do ensino na província, indagou o então presidente Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque em seu relatório de abril de 1860:

[...] queria-se o melhoramento da instrução aumentando-se as matérias do ensino, dando-se mais aptidão, condição essencial da obtenção do fim da reforma; mas, onde ir buscar esse pessoal assim apto e idôneo? Existe ele na Província? Trata a lei de criá-lo previamente? Oferece a providência meios de obtê-lo? Oferece vantagens tais, que convide ao professorado onde quer que haja, os talentos ou verdadeiras habilitações?
Nada disto. Apenas os atuais professores foram mandados passar por novas provas de aptidão, decretando-se a jubilação daqueles que, ou não se quisessem sujeitar a essas provas ou passando, fossem julgados inaptos. É evidente, portanto, que semelhante reforma só trouxe em resultado definitivo o aumento de despesa, porque os ordenados dos professores foram logo aumentados.²⁶⁴

Essa lei criava ainda três classes para a instrução primária e para cada uma estabelecia um programa de ensino. Nas cidades, as escolas eram de 1ª classe; nas vilas, as escolas eram de 2ª classe; e nas freguesias e povoações, as escolas eram de 3ª classe; as classes diferenciavam-se também na retribuição salarial e no currículo.

As escolas de 1ª classe ofereciam melhores salários e currículos mais extensos. Possuíam matérias como leitura e escrita; contabilidade; gramática; escrituração comercial; constituição política do Império, do código criminal e da história pátria; leitura cristã explicada e leitura dos evangelhos; já as de 2ª classe tinham em seu currículo leitura e escrita, contabilidade, quatro operações, doutrina cristã, gramática, constituição do Império e código criminal; já o quadro de disciplina da 3ª classe era composto por leitura e escrita; as quatro operações fundamentais da aritmética; doutrina cristã; constituição do Império e constituição do código criminal.²⁶⁵

Notoriamente, essa legislação causou uma preferência dos professores para atuar em escolas de primeira classe e conseqüentemente a redução de professores que desejassem atuar

²⁶⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Senhor presidente da província do Piauí, Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3º vice-presidente, coronel Ernesto José Baptista, no dia 16 de maio de 1860*. Teresina: Tipografia Constitucional de J. da S. Leite, 1860.p. 6.

²⁶⁵ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p. 71.

no interior da província, já que, mesmo insignificante, o salário das escolas de primeira classe era mais atraente.

Vejamos uma tabela que demonstra a situação do ensino primário na província, dos anos de 1860 a 1870, que permite analisar a pouca eficiência da educação disponibilizada pelo poder público.

PIAUI
INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA
1860-1870

Ano	Número de alunos	Ano	Número de alunos
1860	963	1864	790
1861	901	1865	955
1862	827	1866	878
1863	793	1870	1016

Fonte: QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 80.

A pouca eficiência da instrução pública primária na província pode ser vista no número decrescente de alunos ao longo dos anos de 1860 a 1864. Um aspecto que possa justificar essa deficiência é fato da inadequação ou da falta de integração entre o currículo oferecido e a realidade vivenciada na província piauiense.

É sabido que a maior parte da população habitava o espaço rural e vivia basicamente da pecuária e da agricultura de subsistência, sendo assim, não havia relevância nas matérias ensinadas para a vida prática do habitante da província. Essa distância entre o que era ensinado nas escolas e o tipo de vida que se levava no Piauí neste período, pode explicar em parte a pouca frequência de alunos nas escolas oficiais.

Como alternativa para superar as lacunas deixadas pelo ensino oficial, desenvolve-se a educação no âmbito familiar. Geralmente as famílias de maior renda eram as maiores interessadas na alfabetização de seus membros e quando os filhos atingiam a idade de escolarização lhes era providenciado um professor, geralmente membros letrados da família, como irmãos, tios e os próprios pais, ou contratavam-se professores ambulantes, popularmente conhecidos como mestres-escolas, que percorriam o interior do país com a missão de “desasnar” menino.

Após serem alfabetizados, os filhos dos fazendeiros deixavam a fazenda e passavam a morar nas casas das cidades e vilas, no intuito de dar prosseguimento aos estudos. Segundo Alcebíades Costa Filho, a partir de então, “ingressavam no sistema oficial de ensino,

cursavam o secundário e o ensino superior, este último fora do Piauí, pois na província não havia faculdades”.²⁶⁶

Nos *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres, e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na Província do Piauí*, de Miguel Borges, é comum encontrarmos, no trajeto dos biografados, o aprendizado das primeiras letras no âmbito familiar, casos de Leonardo de Carvalho Castelo Branco, Marcos de Araújo Costa e Deolindo Mendes da Silva Moura.²⁶⁷

Sobre a atuação de mestres-escolas, Antônio Sampaio Pereira nos traz um verdadeiro retrato dessa prática no interior do Piauí e afirma que “naquele tempo, um mestre era um verdadeiro achado e quem tivesse a sorte de ter um à mão, nunca ousava desgostá-lo, [...]” e que a metodologia adotada por esses profissionais muitas vezes incluía castigos físicos e humilhações.²⁶⁸

Com relação ao ensino secundário, este teve início oficialmente em 6 de outubro de 1845, através da lei n. 198 no governo do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, com a fundação do Liceu em Oeiras. Porém, devido à falta de pessoal docente habilitado, este estabelecimento teve funcionamento irregular nos primeiros anos. É provável que só tenha funcionado efetivamente em 1848.²⁶⁹

Com a mudança da capital da província de Oeiras para Teresina em 1852, o Liceu fora transferido para a nova capital. Devido à mudança, não funcionou em 1853; em 1854, por falta de edifício próprio, as aulas eram dadas nas casas dos professores. Seu primeiro regimento é de 1855.²⁷⁰

Em 1861, o presidente da província, Manuel Antônio Duarte de Azevedo, descreveu a situação do Liceu Provincial:

O Liceu da Capital não tem dado resultados alguns vantajosos. Frequentado em todo o ano findo por 35 alunos em todas as suas aulas, das quais alguma não funcionou por falta de ouvintes, absorve entretanto, há mais de 10 anos, não pequena quantia, que se consome em pura perda.

²⁶⁶ COSTA FILHO, 2006, p. 71.

²⁶⁷ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1878.

²⁶⁸ PEREIRA, Antônio Sampaio. *Velhas escolas-grandes mestres*. Esperantina: Prefeitura Municipal, 1996. p. 21.

²⁶⁹ FERRO, 1996, p. 67.

²⁷⁰ QUEIROZ, 2011, p. 81.

[...] É conveniente a supressão de algumas aulas do Liceu; a supressão porém do estabelecimento seria em todo caso um passo retrógrado.²⁷¹

Contudo, no mesmo ano, já na administração do presidente Dr. Antônio de Brito Souza Gayozo, o Liceu, que era a única instituição pública responsável pelo ensino secundário na província, foi extinto pela lei n. 511 de 1º de agosto. A extinção do Liceu foi determinada por motivos de economia, já que a situação financeira da província quase sempre deixava a desejar, o que pode ser observado nos relatórios governamentais do período. Na maioria, os presidentes reconhecem a necessidade da educação para a formação da nação, no entanto, admitem a difícil situação financeira que assolava o povo piauiense. Restaurado somente pela resolução n. 399 de 9 de outubro de 1867, pelo então presidente Adelino Antônio de Luna Freire, as matérias que seriam ensinadas eram língua nacional, latim, francês, geografia, história e matemáticas elementares. O curso passou a durar três anos e garantia preferência em empregos que não requeressem concurso publico.²⁷²

Em 1871, o Liceu foi reformado novamente. O aspecto relevante nessa reforma foi a multa estipulada ao professor cuja aula não fosse frequentada por oito alunos. A multa consistia na perda da quinta parte dos vencimentos em benefício dos cofres provinciais e a justificativa dada pelo presidente Dr. Souza Leão era de que os professores, com receio do desconto em seus ordenados, teriam o incentivo de procurar conseguir maior número de discípulos.²⁷³

Em 1873, houve mais uma reforma do ensino primário e secundário. No mesmo ano, a legislação que regulamentava a entrada nos cursos superiores do Império passou a permitir a realização de exames preparatórios em todas as capitais das províncias. Durante a década de 1880, o exame era aplicado duas vezes ao ano, o que contribuiu para um aumento na procura por esses exames no Liceu.²⁷⁴

O número de preparatórios aumentou a partir da década de 1880, o que persistiu em décadas posteriores. O Liceu, até 1881, era o único estabelecimento que oferecia instrução secundária na província e funcionava em casa alugada, pois o prédio em que estava instalado passava por reformas.²⁷⁵ A partir de 1882, o Liceu começou a sofrer concorrência de escolas

²⁷¹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Senhor presidente da Província do Piauí Dr. Manuel Antônio Duarte de Azevedo passou a administração ao Exm. vice-presidente, Dr. José Mariano Lustosa do Amaral, no dia 15 de abril de 1861*. Teresina: Tipografia Conservadora, 1861. p. 10.

²⁷² FREITAS, 1988, p. 76-77.

²⁷³ FREITAS, 1988, p. 78.

²⁷⁴ QUEIROZ, 2011, p. 81.

²⁷⁵ QUEIROZ, 2011, p. 82.

particulares, como é caso do Colégio de Nossa Senhora das Dores, de propriedade de Miguel Borges, que foi inaugurado nesse ano.

Outra instituição de ensino público, que surgiu no século XIX, foi o Colégio dos Educandos Artífices. Segundo Clodoaldo Freitas, a ideia de fundação de um internato para a educação artística e intelectual de meninos pobres deveu-se ao presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, que em 1847 defendeu sua criação.²⁷⁶ O estabelecimento possuía características de ensino profissionalizante e era destinado a meninos provenientes de famílias de baixa renda.

Há divergências quanto à data de sua fundação. Clodoaldo Freitas²⁷⁷ afirma que o estabelecimento foi fundado na cidade de Oeiras em 1º de dezembro de 1849, com 15 menores; Maria do Amparo Borges Ferro²⁷⁸ afirma que foi instalado em 1º de fevereiro de 1849, no governo de Anselmo Peretti, com uma matrícula inicial de 15 órfãos. O fato é que o estabelecimento teve duração considerável e é bastante citado nos relatórios governamentais da época.²⁷⁹

Os alunos tinham aulas de primeiras letras e as outras atividades em oficinas profissionalizantes de carpintaria, marcenaria, ourives, ferreiro, alfaiate e sapateiro. A clientela era formada por alunos pobres com idade entre oito e quatorze anos, e escravos estavam excluídos dessa demanda. Funcionava em regime de internato. Os alunos permaneceriam por oito anos no colégio, quatro dos quais trabalhariam para ressarcir a fazenda provincial dos gastos com sua educação.²⁸⁰

Era um tipo de instituição que, mesmo sendo pública, funcionava em parte de modo autossustentável, porque os trabalhos realizados pelos alunos rendiam dinheiro e parte desses recursos era usada para a manutenção do próprio estabelecimento. Com a mudança da capital em 1852, o estabelecimento foi transferido para Teresina.

No relatório apresentado em 1855, o vice-presidente da província, Balduino José Coelho, expõe trechos do relatório do Colégio dos Educandos Artífices, que lhe foi enviado pelo diretor da instituição, que reclama das péssimas condições do prédio onde funcionava o estabelecimento, e assim se refere às acomodações:

²⁷⁶ FREITAS, 1988, p. 120.

²⁷⁷ FREITAS, 1988, p. 120.

²⁷⁸ FERRO, 1996, p. 69.

²⁷⁹ Citado por exemplo no relatório: PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório que o Exm. presidente da Província do Piauí Dr. José Moreira, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862*. Teresina: Tipografia Constitucional, 1862.

²⁸⁰ COSTA FILHO, 2006, p. 128-129.

[...]. A casa ainda é a mesma [...], sem as acomodações necessárias para um estabelecimento desta ordem que precisa de edifício com proporções convenientes ao pessoal, oficinas, e outros misteres, que lhe são necessários. No intuito de melhorar o estabelecimento nesta parte, e até por terem alguns educandos sofrido de uma moléstia no nariz, que assegura o médico do partido público ser contagiosa, e provém de achar-se a casa em lugar baixo, e pouco arejado [...].²⁸¹

Como se pode ver, o prédio onde funcionava o Colégio dos Educandos Artífices estava em péssimas condições, sendo pouco arejado, o que facilitava a proliferação de doenças entre seus alunos. A falta de espaço físico adequado para a prática da educação é um problema constante nesse período. Prova disso é a quantidade de lugares por onde passaram os estabelecimentos públicos de educação, sendo comum encontrar-se nos relatórios de governo os gastos com aluguéis de prédios, a maioria em condições inadequadas para a prática do ensino.

Ao longo dos anos, algumas oficinas eram extintas por falta de alunos interessados ou por falta de rendimentos aos cofres provinciais. Segundo Clodoaldo Freitas, o presidente João José de Oliveira Junqueira, em seu relatório de 1858, afirmava que era grande o desejo dos pais e tutores de mandar seus filhos e tutelados para o estabelecimento.²⁸² Isso mostra que o Colégio ganhou fama em meio à população e até esse período parece ter cumprido com a finalidade de sua criação.

Em 1873, o estabelecimento foi extinto, e as verbas destinadas à educação foram diminuídas. Quando surgia necessidade de conter despesas, a primeira medida que tomavam era suprimir gastos com a educação, como se esta fosse de pouquíssima importância frente às outras necessidades da província.

No caso do Colégio dos Educandos Artífices, a justificativa era de que sua receita já não se equiparava às despesas, e causava um déficit no tesouro provincial. No entanto, Clodoaldo Freitas afirma que contraditoriamente no ano em que foi extinto o Colégio dos Educandos, uma lei autorizou a contratação do coronel João do Rego Monteiro, incumbido da fundação de um estabelecimento de educação para meninos órfãos e desvalidos na capital, semelhante ao extinto Colégio de Educandos Artífices, com a denominação de Internato Artístico, mediante auxílio anual dado pela província. Esse estabelecimento começou a funcionar com 45 órfãos, porém teve curta duração, foi extinto em 1875.²⁸³

²⁸¹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na abertura de sua sessão ordinária no dia 1º de novembro de 1855, pelo Excelentíssimo Senhor vice-presidente da província Balduino José Coelho*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1856. p. 18.

²⁸² FREITAS, 1988, p. 125.

²⁸³ FREITAS, 1988, p. 146-147.

Quanto à Escola Normal, foi o presidente Franklin Américo de Meneses Dória quem teve a ideia de fundação dessa instituição na província. Em seu relatório de 1864, faz um resumo da situação educacional na Província e, após citar trecho do relatório apresentado pelo Dr. Antônio de Sampaio Almendra, defende que “é preciso, pois, antes de tudo, preparar candidatos para o professorado público de primeiras letras, [...] torna-se essencial e instantâneo, por conseguinte, a criação de duas escolas normais, uma para cada sexo [...]”.²⁸⁴

No mesmo ano, ainda sob a administração do Dr. Dória, a lei n. 565, de 5 de agosto, criou na capital uma Escola Normal em regime de externato. Na ocasião da inauguração, o presidente em discurso declarou: “abre-se mais uma válvula ao progresso do Piauí. Penso [...] que o futuro da educação popular depende das escolas normais.”²⁸⁵ Sobre o funcionamento, explana que a Escola Normal funcionava regularmente.

O curso da escola era de dois anos. No primeiro ano, as matérias ministradas eram: gramática nacional; caligrafia; elementos de moral e de civilidade; catecismo; método de ensino elementar; aritmética; noções gerais de geografia e de história sagrada; e para as alunas, trabalhos de agulhas; no segundo ano as disciplinas eram: leitura, análise gramatical; catecismo; repetição de métodos; aritmética; sistema de pesos e medidas; sistema métrico decimal; princípios de história profana; desenho linear, e trabalhos de agulha, para as alunas.²⁸⁶

Em relação à frequência, no primeiro ano chegou a 23 o número de matriculados; no segundo ano do curso, nenhum aluno se matriculou. Tendo se prolongado a situação, em 1867, o Dr. Luna Freire propôs em seu relatório a extinção da Escola Normal, realizada no mesmo ano pela lei n. 599, de 9 de outubro. Os professores passariam a dar aulas no Liceu, que foi restaurado pela mesma lei.²⁸⁷

Somente se volta à questão da escola normal em 1871, quando a resolução n. 753, de 29 de agosto, criou anexo ao Liceu da capital um curso normal de três anos.²⁸⁸ O aluno que frequentasse o curso normal e nele fosse aprovado receberia um título que dava direito a ser

²⁸⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1º de julho de 1864 pelo presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória*. São Luís: tipografia de B. de Matos, 1864. p. 18.

²⁸⁵ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 12 de julho de 1865 pelo presidente da província, o Exm. Sr. Franklin Américo de Meneses Dória*. São Luís: [s.n.], 1865. p. 22.

²⁸⁶ FREITAS, 1988, p. 99.

²⁸⁷ PIAUÍ (Província). Resolução n. 599, de 9 de outubro de 1867. Restaurando o liceu piauiense, extinto pela resolução nº 511 de 1º de agosto de 1861. *Código das leis piauienses*, tomo 25, p. 3, 1867.

²⁸⁸ No primeiro ano, as matérias ministradas eram língua nacional e pedagogia; no segundo ano, aritmética, geometria plana e sistema métrico decimal; e no terceiro ano, geografia, história pátria e sagrada.

nomeado professor do ensino primário, independente de exame ou concurso, salvo se pretendessem o lugar outros com igual título de habilitação, caso em que haveria concurso.²⁸⁹

Em seu relatório de 1878, o presidente Sancho de Barros Pimentel se referiu à educação na Província e à Escola Normal, usando os seguintes termos:

[...]. As informações que tenho fazem-me crer que a instrução pública do Piauí existe nos regulamentos, nos mapas, nos orçamentos, mas não na realidade, conquanto seja uma verdade que o vício está nas leis e regulamentos, nos quais se encontra o plano de um belo edifício, mas sem que o arquiteto cogitasse dos materiais para construí-lo.

A importante questão da instrução pública encerra-se em vários problemas, cada qual de mais palpitante interesse. A instrução gratuita, a instrução obrigatória, o ensino livre, a inspeção das escolas, a coeducação dos sexos, eis aí questões delicadas que pedem ao legislador uma solução, mas, por mais sabiamente que sejam elas resolvidas, de nenhuma utilidade serão se não houver quem dê vida e realidade ao sistema que se adotar. Vossas leis e regulamentos nada esqueceram, descem até a detalhes pedagógicos, à designação do método a seguir nas escolas primárias; um ponto somente escapou-lhes: - foi formar o professor. Mas o bom professor é a base, a condição primária, a síntese das instituições dessa espécie; é ele, como já o disseram, fato principal em torno do qual se grupam todos os outros fatos. Pois é justamente o professor, isto é, tudo, o que falta à instrução primária, e ele não existe por duas razões, das quais somente um bastaria para que não o tivéssemos: a falta de uma escola normal e a exiguidade dos vencimentos. Para o magistério, mais talvez do que para qualquer outra carreira, é preciso, além de qualidades naturais que não se adquirem e que formam a vocação, um lento preparo de espírito, o estudo de uma ciência própria, a ciência de ensinar. [...]

Eis porque toda reforma na instrução primária que não assente na criação de escolas normais será uma reforma improfícua, condenada a produzir efeitos negativos.²⁹⁰

Percebe-se aí o fortalecimento da ideia de que a Escola Normal seria a solução para todos os problemas da instrução pública e que, por mais bem intencionadas que fossem as reformas, se estas não levassem em conta a formação do docente, seriam tão improdutivas quanto as antecessoras, que foram muitas. O presidente aponta categoricamente a situação precária do ensino, chegando a afirmar que a instrução pública do Piauí só existiria nos regulamentos, mapas e orçamentos e não na realidade.

Como informa Clodoaldo Freitas, o Dr. Miguel Castro, em relatório de 1882, pediu a criação de um curso de escola normal independente. No mesmo ano, a lei n. 1.062, de 15 de

²⁸⁹ PIAUÍ (Província). Resolução n. 753, de 29 de agosto de 1871. Reforma o liceu desta capital e cria diversas disposições relativas à instrução primária. *Código das leis piauienses*, p. 87-88, 1871.

²⁹⁰ PIMENTEL, Sancho de Barros. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1878 pelo presidente da Província Dr. Sancho de Barros Pimentel*. Maranhão: Tipografia do País, 1978. p. 16.

junho, concretiza tal ideia e funda na capital uma escola normal,²⁹¹ destinada à formação de professores do ensino primário. A escola, inaugurada no dia 11 de agosto de 1882, seria instalada no prédio onde funcionava o Liceu, era mista e seria dirigida pelo diretor geral da instrução pública.²⁹²

Em relatório de 1883, o presidente da província, Dr. Viveiros de Castro, pediu a extinção da Escola Normal pela deficiência de seu programa. Em 1884, o presidente Emídio Adolfo Vitória da Costa, ao referir-se à frequência da Escola Normal, assim o faz: “As normalistas são em número mui limitado [...]. Melhorai a posição do professor, que vereis repletas as escolas normais [...]”.²⁹³ Percebe-se que o presidente relaciona a situação vivenciada pelos professores com o baixo número de matrículas na Escola Normal, o que de fato faz sentido, já que a situação dos professores era precária devido aos baixos salários, a falta de materiais básicos para exercer a profissão, como falta de materiais didáticos e até de mesas e cadeiras.

Nesse sentido, podemos indagar, estando o próprio presidente reconhecendo a precária situação do professor: “por que não resolver tais problemas?” O fato de esses problemas não serem resolvidos mais uma vez é justificado pela precária situação financeira da província. Persistindo o reduzido número de matriculados na Escola Normal, esta foi novamente anexada ao Liceu pela lei n. 1.160, de 30 de outubro de 1886.

Outra medida tomada pela administração da província no intuito de fornecer instrução pública foi a criação de escolas noturnas. Entretanto, a primeira escola noturna destinada ao ensino de adultos pobres foi fundada em 1870, por iniciativa privada de David Caldas e Deolindo Moura. Segundo consta, a frequência chegou a 53 alunos.²⁹⁴

O artigo 15 da resolução n. 753, de 29 de agosto de 1871, autorizou o presidente da província a criar uma escola noturna para pessoas adultas do sexo masculino nos lugares que entendesse conveniente. O artigo 16 da respectiva resolução determinou que essas escolas deveriam ficar a cargo de professores nomeados, que por seu trabalho receberiam a gratificação anual de quatrocentos mil-réis nas cidades, e duzentos mil-réis nas vilas; o artigo

²⁹¹ O curso era de dois anos e possuía as seguintes matérias: instrução religiosa, doutrina e história sagrada, novo e velho testamento; língua nacional, gramática, análise gramatical, lógica e etimológica, recitação e composição; aritmética, meteorologia, geometria elementar, limitada a noções gerais e problemas simples, estudos das formas geométricas, desenho linear, geografia do Brasil e especialmente do Piauí, história do Brasil e fatos principais da história do Piauí, pedagogia e meteorologia teórica e prática; costura usual, trabalhos de agulha, corte de roupa branca, bordados brancos de lã seda e flocos. Ver: FREITAS, 1988, p. 99.

²⁹² FREITAS, 1988, p. 109.

²⁹³ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da Província Exm. Sr. Dr. Emídio Adolfo Vitória da Costa ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 7 de junho de 1884*. Teresina: Tipografia do Telefone, 1884. p. 17-18.

²⁹⁴ FREITAS, 1988, p. 115.

17 estipula que nessas escolas só seriam admitidos alunos maiores de quatorze anos, que não frequentassem as aulas diárias. A lei deu ainda direito ao presidente da província de suprimir escolas noturnas que não tivessem no mínimo 12 alunos matriculados.²⁹⁵

Em 12 de setembro de 1871, de acordo com a resolução, o presidente, Dr. Manuel do Rego Barros Souza Leão, criou uma escola noturna na capital, que deveria ser regida por dois professores escolhidos pelo presidente. Para reger a escola de Teresina, foi designado o professor Juvêncio Tavares Sarmiento e Silva.

Clodoaldo Freitas afirma que, em 17 de agosto de 1880, houve a instalação em Teresina de escola noturna de primeiras letras, sob a responsabilidade de Eugênio Marques da Holanda. A aula foi uma concessão do então presidente, Dr. Firmino Martins, e 56 foram os alunos matriculados. Porém, por falta de alunos, em 18 de janeiro de 1882, a aula foi fechada. Há registros de que outras escolas noturnas funcionaram na primeira década do século XX.²⁹⁶

Ao observar o panorama da situação educacional na província, nota-se que a implantação de escolas não acompanhava o crescimento da população. A quantidade de analfabetos era exorbitante, e a maior parte da população encontrava-se dispersa no interior do território, de forma que o número de pessoas que moravam nas vilas e cidades era pouco expressivo. Contudo, é importante ressaltar que esse fato sozinho não serve para explicar o problema da instrução pública na província.

Outro aspecto relevante para compreendermos a situação educacional no período é a distância existente entre o ensino público oficial e a população. Sendo a população essencialmente rural e compreendendo que as atividades que moviam a economia piauiense eram a pecuária e a agricultura de subsistência, pode-se notar que o currículo oferecido nas escolas estava totalmente deslocado ou distante da realidade vivenciada na província. O que era ensinado era pouco útil para o cotidiano da população; dessa forma, até o modo de viver contribuiu para a ineficiência do ensino público oficial.

A instrução pública mostrava-se precária em vários aspectos. Não foram incomuns escolas e aulas avulsas, as chamadas cadeiras, funcionarem em locais inapropriados, prédios e casas úmidas e insalubres, com pouca ventilação e péssima iluminação. Faltavam até mesmo os materiais básicos para o funcionamento das aulas como papéis, livros, lousa, mesas e cadeiras. Na ausência desses materiais, os professores improvisavam, usavam até mesmo jornais velhos e cartas para alfabetizar seus alunos, como no caso de mestre Belarmino,

²⁹⁵ PIAUÍ (Província). Resolução n. 753, de 29 de agosto de 1871. Reforma o liceu desta capital e cria diversas disposições relativas à instrução primária. *Código das leis piauienses*, p. 89-90, 1871.

²⁹⁶ FREITAS, 1988, p. 115-116.

mestre-escola citado no livro de A. Sampaio que utilizava cartas “para ensinar aos discípulos ler tudo quanto era tipo de letra de gente”.²⁹⁷

Com relação à situação do professorado, a maioria dos professores eram semi-analfabetos, sofriam com perseguições políticas, exonerações e substituições por motivos políticos, salários baixos e frequentemente atrasados. Por todos esses motivos, a docência apresentava-se pouco atraente.²⁹⁸

A inconstância das escolas oferecidas pelo poder público também foi um fator negativo para o desenvolvimento da educação na província. As constantes reformas, na prática pouco relevantes e que às vezes chegavam a prejudicar o sistema de ensino, por exemplo, a supressão de várias cadeiras e às vezes do próprio estabelecimento de ensino como o caso do Liceu, a descontinuidade e incerteza quanto ao funcionamento, davam à instrução pública um caráter duvidoso, porque, caso a província passasse por problemas financeiros, o que ocorria com frequência, era sobre a educação que recaía o corte de gastos.

Por todos esses motivos, a ineficácia do Estado em atender à demanda educacional provocou o surgimento de formas de educação alternativas. A educação passou a se desenvolver em âmbito familiar, sendo comum que crianças, principalmente as oriundas de famílias mais abastadas, fossem alfabetizadas por parentes escolarizados, como pais, tios e irmãos mais velhos. Em outros casos, contratavam professores particulares, os conhecidos mestres-escolas, mestres nômades que andavam no interior da província, levando educação aos lugares mais longevos, que o poder público era incapaz de alcançar.

Aulas particulares de instrução primária e de matérias isoladas da instrução secundária foram constantes desde o início do século XIX. Existiram nas cidades, nas vilas e no interior, como atestam os anúncios em jornais da época. Teresinha Queiroz afirma que:

Nas duas últimas décadas do século XIX, a instrução particular no Piauí ganha impulso. Durante a década de 1880 aparecem vários institutos de instrução primária e secundária e cresce o número de preparatórios, que vão dirigir-se às escolas superiores do Império. O Liceu e a Escola Normal (1882-1888) são os principais estabelecimentos de ensino público. As escolas particulares, algumas funcionando como internatos para alunos do interior, supriam parte das carências deixadas pelo ensino público.²⁹⁹

Com o aumento da procura por cursos preparatórios para as escolas superiores do Império, aumentou a oferta de preparatórios, e como afirmou Teresinha Queiroz, em meio a

²⁹⁷ PEREIRA, 1996, p. 23.

²⁹⁸ QUEIROZ, 2011, p. 74.

²⁹⁹ QUEIROZ, 2011, p. 80.

esse movimento começou a aparecer com mais nitidez a presença de escolas particulares, alternativa para suprir a necessidade deixada pelo ensino público. Foi justamente nessa década que Miguel Borges fundou o seu educandário e a partir de agora é desse importante estabelecimento educacional particular que funcionou na segunda metade do século XIX, que iremos tratar.

3.3 Miguel Borges, um educador na Província.

Como já explanamos no início do capítulo, desde que se mudou para Teresina em 1862, Miguel Borges demonstrou proximidade e simpatia à causa educacional, primeiro oferecendo aulas particulares em sua residência, prática muito comum na época, e quando, a pedido do vice-presidente da província e chefe do Partido Liberal, Dr. Antônio de Sampaio Almendra, assumiu a cadeira de francês do Liceu Piauiense para substituir um professor licenciado. Sendo o Dr. Almendra chefe do Partido Liberal e Miguel Borges membro do referido partido e correligionário atuante, esse fator certamente influenciou na decisão. Contudo, vale ressaltar que o vice-presidente indicou ao cargo alguém capacitado e comprometido com a causa educacional, como veremos a seguir.

Anos depois, passaria a se envolver e atuar nas mais diversas áreas, só voltando a dedicar-se à causa educacional em 1882, com a fundação do Colégio de Nossa Senhora das Dores. O Colégio de Nossa Senhora das Dores foi fundado em 1º de maio de 1882, embora as aulas já tivessem sido iniciadas em 22 de abril. A solenidade de abertura contou com a presença das principais autoridades da época e foi dirigida pelo vice-presidente da província, Dr. Manoel Ildefonso de Sousa Lima.³⁰⁰

Miguel Borges demonstra seu desejo de contribuir para a formação da mocidade piauiense em carta que enviou ao vice-presidente da província Manoel Ildefonso de Sousa Lima, alguns dias após a inauguração do colégio, em 5 de maio de 1882:

Tendo V. Ex^a atendido ao convite que tive a honra de dirigir-lhe para assistir, como bondosamente fez, no dia 1º do corrente mês ao ato de inauguração do Colégio de Nossa Senhora das Dores, que estabeleci nesta capital para educação e instrução, primária e secundária da mocidade piauiense de ambos os sexos, foi V. Ex^a testemunha dos esforços que então empreguei no sentido de ser aquele ato presidido da maior solenidade possível; isto é não tanto

³⁰⁰ QUEIROZ, 2008, p. 50.

quanto julgo necessário às instituições, como esta, de tão elevado alcance, mas, tanto quanto me permitiram as minhas forças e acanhados recursos. Persuadido, pois, como estou, de que V. Ex^a, fazendo-me justiça, não duvidará da sinceridade dos desejos que nutro de prestar os meus fracos serviços à causa da instrução pública de nossa província, tenho a grata e animadora esperança de que a árdua e espinhosa tarefa que acabo de tomar sobre meus débeis ombros, merecerá muito particularmente de V. Ex^a o maior apoio e proteção; o que me desvaneço em confiar dos elevados sentimentos de patriotismo e suma bondade que muito vantajosa e o distinguem. [...]

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco.

Certamente, não foi apenas o desejo de contribuir diretamente para o desenvolvimento da educação na província que o motivou a fundar o colégio. Dentre as causas que dificultavam o desenvolvimento da instrução pública na província piauiense estava a distância das escolas, estas eram insuficientes e estavam em sua maioria localizadas nas vilas e cidades; no entanto a maior parte da população da província habitava a zona rural, isso nos leva a supor que Miguel Borges possa ter percebido a “existência de demanda por acomodações fora das ligações familiares”,³⁰¹ existente como se pode perceber desde sua infância, daí o fato de ter fundado um colégio em regime de internato e externato.

Como a maior parte da população residia no interior da província, é provável que muitos meninos e meninas talvez deixassem de estudar, justamente por falta de instalações. A opção principal em geral era a casa de parentes, o que nem sempre funcionava devido às complicações das relações familiares. O próprio Miguel Borges teve que residir por um tempo quando jovem na casa de um tio para continuar os estudos.

A existência dessa demanda, atrelada ao retorno financeiro e ao seu desejo de servir à causa educacional, foram os motivos que o levaram à fundação do colégio. Essa demanda no caso da instituição era composta por pessoas oriundas de famílias abastadas, que não estudavam por falta de acomodações apropriadas, nas quais os pais pudessem confiar a educação e a segurança de seus filhos. A nota a seguir mostra isso:

O colégio N. S das Dores é, pois, merecedor do auxílio de todos os piauienses, principalmente dos pais de família, que nele encontrarão para seus filhos uma escola que satisfará os seus intuitos a par da mocidade do dispêndio com a sustentação destes.

Para aqueles que residem no interior da província e que dispõem de alguns recursos é o colégio de N. S. das Dores de uma vantagem incalculável. Não exageramos, nem fazemos reclame.³⁰²

³⁰¹ QUEIROZ, 2011, p. 83.

³⁰² COLÉGIO de N. S. das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 65, 3 maio 1884, p. 3-4.

Outros anúncios publicados na imprensa sobre o referido colégio reforçavam a informação de que o público alvo era justamente alunos oriundos do interior da província, especialmente as famílias que possuíam condições financeiras de pagar a mensalidade da instituição, os referidos anúncios anexavam ainda a informação de que não existia em Teresina instituição de ensino que aceitasse alunos internos.³⁰³

Funcionava como internato, semi-internato e externato, o regimento era específico para os três tipos de matrículas. É comum encontrar na imprensa notas relacionadas ao colégio, divulgando o mesmo ou simplesmente divulgando pequenas mudanças no regimento interno. Geralmente essas modificações estavam relacionadas à mensalidade. Divulguemos parte dos estatutos do Colégio:

ESTATUTOS
DO
Colégio de Nossa Senhoras da Dores
Inaugurado em 1º de Maio de 1882
Proprietário e diretor M. Borges.

PARTE PRIMEIRA

Art. 1º O Colégio de N. S. das Dores, tem além de duas aulas de instrução primária (uma para meninos e outra para meninas) e as seguintes cadeiras de instrução secundária: português, latim, francês, inglês, italiano alemão, aritmética, geometria, álgebra, geografia, retórica, escrituração mercantil, música e desenho linear.

Art. 2º O edifício do Colégio de N. S. das Dores, é um dos prédios desta capital, que dispõe de maiores proporções e melhores comodidades, tendo vastos compartimentos, inteiramente independentes, ou convenientemente separados uns dos outros, para grande número de crianças de ambos os sexos, e de quaisquer idades.

Art. 3º O colégio recebe alunos internos, semi-internos e externos, tendo os internos de 6 até 18 anos de idade; e bem assim, alunas internas, semi-internas e externas; tendo as primeiras de 6 a 12 anos de idade.

Art. 4º Os colegiais internos bem como os semi-internos, e externos, serão dirigidos especialmente pelo diretor e vice-diretor do colégio, de modo a não lhes faltarem a vigilância, cuidados e conselhos, que um bom e zeloso pai de família deve dispensar a seus filhos.

Art. 5º As colegiais internas, bem como as semi-internas e externas, ficarão inteiramente a cargo da esposa do diretor, e de sua filha D. Maria Emidia Castelo Branco, professora do colégio; as quais serão solícitas em tratá-las com aquele zelo e carinho com que uma mãe inteligente e extremosa, deve tratar e cuidar de suas filhas.

Art. 6º O aluno interno, quer de um, quer de outro sexo, pagará a pensão de 25\$000 mensalmente [...].

SS Único. Ficam excetuadas da disposição deste artigo, na parte relativa ao ensino, as matérias que não são exigidas como preparatórias para os cursos superiores do império; por cujas aulas o aluno que as quiser frequentar pagará a quantia de 3\$000 réis mensais, correspondentes a cada

³⁰³ AVISO importante. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 236, 25 fev. 1882, p. 2.

uma das mesmas aulas, independente de qualquer outra contribuição a que estiver sujeito. [...].³⁰⁴

O educandário oferecia instrução primária e secundária para alunos de ambos os sexos. No caso em questão somente o ensino primário era para ambos os sexos. Como podemos notar pelo estatuto acima, funcionavam duas aulas de instrução primária, uma para alunos do sexo masculino e outra para alunas do sexo feminino; quanto ao ensino secundário, este era exclusivamente para alunos do sexo masculino.

A aula feminina ficava sob a responsabilidade da esposa e da filha do diretor, Maria Emília Castelo Branco, antes da fundação do colégio, já ministrava aulas particulares de primeiras letras para meninas em Teresina. As matérias eram divididas em dois cursos: no primeiro ensinava-se leitura e caligrafia, princípios de moral e religião, princípios de contabilidade, sistema métrico decimal, noções de gramática portuguesa e trabalhos de agulha; no segundo ano, ensinava-se gramática portuguesa, aritmética e noções de geografia e história.³⁰⁵

Quanto à instrução secundária, contava com 11 cadeiras, que provavelmente eram requeridas nos exames preparatórios para as escolas superiores do Império. As matérias, desde a fundação, eram português, latim, francês, inglês, aritmética, geometria, álgebra, geografia, história, retórica e escrituração mercantil. Além do Liceu, foi o único estabelecimento da época a oferecer instrução secundária.

Caso os alunos desejassem frequentar as matérias que não fizessem parte das exigidas para os exames preparatórios para os cursos superiores, deveriam pagar a quantia de 3\$000 reis mensais por cada matéria, a exemplo das seguintes matérias: italiano, alemão, desenho linear e música. Estas foram acrescentadas ao curso secundário do colégio ao longo dos anos.

No geral, a rotina dos alunos internos era a descrita na matéria a seguir:

Art. 39. Os alunos internos são restritamente obrigados a observarem, além do que se acha prescrito nos artigos antecedentes e seus parágrafos, as disposições seguintes:

1º Levantarem-se do leito às cinco horas da manhã, banharem o rosto, vestirem-se com o maior asseio, e tomarem assento nos bancos, onde serão servidos de café.

2º Ao toque de seis horas tomarão assento nos bancos de estudo onde se conservarão em silêncio, sem perturbarem uns aos outros, com leitura em

³⁰⁴ ESTATUTOS do Colégio de N. S das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 75, 6 ago. 1884, p. 2.

³⁰⁵ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.1, 1 jul. 1882, p. 3.

voz alta; e darão suas lições logo que cheguem os respectivos professores, procurando manter-se sempre do melhor modo possível.

3º Ao toque de meio dia deixarão as bancas de estudo e passarão para o recreio até as duas horas da tarde, quando voltarão aos estudos até as cinco horas, quando de novo irão para o recreio; regressando ainda aos estudos às sete horas da noite até as oito, quando se dará o sinal de recolher, tomando cada um o seu lugar nos respectivos dormitórios, onde guardarão o mais perfeito silêncio.

4º Nas horas marcadas para o refeitório se dirigirão à mesa acompanhados pelo diretor e censores do colégio, a ali observarão, como nos demais lugares onde se acharem, todas as regras e os mais severos princípios de civilidade.

5º Nos domingos e dias santificados serão obrigados a irem à missa conventual convenientemente uniformizados e debaixo de forma, sendo acompanhados pelo diretor da semana ou vice-diretor e censores do colégio.

6º Nos mesmos dias das cinco às seis horas serão igualmente obrigados a saírem a passeio pelos subúrbios da cidade, portando-se sempre com a maior regularidade e boa ordem.³⁰⁶

Como se pode notar, os alunos internos estavam submetidos a rígidas regras, que regulavam e estipulavam grande parte do tempo aos estudos, com tradicionais preceitos de civilidade e moralidade, daí a obrigação de ir à missa aos domingos. Com essas regras, é compreensível que os pais desejassem confiar seus filhos a tais cuidados educacionais.

O aluno em regime de internato residia na própria instituição, mediante a mensalidade de Rs. 25\$000, com direito a comida, lavagem e engomado de roupa e despesas com médicos e medicamentos que não excedessem uma semana; os internos do sexo masculino eram aceitos em idades de oito a dezoito anos (em 1884, a idade mínima para alunos do sexo masculino foi reduzida para seis anos) e do sexo feminino dos seis aos doze anos. Os alunos semi-internos, além de todas as aulas, tinham direito ao almoço e ao jantar e a mensalidade era de Rs. 15\$000. Já os alunos externos só poderiam comparecer à escola no horário das aulas, pagavam Rs. 3\$000 por cada disciplina em que se matriculassem.³⁰⁷

Em 1882, o colégio era dirigido por Miguel Borges e pelo seu cunhado Antônio Alves de Noronha. Em julho do mesmo ano, os jornais noticiam a quantidade de matrículas na instituição, que segundo consta foi um número considerável, como veremos a seguir:

Relação dos alunos que se têm matriculado em diversas aulas do Colégio de Nossa S. das Dores, de 1º de maio proximamente findo a 10 do corrente mês de julho, a saber:

Instrução Primária.

Aula do sexo feminino.....16

Aula do sexo masculino.....14

³⁰⁶ NOVA REFORMA dos Estatutos do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 950, 31 dez. 1886, p. 3.

³⁰⁷ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.1, 1 jul. 1882, p. 3-4.

Instrução Secundária.....	
Aula de português.....	25
Aula de latim.....	4
Aula de francês.....	10
Aula de inglês.....	3
Aula de aritmética.....	6
Aula de geometria.....	8
Aula de álgebra.....	1
Aula de geografia.....	7
Aula de história.....	5
Aula de retórica.....	2
Aula de escrituração mercantil.....	1
	Total: 102. ³⁰⁸

Desde a inauguração a setembro de 1882, o número de matrículas chegou a 170,³⁰⁹ esse número elevado demonstra a confiança na instituição, ligada não somente à qualidade do ensino oferecido, mas também à imagem de seu proprietário, bastante conhecido na capital piauiense e fora dela.

Prometendo sempre oferecer educação de qualidade, o educandário chegava a produzir materiais próprios para auxiliar o aprendizado de seus alunos, como veremos a seguir:

Pelo ilustre diretor do Colégio de N. S. das Dores, Sr. capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, nos foi oferecido um exemplar do seu *Guia do argumentador*, ou nova tabuada para os meninos que frequentam as escolas de primeiras letras.
É um trabalho que satisfaz perfeitamente os fins a que se propõe.
Agradecemos a oferta.³¹⁰

Miguel Borges e seu colégio eram reconhecidamente benquistos em meio à sociedade piauiense, além dos materiais que ele produzia, por vezes lhe eram oferecidos materiais elaborados por outros autores, como em 1884, quando lhe foi oferecido exemplar de uma caderneta produzida pelo professor de latim da cidade, Francisco Pedro de Sampaio.

CADERNETA DE LATIM

Acaba de sair dos prelos da tipografia de <<Época>> um opúsculo com o título acima, sendo seu autor o distinto professor de latim desta capital, capitão Francisco Pedro de Sampaio, que ofereceu o seu trabalho ao ilustre Sr. capitão Miguel Borges, diretor do Colégio de Nossa Senhora das Dores, desta capital.

Se bem que reconheçamos a nossa incompetência para julgar da utilidade da obra do Sr. Sampaio, sabemos que tem tido muita aceitação, e é considerada

³⁰⁸ RELAÇÃO dos alunos. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 3, 15 jul. 1882, p. 3.

³⁰⁹ COLÉGIO Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 11, 7 set. 1882, p. 4.

³¹⁰ PELO ilustre diretor. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 7, 10 ago. 1882, p. 3.

pelos entendidos como um trabalho de valor, que virá a suprir as lacunas de que se ressentia a mocidade estudiosa, e a instrução pública. Agradecemos a oferta dos 2 exemplares, que se dignou a enviar-nos.³¹¹

Em julho de 1882, Miguel Borges fez uma doação em dinheiro para que ocorressem regularmente os exames gerais de preparatórios na província no referido ano:

Não havendo verba no orçamento para pagamento dos examinadores, empregados e despesas com os exames de julho, é me grato referir que os examinadores e empregados serviram gratuitamente, e que o diretor do Colégio de N. S das Dores ofereceu 40\$000 reis para as despesas de expediente, quantia que chegou para os exames de novembro, quando ainda se prestaram, sem retribuição, ao serviço as comissões examinadoras e empregados.³¹²

Do trecho do relatório acima reproduzido, podemos analisar alguns pontos: primeiro, a falta de verbas da província para dar prosseguimento aos exames gerais preparatórios para os cursos superiores do Império, que ocorriam nos meses de julho e novembro; segundo, o fato de os empregados e examinadores terem trabalhado de graça. Isso demonstra seu comprometimento com a causa educacional e até certo patriotismo, e recai na ideia de que nesse período a educação era vista como problema de responsabilidade da sociedade em geral e não somente do poder público, e por fim a contribuição de Miguel Borges, que, assim como os funcionários, demonstra solidariedade à causa educacional.

Notemos, no entanto, que o colégio de Nossa Senhora das Dores tinha como principal atividade a preparação para os referidos exames e que, se estes não ocorressem, prejudicaria os alunos e a própria instituição de ensino, na medida em que não haveria mais sentido em cursar o ensino secundário no educandário, tendo em vista que este tinha como foco a preparação para os ditos exames.

O jornal *O Telefone*, de 7 de setembro de 1882, após elogiar a iniciativa de Miguel Borges em fundar uma instituição de cunho tão importante para a instrução na província, faz um apanhado da repercussão surgida em diversos jornais de outras províncias em decorrência da fundação do Colégio de Nossa Senhora das Dores, chamando atenção dos leitores para as seguintes:

Lê-se no *Diário do Maranhão* de 29 de julho último:

³¹¹ CADERNETA de latim. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 62, 12 abr. 1884, p. 4.

³¹² PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Snr. Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d'Almeida e Castro passou a administração da mesma Província ao Exm. Snr. Dr. Firmino de Souza Martins, 2º vice-presidente, no dia 5 de abril de 1883*. Teresina: Tipografia do Telefone, 1883. p. 31.

‘O Sr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, acaba de fundar em Teresina, um colégio para meninos, sob a denominação de Colégio de Nossa Senhora das Dores. Acaba, portanto, tão distinto cidadão, de prestar relevante serviço a instrução pública, e muito particularmente à mocidade piauiense, que por certo aproveitará. O Colégio recebe alunos internos e externos.’

Lê-se no *Cearense* n. 145 de 2 de agosto:

‘No dia 1º de maio do corrente ano, o Sr. Miguel de S. Borges Leal C. Branco, abriu em Teresina, um importante colégio, sob a denominação de Colégio de Nossa Senhora das Dores, destinado a receber meninos e meninas, ficando estas sob a direção de sua Exm.^a filha D. Maria Emília Castelo Branco, hábil preceptora e de créditos os mais bem firmados.

Ao proprietário e diretor do novo Colégio, agradecemos a oferta do folheto em que vêm os Estatutos do estabelecimento, o juízo da imprensa sobre ele e muitos discursos proferidos na festa de sua inauguração’.³¹³

Através desse trecho é possível perceber que o colégio obteve destaque nos jornais que circulavam em outras províncias como no Ceará e no Maranhão. Nota-se, porém, e com isto deve-se ser cuidadoso, que no destaque do jornal *Cearense* os redatores agradecem o folheto de inauguração do colégio, que foi lhes enviado pelo diretor e proprietário da instituição, o que nos leva a concluir que o destaque nos jornais citados não surgiu espontaneamente, e que pudesse ser uma estratégia, uma maneira de fazer propaganda do estabelecimento de ensino.

A partir de setembro de 1882, novamente buscando melhorias no ensino e mostrando-se atualizado com as novas sociabilidades que surgiam, implantou no educandário aulas de música, porém, somente no mês de outubro essas aulas serão divulgadas na imprensa, como no anúncio a seguir:

Aula de Música no Colégio de N. Senhora das Dores.

Funciona duas vezes por semana;

A SABER

Nos dias de quartas-feiras e sábados.

Às 7 horas da noite,

Mensalidade, um aluno 3:000.³¹⁴

O educandário aparece no relatório provincial publicado 5 em abril de 1883, na parte referente ao ensino particular, que destaca a existência de apenas dois colégios particulares, sendo o Nossa Senhora das Dores o único localizado na capital. É o que consta no trecho:

Quanto ao ensino particular, do relatório do diretor geral, consta apenas a existência de dois colégios: um na capital, sob a denominação de Colégio de N. S. das Dores, inaugurado no dia 1º de maio do ano passado, de

³¹³ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 11, 7 set. 1882, p. 3.

³¹⁴ AULA de música. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.15, 6 out. 1882.

propriedade e direção do capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, e no qual se ensinam, além da instrução primária e música os diferentes preparatórios aos cursos superiores do Império. Durante o ano passado, o número das matrículas, nas diferentes aulas, elevou-se a 207, e o das aprovações nos exames gerais de preparatórios, procedidos em julho e novembro, a 61. Visitei este importante estabelecimento de ensino, que por sua direção e demais condições, está destinado a prestar relevantes serviços a instrução e educação na Província. Eu o recomendo a Vossa Ex.^a. O outro colégio está localizado na vila de Piracuruca [...].³¹⁵

Ao que tudo indica, o Colégio de Nossa Senhora das Dores conseguiu ter sucesso. Podemos supor esse êxito ao contabilizar não somente o número expressivo de matrículas, como também o de aprovações nos exames gerais de preparatórios para os cursos superiores do Império. A seguinte notícia demonstra o quão foram elevados esses números:

Colégio de N. S. das Dores de Teresina, 20 de julho de 1883.

Ilm. Senhor.

O Colégio de Nossa Senhora das Dores, inaugurado e muito dignamente dirigido por V. S.^a nesta cidade, vai preenchendo satisfatoriamente os fins a que se propõe.

Do dia 1º de maio do ano proximamente findo, data da feliz inauguração do colégio, três vezes tem tido lugar nesta cidade, os exames gerais de preparatórios exigidos para os cursos superiores do Império, e, com a mais sincera satisfação temos observado que o Colégio de N. S. das Dores não tem ficado aquém dos estabelecimentos de instrução da província, e, ao contrário disso, seja-nos permitido dizer, ele tem se avantajado bastante quanto ao resultado dos estudos e aproveitamento de seus alunos. Nos meses de julho e novembro do ano passado, o Colégio obteve 63 aprovações, e neste mês por ocasião dos exames que acabam de ter lugar, 19 alunos deste importante estabelecimento de instrução, foram aprovados, elevando-se por tanto a 82 o número de aprovações obtidas pelo Colégio de N. S. das Dores, no pequeno período de pouco mais de 14 meses!

Este fato é por certo a prova mais eloquente que se pode oferecer da regularidade e reconhecimento do progresso com que marcha o Colégio de N. S. das Dores na arena da educação e instrução da mocidade desta província e fazemos os mais sinceros votos para que V. S. em seu laborioso afã continue a obter as mais imorredouras glórias, não desanimando jamais ante os tropeços e dificuldades que ordinariamente se antepõem às empresas como esta, de tão elevado alcance e de suma utilidade para a sociedade.

Digne-se portanto V. S. aceitar mais uma vez nossas respeitosas e sinceras felicitações, pelo acerto com que tem sabido dirigir-nos na cultura das letras. [...].³¹⁶

A notícia acima foi escrita pelos colaboradores do jornal *O Telefone* para felicitar o êxito do educandário nas aprovações para os cursos superiores do Império. No entanto é

³¹⁵ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d'Almeida e Castro passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Firmino de Sousa Martins, 2º vice-presidente, no dia 5 de abril de 1883.* [Teresina]: [s.n.], 1883.

³¹⁶ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 27, 26 jul. 1883, p. 3.

possível que Miguel Borges tivesse conhecimento do teor da matéria antes de ser publicada, pois isso explicaria a riqueza de detalhes quanto ao número exato de aprovações dos alunos do colégio.

A cada aniversário de inauguração do colégio, havia uma comemoração que, tudo leva a crer, era bastante pomposa. O colégio possuía ainda um jornal de nome *Mocidade Piauiense*, este era produzido e redigido pelos alunos do colégio, a publicação possuía um caráter predominantemente literário, uma nota de jornal afirma que a publicação contribuiu para o desenvolvimento da literatura na província.

[...] Quem acompanha pari- passu o desenvolvimento literário que de algum tempo a esta parte se vai operando entre nós, não poderá deixar de reconhecer que o Colégio de N. S. das Dores há concorrido poderosamente pra ele. [...].³¹⁷

A partir de agosto de 1883, notícias dão conta do afastamento de Miguel Borges da diretoria do dito estabelecimento, causado pelo agravamento de seus problemas de saúde. No dia 2 de agosto do referido ano, escolhe para auxiliá-lo e substituí-lo na função de diretor o professor de instrução primária do colégio, Marcelino Borges Ferreira Castelo Branco.³¹⁸ Posteriormente, no dia 23 de agosto, o jornal *O Telefone* divulga a seguinte notícia:

O capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, proprietário e diretor do Colégio de N. S. das Dores, desta cidade, tendo de partir no dia 2 do mês próximo vindouro, para a capital do Ceará, afim de tratar de sua saúde, despede-se por meio deste e de todas as pessoas que o honram com sua amizade, e aproveitando esta mesma oportunidade para declarar a todos os seus amigos em geral, e em particular aqueles que têm filhos matriculados em seu colégio, que, durante o pouco tempo de sua ausência, que calcula não excederá de um a dois meses, o mais tardar, ficarão encarregados da direção de seu estabelecimento os Srs. capitão Albano Antônio de Moraes e Marcelino B. Ferreira Castelo Branco, cavalheiros inteligentes, zelosos e de boa reputação, por isso espera que os mesmos seus amigos e comprovincianos continuarão a honrá-lo com sua confiança, prestando ao dito seu estabelecimento de educação aquele apoio e generosa proteção de que tanto necessita.
Teresina, 23 de agosto de 1883.³¹⁹

Nas edições seguintes, o jornal passou a informar com frequência sobre as viagens de Miguel Borges para tratar da saúde no Ceará, sempre tranquilizando os pais de alunos do

³¹⁷ COLÉGIO de N. S. das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 65, 3 maio 1884, p. 3-4.

³¹⁸ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 28, 2 ago. 1883, p. 4.

³¹⁹ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 31, 23 ago. 1883, p. 2.

Colégio, que seu afastamento era por curto espaço de tempo e de que o estabelecimento ficava a cargo de pessoas competentes e honradas.

Não dispomos de notícias sobre o colégio até 1886, mas é provável que tenha funcionado entre os anos de 1884 e 1887 regularmente. Ao longo dos anos, a doença de seu fundador se agravou, e em 22 de abril de 1887 Miguel Borges faleceu. Contudo, o jornal *A Reforma*, de 19 de maio do mesmo ano traz a seguinte notícia:

D. Maria Emília Castelo Branco, professora de instrução primária e secundária, declara aos senhores pais de família que têm filhos a educar que, apesar de ter falecido seu querido pai, continua a receber alunas internas, seminternas e externas sob as mesmas condições e instruções que anteriormente regiam o mesmo colégio.³²⁰

A notícia acima confirma o funcionamento do colégio no ano de 1887. A partir de junho do referido ano, o Colégio passou à propriedade e direção do bacharel Antônio de Sousa Rubim. Sob nova direção, pouco foi modificado em seus estatutos. As últimas informações sobre a instituição são do segundo semestre de 1888, quando funcionava com 23 alunos internos, e foram aprovados em exames preparatórios de 26 alunos que se submeteram a provas de inglês, aritmética, latim e português.

Não encontramos mais notícias do colégio no ano de 1889, mas provavelmente ele existiu até esse ano. Teresinha Queiroz afirma que foi grande sua projeção na província do Piauí e fora dela. Exemplo disso é que em Fortaleza, no Ceará, seguindo seu modelo, funcionava em 1914 o Instituto Miguel Borges, propriedade e direção de Odorico Castelo Branco, um dos antigos professores do Colégio de Nossa Senhora das Dores.³²¹

Analisando as condições da instrução pública do período, e os números de matrículas do Colégio de Nossa Senhora das Dores, podemos afirmar que esse estabelecimento obteve destaque no período de seu funcionamento. Deve-se observar, ainda, que o sucesso do educandário estava intimamente ligado ao seu público alvo, pessoas oriundas do interior da província, que necessitavam de residência para continuar os estudos. A clientela do Colégio de Nossa Senhora das Dores era constituída de uma parcela consideravelmente pequena, pois a maior parte da população não possuía condições de pagar as mensalidades. Os alunos do Colégio eram provenientes de famílias mais abastadas, oriundas principalmente do interior da província, o que não diminui a importância e nem a relevância desse estabelecimento para a instrução no Piauí.

³²⁰ COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 9, 19 maio 1887, p. 4.

³²¹ QUEIROZ, 2008, p. 56.

Podemos concluir que Miguel Borges, sendo um homem de letras, não mediu esforços, utilizando espaços de ação que lhes eram próprios, a exemplo do jornalismo e até mesmo da história, para ampliar e difundir a educação no século XIX. Foram essas ações desenvolvidas por particulares, homens de letras, agremiações e outras instituições que, à margem do aparato Estatal, contribuíram para tornar único o período histórico em questão, na medida em que, ao que parece, possuíam uma lógica própria de tomar a responsabilidade da educação para si, onde todos deveriam fazer sua parte em busca do objetivo comum, educar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar como objeto de estudo Miguel Borges e seus trajetos, deparamo-nos com um leque de possibilidades. As chaves de leituras possíveis são inúmeras. Dentro dessa gama de material, fizemos escolhas que nos pareceram mais palpáveis no espaço de tempo que tivemos para desenvolver a pesquisa. Esta nos revelou muito acerca do Piauí, de Teresina e de sua sociedade no século XIX, em especial na segunda metade.

O primeiro aspecto que nos chamou atenção foi como essa história de vida é expressiva, à medida que reflete a atuação de homens de letras no período em estudo. Em verdade, demonstra o que seria um caminho possível a esses letrados, dentre muitas outras possibilidades.

Homens de letras são entendidos aqui como homens que possuíam um nível de conhecimento diferenciado, possuindo um desenvolvimento cultural e intelectual rico e amadurecido, forjado através da educação. Usando essas características que lhes eram próprias, transitavam por espaços e profissões que envolviam leitura e escrita, atuavam nas áreas burocráticas, políticas, jornalísticas, educacionais e mesmo historiográficas, buscando moldar a realidade à sua volta de forma a embutir na sociedade práticas, sociabilidades e representações baseadas no que a modernidade emergente considerava como civilizado.

Nesse aspecto, vale ressaltar o conceito de prática escriturística desenvolvido por Certeau, para o qual o ato de escrever é uma prática e a escrita possui um poder próprio sobre a realidade, tentando incessantemente disciplinar ou se sobrepor ao que lhe é exterior.

Miguel Borges foi um homem de letras que atuou em áreas e profissões diversas: foi jornalista, escritor, educador, comerciante e funcionário público, tendo ocupado vários cargos burocráticos no Piauí imperial. Essa característica de atuar em muitas áreas e profissões não se restringia a Miguel Borges, era na verdade bastante comum no Brasil durante o século XIX, isso porque era pequeno o número de pessoas alfabetizadas. Sendo assim, existiam poucas pessoas capacitadas para assumir uma grande demanda de empregos que necessitavam de conhecimentos específicos aos quais a alfabetização era imprescindível. Isso gerava um acúmulo de funções desenvolvidas por um só indivíduo.

O Piauí no século XIX era uma província onde as transformações ocorriam de forma lenta, devido, sobretudo, ao isolamento existente em relação ao restante do país. A pecuária era a grande movimentadora da economia e a agricultura era basicamente voltada para o

consumo interno, havia grande dificuldade de escoamento da produção, tanto do gado quanto da produção agrícola.

A província não possuía autossuficiência no escoamento de sua produção, dependia de cidades e vilas não pertencentes a seu território para realizar essa tarefa, a principal rota passava pela cidade de Caxias, pertencente à então província do Maranhão, fato que gerava carestia da produção e conseqüentemente pouca competitividade no mercado, além da diminuição dos lucros dos produtores e do governo locais.

A política nacional tinha como objetivo inserir o país no mercado internacional e para isso buscava desenvolver políticas que viessem a consolidar o Brasil como exportador de matérias-primas. A partir de então, políticos piauienses constataram que, para a implementação do objetivo nacional de exportação de produtos agrícolas, só seria possível com o aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. As propostas consistiam na abertura de vias de comunicação e transporte, quer terrestres, quer fluviais, que possibilitassem o escoamento da produção da Província.

A medida tomada para esse fim foi a transferência da capital de Oeiras para Teresina em 1852. Localizada às margens do rio Parnaíba, a nova cidade facilitaria o escoamento da produção através do aproveitamento de suas águas.

A navegação tirou de Caxias o posto de principal ponto de escoamento da produção piauiense. A cidade de Parnaíba passa a ser também uma via de escoamento da produção, o que causou aumento das receitas, desenvolvimento econômico na região norte e maior comunicação entre as vilas. A navegabilidade provocou a expansão do comércio, permitindo exportações para a Europa e para as demais províncias do Brasil. Outro aspecto positivo da navegabilidade do rio foi o incentivo à produção de novas culturas, aproveitando suas margens para o cultivo.

No entanto, ainda existiam fatores que continuavam a dificultar o escoamento da produção, pelo menos no caso das vilas e cidades que não estavam localizadas às margens do rio, era a péssima situação das estradas existentes no interior da província, que acabavam por encarecer o transporte, elevando o preço final do produto.

Apesar de todos os percalços, o plano inicial de desenvolver a navegação do rio Parnaíba foi executado. Não podemos afirmar que foi um completo sucesso, porém não se pode negar que trouxe desenvolvimento para a província, combateu em parte o isolamento comercial, gerando uma maior diversificação da produção, permitiu a expansão do comércio e inserção do Piauí nas exportações mundiais, ainda que no primeiro momento de maneira acanhada.

No primeiro capítulo, intitulado *Teresina no tempo de Miguel Borges*, exploramos como o título já diz a cidade que foi construída para ser capital da província do Piauí. Esta cidade foi construída com certa urgência, o que gerou problemas de ordem tanto sociais quanto estruturais, problemas esses comuns a muitas cidades brasileiras do período.

A cidade tem o poder de atrair as pessoas. Raquel Rolnik diz que a cidade é como um ímã que atrai as pessoas, isso também se deu em Teresina, essa atração se dá a nosso ver devido a uma imagem que se cria em torno da cidade, uma cidade imaginada e que por isso seria ideal. Essa representação em torno da urbe não leva em consideração os problemas e contradições típicos e recorrentes às cidades. Sendo assim, um grande número de pessoas saiu do interior da província para morar na capital.

As pessoas que chegaram à capital passaram por problemas de cunho habitacional. É provável que o número de habitações da nova cidade não possuísse capacidade de abarcar a demanda. Outra realidade possível é a falta de condições financeiras para pagar aluguéis pelos imóveis. A alternativa encontrada foi construir casas de palha nos arredores de Teresina. Além da falta de estrutura necessária, essas moradias constantemente sofriam com incêndios.

Quanto à estrutura física da cidade, Teresina possui ruas largas e bem divididas, isso pelo fato de ter sido uma cidade planejada. No entanto, essas ruas constantemente possuíam buracos e grotões sem contar com o acúmulo de mato e lixo, o que causava sérios problemas de saúde pública como a proliferação de doenças.

As diversões na cidade se davam através dos bailes, das festas que podiam ser cívicas ou patrióticas, religiosas ou populares propriamente ditas como o carnaval. Outra diversão da cidade era o teatro e a música.

O capítulo inicial possui também a função de ambientar Miguel Borges. Assim, após explorar o Piauí e Teresina, o próximo passo foi aprofundar o conhecimento sobre os trajetos de Miguel Borges desde o nascimento na cidade de Campo Maior em 1836 até seu falecimento em 1887. O foco, porém, foi mesmo o período em que mais atuou a partir de 1862 quando se muda para Teresina.

O título do segundo capítulo é *Miguel Borges, entre o jornalismo e a história* e resume bem a ideia central dessa parte da pesquisa, que foi analisar a escrita de Miguel Borges, especialmente no que condiz à sua atuação em meio aos jornais e à história. Quanto à atuação nos jornais, primeiramente ressaltamos aspectos da forma de se fazer jornalismo no século XIX. Nesse momento, a prática jornalística estava intrinsecamente ligada à política. Os partidos possuíam seus próprios periódicos, que eram usados como extensão da tribuna política.

O espaço era utilizado para difundir os ideais dos partidos. No Piauí, em meio às disputas apareciam questões pessoais, já que os partidos foram formados em torno de núcleos familiares. Em torno da família Sousa Martins estava o Partido Conservador e em torno da família Castelo Branco formou-se o Partido Liberal. Miguel Borges era correligionário do Partido Liberal, tendo sido eleito para os cargos de vereador e deputado provincial e posteriormente foi redator do jornal do partido – *A Imprensa*. O que pudemos concluir a partir do que encontramos foi justamente esse caráter pessoal da escrita, Miguel Borges usou os jornais em geral para resolver rixas pessoais.

Em relação a sua atuação na área da história, foi um dos pioneiros em nossa pesquisa histórica, tendo sido o primeiro piauiense a publicar uma obra de cunho historiográfico. O livro *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí* é considerado seu trabalho primordial. Daí a justificativa de a termos analisado. Através da atuação de Miguel Borges na área da história, foi possível buscar como a historiografia se desenvolveu e como era praticada no século XIX. Destacando a relação com o IHGB, pudemos também localizar os primórdios de nossa pesquisa historiográfica.

O terceiro capítulo trata da educação no Piauí oitocentista e de Miguel Borges como educador, e inicia analisando a educação dentro da constituição do Estado Brasileiro, de forma a entender como esta foi usada para a consolidação do Império do Brasil. A Província piauiense possuía características peculiares que distanciavam sobremaneira o tipo de educação praticado e as sociabilidades vivenciadas. À falta de estrutura física e de professores com formação adequada, adicionava-se outro fator negativo para a causa educacional: o número de pessoas que viviam na área rural era superior à quantidade de pessoas que viviam nas vilas e cidades. Ou seja, a população vivia dispersa pelo interior da província, isso dificultava a implantação de escolas, que ocorriam em geral nas vilas e cidades.

Miguel Borges fundou em Teresina em 1882 o colégio de Nossa Senhora das Dores, que se destacou quanto ao número de aprovações para os cursos superiores do Império. O educandário se destacou primeiramente por ser o único estabelecimento de ensino do Piauí na época que possuía o sistema de internato. Vale lembrar que o alvo eram os filhos das famílias que viviam no interior da província, no entanto, só para aquelas que tinham condições financeiras de pagar a mensalidade do referido Colégio.

Através do colégio de Miguel Borges, vimos que o ensino particular surgiu como alternativa para a insuficiência do ensino oferecido pelo governo e que essa alternativa obteve

êxito. No entanto, o número de pessoas que tiveram acesso à educação particular foi pequeno se comparado com o tamanho da população. Assim, esse foi também um sistema excludente.

Esta pesquisa mostra que a trajetória de um indivíduo nos dá um leque de possibilidades de estudo muito amplo, fornecendo chaves de leitura que nos permitem analisar diversos aspectos do momento histórico e social em que viveu o sujeito objeto. Isso nos permitiu aprofundar nosso conhecimento acerca do Piauí e de Teresina no século XIX, e ainda acerca da dinâmica do jornalismo, da história e da educação vivenciados no recorte temporal analisado.

REFERÊNCIAS

1 Fontes hemerográficas

- 100\$000 REIS. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 26, 8 out. 1870, p. 4.
- A FESTIVIDADE. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 137, 10 dez. 1860, p. 4.
- ALERTA. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 627, 31 jan. 1880, p. 4.
- ALFORRIAS. *A Imprensa*, Teresina, ano 6, n. 291, 9 mar. 1871, p. 4.
- ALMANAQUE Piauiense. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 573, 28 dez. 1878, p. 2.
- ANOMALIAS. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 77, 16 mar. 1872, p. 7.
- ANÚNCIOS. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 34, 30 set. 1874, p. 6.
- AO CAPITÃO Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 629, 18 fev. 1880, p. 1-2.
- AO SR. BACHAREL Teodoro Alves Pacheco. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 557, 10 set. 1878, p. 3-4.
- AVISO importante. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 236, 25 fev. 1882, p. 2.
- ATENÇÃO. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 8, 5 mar. 1874, p. 6.
- ATENÇÃO. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 3, n. 123, 6 set. 1876, p. 4.
- ATENDENDO ao pedido. *A Imprensa*, Teresina, ano 14, n. 559, 25 set. 1878, p. 4.
- AULA de música. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 15, 6 out. 1882, p. 4.
- AULA de música. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 17, 21 out. 1882, p. 3.
- AULA de música. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 18, 28 out. 1882, p. 3.
- AULA de música. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 20, 11 nov. 1882, p. 3.
- LÊ-SE na Mocidade Piauiense. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 28, 2 ago. 1883, p. 4.
- AULA particular. *Liga e Progresso*, Teresina, ano 1, n. 9, 31 dez. 1862, p. 4.
- AVISO. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 115, 22 abr. 1860, p. 4.
- BINDSEIL, J. *O Propagador*, Teresina, ano 2, n. 74, 26 jun. 1859, p. 4.

- CADERNETA de latim. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 62, 12 abr. 1884, p. 4.
- CARNAVAL. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 108, 26 fev. 1860, p. 4.
- CARO irmão. *O Conciliador Piauiense*, Teresina, ano 1, n. 14, [...] jul 1857, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Época*, Teresina, ano 5, n. 227, 14 out. 1882, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 9, 19 maio 1887, p. 4
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 1, 1 jul. 1882, p. 3-4.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 3, 15 jul. 1882, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 4, 20 jul. 1882, p. 2.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 5, 27 jul. 1882, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 7, 10 ago. 1882, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 8, 17 ago. 1882, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 9, 24 ago. 1882, p. 3-4
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 11, 7 set. 1882, p. 4.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 21, 18 nov. 1882, p. 4.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 27, 26 jul. 1883, p. 3.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 28, 2 ago. 1883, p. 4.
- COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 31, 23 ago. 1883, p.2.
- COLÉGIO de N. S. das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 65, 3 maio 1884, p. 3-4.
- COM DESTINO. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 33, 7 set. 1883, p. 4.
- COMPRAS de escravos. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 4, 31 jan. 1874, p. 4.
- CONTINUAÇÃO. *O Expectador*, Teresina, ano 4, n. 146, 10 maio 1862, p. 1.
- CRIAÇÃO de gados [...]. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 27, 31 jul. 1858, p. 1.
- EDITAIS. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 132, 6 set. 1860, p. 4.
- ENFERMARIA de emigrantes. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 626, 26 jan. 1880, p. 4.

- ENSINO de música. *Opinião Conservadora*, Teresina, ano 3, n. 123, 6 set. 1876, p. 4.
- ESTATUTOS do Colégio de N. S. das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 2, n. 75, 6 ago. 1884, p. 2.
- FUGIU. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 40, 14 jan. 1871, p. 4.
- GRATIFICAÇÃO. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 6, 17 fev. 1874, p. 4.
- GUARDA Nacional. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 628, 12 fev. 1880, p. 2. [Suplemento]
- HOTEL Teresinense. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 2, n. 80, 14 set. 1875, p. 4.
- ILUMINAÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 35, 26 abr. 1871, p. 3.
- ILUMINAÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 53, 13 abr. 1871, p. 4.
- ILUMINAÇÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 54, 22 abr. 1871, p. 3.
- ILUMINAÇÃO pública. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 54, 22 abr. 1871, p. 4.
- INCÊNDIO. *Liga e Progresso*, Teresina, ano 1, n. 2, 22 out. 1862, p. 2.
- INSTRUÇÃO particular. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 951, 8 jan. 1887, p. 4.
- LÊ-SE na Mocidade Piauiense. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 28, 2 ago. 1883, p. 4.
- LIVROS novos. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 13, 22 abr. 1874, p. 4.
- MATA pasto. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 54, 22 abr. 1871, p. 3.
- MATRICULAS. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 19, 4 nov. 1882, p. 4.
- MIGUEL de Sousa Borges Leal Castelo Branco. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 6, 4 ago. 1882, p. 4.
- MOVIMENTO. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 46, 13 nov. 1858, p. 4.
- NECROLÓGIO. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 965, 23 abr. 1887, p. 1.
- NO COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 29, 9 ago. 1883, p. 4.
- NOMEAÇÃO. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 627, 31 jan. 1880, p. 4.
- NOTÍCIAS. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 29, 14 ago. 1858, p. 4.
- NOVA reforma dos estatutos do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 950, 31 dez. 1886, p. 3.

- O CAPITÃO Miguel Borges. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 965, 23 abr. 1887, p. 1.
- O CAPITÃO Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n.31, 23 ago. 1883, p. 2.
- OCORRÊNCIAS. *O Propagador*, Teresina, ano 3, n. 134, 22 out. 1860, p. 4.
- O DIA 7 de setembro. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 33, 11 set. 1858, p. 4.
- O DIA. *O Propagador*, Teresina, ano 1, n. 49, 5 dez. 1858, p. 4.
- O SR. CAPITÃO Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 31, 20 jul. 1882, p. 2.
- O SR. MANOEL Raimundo da Paz. *A Imprensa*, Teresina, ano 12, n. 503, 7 abr. 1877, p. 5-6.
- O SR. PROVIDOR da Santa Casa de Misericórdia. *A Opinião Conservadora*, Teresina, ano 1, n. 18, 20 maio 1874, p. 4.
- PARA apurar dinheiro. *A Imprensa*, Teresina, ano 6, n. 289, 22 fev. 1871, p. 4.
- PAUTA. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 51, 31 mar. 1871, p. 3.
- PROVIDÊNCIA. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 626, 26 jan. 1880, p. 4.
- PARTIDO liberal. *A Imprensa*, Teresina, ano 8, n. 362, 2 nov. 1872, p. 1.
- PELO ilustre diretor. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 7, 10 ago. 1882, p. 3.
- PORQUEIRA. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 4, n. 63, 16 ago. 1871, p. 8.
- PRAÇA Saraiva. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 55, 26 abr. 1871, p. 3.
- PRISÃO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 12, 13 ago. 1870, p. 4.
- PROCISSÃO de passos. *A Imprensa*, Teresina, ano 15, n. 633, 21 mar. 1880, p. 4.
- RECREIO. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 42, 23 jan. 1871, p. 4.
- REDADORES diversos. *A Imprensa*, Teresina, ano 8, n. 345, 12 abr. 1872, p. 1.
- RELAÇÃO dos alunos. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 3, 15 jul. 1882, p. 3.
- SEPULTOU-SE. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 32, 1 set. 1883, p. 4.
- TENDO o Sr. capitão Miguel Borges. *O Telefone*, Teresina, ano 1, n. 31, 23 ago. 1883, p. 3.
- VIAJANTES ilustres. *A Imprensa*, Teresina, ano 6, n. 283, 12 jan. 1871, p. 4.

2 Fontes oficiais

PIAUÍ (Província). Resolução n. 599, de 9 de outubro de 1867. Restaurando o liceu piauiense, extinto pela resolução n. 511 de 1º de agosto de 1861. *Código das leis piauienses*, tomo 25, p. 3, 1867.

PIAUÍ (Província). Resolução n. 753, de 29 de agosto de 1871. Reforma o liceu desta capital e cria diversas disposições relativas à instrução primária. *Código das leis piauienses*, p. 87-90, 1871.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do presidente da província do Piauí na abertura da assembléia legislativa provincial no dia 1º de agosto de 1845*. [s.n.], 1845.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do presidente da província do Piauí na abertura da sessão extraordinária da assembléia legislativa provincial no dia 21 de junho de 1847*. Oeiras: Tipografia Provincial, [1847].

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do vice-presidente da província do Piauí na abertura da sessão extraordinária da assembléia legislativa provincial no dia 21 de junho de 1848*. Oeiras: Tipografia Provincial, [1848].

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Fala com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí Dr. Anselmo Francisco Peretti abriu a assembléia legislativa provincial no dia 5 de julho de 1849. Oeiras: Tipografia Saquarema, [1849].

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório que a Assembléia Legislativa da Província do Piauí apresentou na sessão ordinária de 1850 o Exm. Sr. Presidente da Província Ignacio Francisco Silveira da Mota no dia 1º de julho de 1850*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva dirigiu a Assembléia Legislativa provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório Assembléia Legislativa provincial do Piauí pelo Exm. Senhor presidente da Província José Antonio Saraiva na sessão aberta em 1º de julho de 1852*. Caxias: Tipografia Independente de Filinto E., 1852.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório a Assembléia Legislativa Provincial do Piauí pelo Exm. Senhor, vice-presidente da província Luis Carlos de Paiva Teixeira na sessão aberta em 1º de julho de 1853*. Teresina: Casa de João da Silva Leite, 1853.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854*. Maranhão: Tipografia do Observador, 1854.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na abertura de sua sessão ordinária no dia 1º de novembro de 1855, pelo*

Excelentíssimo Senhor vice-presidente da província Balduino José Coelho. São Luís: Tipografia do Progresso, 1856.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente do Piauí o comendador Frederico D'Almeida e Albuquerque, apresentado à respectiva Assembléia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 22 de setembro de 1856. São Luiz: Tipografia do Progresso, 1856.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que foi entregue a administração da província do Piauí no dia 7 de março de 1857 ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Lourenço Francisco D'Almeida Catanho pelo seu antecessor o Exm. Sr. Senador Frederico D'Almeida e Albuquerque. Teresina: Tipografia Constitucional, 1857.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório que dirigiu o presidente da província do Piauí o Exm. Sr. Dr. João José de Oliveira Junqueira à Assembléia Legislativa Provincial aos 2 de julho de 1857. Maranhão: Tipografia Constitucional, 1857.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o excelentíssimo vice presidente Dr. José Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauí ao excelentíssimo presidente Dr. Antônio Corrêa do Couto no dia 24 de janeiro de 1859. Teresina: Tipografia Constitucional, 1859.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. 3º vice-presidente da província do Piauí Coronel Ernesto José Baptista passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. José Mariano Lustosa do Amaral no dia 27 de julho de 1859. Teresina: Tipografia Constitucional, 1860.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Diogo Velho Cavalcante D'Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3º vice-presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860. Teresina: Tipografia Constitucional, 1860.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo passou a administração ao Exm. Vice-presidente, Dr. José Mariano Lustoza do Amaral no dia 15 de abril de 1861. Teresina: Tipografia Conservadora, 1861.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Antônio de Brito Souza Gayoso abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 13 de julho de 1861. Teresina: Tipografia Conservadora, 1861.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antônio de Brito Souza Gayoso passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Presidente Dr. José Fernandes Moreira no dia 13 de junho de 1862. Teresina: Tipografia Conservadora, 1862.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório que o Exm. presidente da Província do Piauí Dr. José Moreira, apresentou a Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862. Teresina: Tipografia Constitucional, 1862.*

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório que o Exm. Presidente da província do Piauí Dr. José Fernandes Moreira, apresentou a Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862.* Teresina: Tipografia Constitucional, 1862.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembléia legislativa do Piauí no dia 1º de julho de 1863.* [s. n], 1863.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Velloso passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 2º vice-presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863.* Teresina. Tipografia Progressista, 1864.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 2º vice-presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de dezembro de 1863.* Teresina. Tipografia Progressista, 1864.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Piauí na sessão extraordinária de 1864 pelo 2º vice-presidente o Dr. Antônio de Sampaio Almendra no dia 30 de abril de 1864.* [Teresina]: Tipografia Progressista, 1864.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o 2º vice-presidente da Província, Dr. Antônio de Sampaio Almendra, passou a administração da mesma ao Exm. Presidente Dr. Franklin Américo de Menezes Doria no dia 28 de maio de 1864.* [Teresina]: Tipografia Progressista, 1865.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 1º de julho de 1864 pelo Presidente da Província Franklin Américo de Menezes Doria.* São Luiz: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria.* São Luiz: [s.l.], 1865.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 9 de julho de 1866 pelo presidente da província, o Exm. Snr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria.* São Luiz: Tipografia de B. de Mattos, 1866.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Dr. Franklin A. de Menezes Doria entregou a administração ao Excelentíssimo 2º vice-presidente Dr. José Manoel de Freitas no dia 3 de agosto de 1866.* São Luiz: Tipografia de B. de Mattos, 1866.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. vice-presidente da Província do Piauí Dr. José Manoel de Freitas passou a administração ao excelentíssimo presidente Dr. Adelino Antônio de Luna Freire no dia 5 de outubro de 1866.* São Luiz: Tipografia de B. de Mattos, 1866.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 9 de setembro de 1867, pelo presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire.* São Luiz do Maranhão: Tipografia de B. de Mattos, 1867.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo vice-presidente, o Exm. Sr. Dr. José Manoel de Freitas.* Maranhão: Tipografia de B. de Mattos, 1868.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d'esta província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de abril de 1869.* [s. n.], 1869.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Senhor Luiz Antônio Vieira da Silva passou a administração da província do Piauí ao Excelentíssimo Senhor 1º vice-presidente Dr. Manoel José Espínola Jr no dia 7 de maio de 1870.* São Luiz: Tipografia: B. de Mattos, 1870.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Theotônio de Souza Mendes, vice-presidente da província do Piauí entregou a administração da mesma província ao presidente nomeado, o Exm. Sr. Dr. Luiz Antônio Vieira da Silva no dia 5 de dezembro de 1869.* [s. n.], 1870.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o 1º vice-presidente da província, o Exm. Sr. Dr. Manoel José Espínola Junior passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão, em 25 de dezembro de 1870.* Teresina: Tipografia da Pátria, 1870.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão passou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. 4º vice-presidente Tenente-Coronel José Amaro Machado no dia 27 de fevereiro de 1872.* Maranhão: Tipografia do País, 1872.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Pedro Afonso Ferreira abriu a Assembléia Legislativa provincial no dia 1º de novembro de 1872.* Maranhão: Tipografia do País, 1873.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Afonso Ferreira entregou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osório 6º vice-presidente no dia 1º de fevereiro de 1873.* Teresina: Tipografia da Pátria, 1873.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Jose Francisco de Miranda Osório 6º vice-presidente da Província do Piauí entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Presidente Dr. Gervasio Cícero d'Albuquerque Melo no dia 22 de fevereiro de 1873.* Teresina: Tipografia da Pátria, 1873.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1874 pelo presidente da província, o Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins, acompanhado do relatório com que lhe passou a administração da província o Exm. Snr. Dr. Gervasio Cícero d'Albuquerque Melo no dia 27 de abril do referido ano.* Maranhão: Tipografia do País, 1874.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Adolpho Lamenha Lins passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Tenente-Coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, no dia 27 de novembro de 1874.* Maranhão: Tipografia do País, 1874.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Delfino Augusto Cavalcante d'Albuquerque, abriu a Assembléia Legislativa provincial do Piauí no dia 4 de junho de 1875 acompanhada do relatório com que lhe passou a administração da mesma província o 1º vice-presidente Exm. Sr. Tenente-Coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, no dia 28 de abril do mesmo ano.* Maranhão: Tipografia do País, 1875.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Delfino Augusto Cavalcante d'Albuquerque passou a administração da província do Piauí, em 4 de agosto de 1876 ao Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa.* Teresina: Tipografia do Piauí, 1876.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa passou a administração da província do Piauí ao Excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Graciliano de Paula Baptista no dia 2 de janeiro de 1877.* Teresina: Tipografia da Moderação, 1877.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Piauí, em sua sessão extraordinária de 13 de abril de 1877, pelo Exm. Snr. Dr. Graciliano de Paula Baptista, presidente da mesma província.* Teresina: Tipografia da Moderação, 1878.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Graciliano de Paula Baptista passou a administração da Província do Piauí, ao excelentíssimo senhor Presidente Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 13 de agosto de 1877.* Teresina: Tipografia à Rua Bella nº 42, 1878.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Dr. Raimundo Mendes de Carvalho passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor 2º vice-presidente Coronel José de Araujo Costa, no dia 27 de fevereiro de 1878.* Teresina, 1878.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Coronel José de Araujo Costa, 2º vice presidente da província do Piauí passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 15 de abril de 1878.* Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1878 pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel.* Maranhão: Tipografia do País, 1878.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim d'Almeida e Castro passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Firmino de Souza Martins 2º vice-presidente, no dia 5 de abril de 1883.* [Teresina]: [s.n.], 1883.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo presidente da Província Exm. Sr. Dr. Emídio Adolfo Vitorio da Costa ao instalar a 1ª sessão da 25ª legislatura em 7 de junho de 1884.* Teresina: Tipografia do Telefone, 1884.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. 2º vice-presidente Dr. Firmino de Souza Martins passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Presidente Dr.*

Torquato Mendes Viana no dia 6 de setembro de 1883. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1884.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. 3º vice-presidente Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Presidente Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa no dia 6 de dezembro de 1883.* Teresina: Tipografia da Imprensa, 1883.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Piauí pelo Presidente da província o Exm. Sr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa ao instalar a 1ª sessão da 25ª Legislatura em 7 de junho de 1884.* Teresina: Tipografia do Telefone, 1884.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. 3º vice-presidente Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima passou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. Presidente Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva no dia 1º de outubro de 1884.* Teresina: Tipografia da Imprensa, 1884.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Raimundo Theodorico de Castro Silva abriu a 2ª sessão ordinária da 25ª legislatura da Assembleia provincial do Piauí no dia 1º de junho de 1885.* Teresina: Tipografia da Imprensa, 1885.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Dr. Raymundo Theodorico de Castro Silva passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Manoel Ildefonso de Souza Lima no dia 1º de setembro de 1885.* Tipografia: A Época, [1885].

3 Bibliografia

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí.* Teresina: COMEPI, 1981.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil: 1500-1889.* São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ARAÚJO, Vinícius Leão. *David Caldas: história e memória de suas lutas republicanas.* 2010. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

ARAÚJO, Vinícius Leão. *História e imprensa: a cultura política em jornais piauienses de 1868 a 1875.* 2013. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, p. 157-172. 2010.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

BARTHES, Roland. Escritores e Escreventes. In: _____. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectivas, 2007. p. 30-38.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). *Memória e (Res) Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 287-307.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Historiografia piauiense. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. (Cord.). *A construção nacional 1830 – 1889*. [s. n.]: Fundación Mapfre e Editora objetiva, 2012. V. 2.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marina Larice de Sousa. *Imprensa e poder: conflitos político-partidários em jornais piauienses do século XIX*. 2010. Monografia (Graduação em História). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *A demissão e reintegração do procurador fiscal do tesouro provincial do Piauí, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1883.

CASTELO BRANCO, Miguel de S. Borges Leal (ed.). *Almanaque piauiense para o ano civil de 1879*. Teresina: Tipografia da Época, 1878.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1878.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n.13, 1994.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim. *Cadernos históricos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

CHAVES, Joaquim. *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

DIRETORIA DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. *A instrução pública no Piauí*. [s. n.], 1922.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V. 1.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V. 2.

- FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823 – 1988*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e Sociedade no Piauí Republicano*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.
- FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses: Apontamentos biográficos*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- GONÇALVES, Wilson de Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado 1549 – 2003*. Teresina: Halley, 2003.
- GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. (Org). *Educação, Poder e Sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez. 2008.
- GOVERNO DO PIAUÍ. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Contribuições das ciências humanas para a educação: a História*. Brasília: INEP, 1990.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Seminário História da educação brasileira: a ótica dos pesquisadores*. Brasília: INEP, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.
- MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a História. *Cadernos Cedem*, São Paulo, n. 1, p. 16-31. 2008. Disponível em: < [www2. Marília. unesp. br/ revistas/ índice. php/ cedem/ article/ viewFile/ 518/ 414](http://www2.marília.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/viewFile/518/414)>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do IHGB*, n. 24, jan. 1845.
- NETO, Adrião. *Dicionário Biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. 2. ed. Teresina: Halley, 1995.
- NETO, Marcelo de Sousa. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820 -1850)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 4.

PEREIRA, Antônio Sampaio. *Velhas escolas-grandes mestres*. Esperantina: Prefeitura Municipal, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jaraty. Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 8, n. 16, 1995.

PINHEIRO, João. *Literatura Piauiense: esboço histórico*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina: 1880-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. *Do Singular ao Plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí: 1880-1930*. Imperatriz: Ética, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. *História, Literatura, Sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSA, Maria da Glória de. *A história da educação através dos textos*. São Paulo: Editora Cultrix, [s. n].

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestação das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 193-200.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *Revista de História Unisinos*, v. 8, n. 10, p. 131-142, jul-dez. 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 3-21, 1997. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2040/1179>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e Papel, realidade e imaginação: as biografias na História, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambu, *Anais...* Caxambu, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.clacso.org.ar/libros/anpocs/bisso.rtf>>. Acesso: 12 out. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.